João Baptista Pereira dos Santos O.P

Os chifres do diabo

capitalismo e comunismo

Digitalizado pela
Frente Integralista Brasileira
http://www.integralismo.org.br/
Deus - Pátria - Família

JOÃO BAPTISTA PEREIRA DOS SANTOS O. P.

OS CHIFRES DO DIABO

CAPITALISMO — COMUNISMO

Capa de
GERALDO DE BARROS

★

DISTRIBUIÇÃO:
LIVRARIA SAL
Pça. da República, 180, 5.º and. — S. Paulo
1964

NIHIL OBSTAT
Fr. H. D. Barruel de Lagenest O. P.
Fr. Gabriel R. do Nascimento O. P.

IMPRIMI POTEST
Fr. Alexandre Oscar Lustosa O. P.
prior provincialis

IMPRIMATUR
Mons. Lafayette — vic-gener.

São Paulo, 25 de fevereiro de 1964

Reservados todos os direitos

ÍNDICE

Pág.

Advertência aos leitores 7

I.ª PARTE — O QUE É CAPITALISMO

I — A essência do capitalismo 13
II — O capitalismo do século XIX — A Fase das pequenas unidades 17
III — O capitalismo do século XX — A Fase das grandes unidades 25
IV — A Igreja e o capitalismo 51

II.ª PARTE — O QUE É COMUNISMO

I — Encarar o que existe 61
II — O desenvolvimento econômico do mundo comunista 69
III — Os neo-burgueses do estatismo 75
IV — A mística que mistifica mas empolga ... 93
V — A Igreja e o comunismo 105

III.ª PARTE — FUGIR OU ATACAR

I — Humanizar a economia: tarefa urgente dos cristãos 127
II — Lições da experiência UL 138

Conclusão 155

Do mesmo autor:

UNILABOR — uma revolução na estrutura da emprêsa,
2.ª edição — Livraria Duas Cidades — 1962

A REVOLUÇÃO DO CRISTO
Editôra Herder — 1963

ADVERTÊNCIA AOS LEITORES

A confusão crescente que se observa de uns anos para cá, não digo de modo geral em nosso país, mas nas mentes e nas palavras daqueles que pretendem dirigi-lo, foi o que me serviu de incentivo para a publicação de mais êste livrinho que, espero, poderá prestar algum serviço àqueles pelo menos que procuram com sinceridade, senão mesmo com um pouco de aflição, distinguir alguma coisa em meio a tamanha escuridão.

As páginas que se seguem não são de um economista nem de um historiador da economia e nem pretendem fornecer a fórmula que salva. Nada mais querem ser do que uma visão panorâmica do mundo e dos seus sistemas antagônicos, obtida de um certo ângulo, que é o do cristão que se preocupa com o problema sócio-econômico não só do seu país como do mundo inteiro.

Se êsse cristão é religioso e se além de religioso é sacerdote, não é de estranhar que a sua visão do mundo traga essa dupla marca.

Um profissional da economia jamais distinguiria, nos sistemas econômicos que analisa, algo parecido com essa coisa ponteaguda que se chama chifre e jamais falaria dêles como se fôssem os chifres do diabo.

Falar assim pode parece a muitos uma concessão ao folclore. Mas não é. O diabo existe mesmo. Como Deus existe. Onde está Deus, o diabo também se mete. Com chifre e tudo, chifre simbolizando aqui o poder da sua arremetida. E onde o diabo entra, Deus vai logo atrás.

Pois o terreno próprio onde êles lutam é a alma e o coração dos homens, mas é também o espírito e o

corpo das instituições sociais, políticas ou econômicas que podem proteger ou triturar os homens.

O cristão sabe disto muito bem, e por experiência própria. E mais ainda o padre e o religioso. Desde os dias de São Paulo, o apóstolo que Deus jogou por terra, todos nós sabemos que a nossa luta "não é contra adversários de carne e sangue, mas contra os poderes ocultos que regem êste mundo de trevas, contra o espírito do mal que se insinua nas fôrças e nas instituições do mundo e no coração dos homens".

Que o leitor não se espante pois de ver traçadas no papel estas palavras de estranha ressonância: *os chifres do diabo,* aplicadas aos dois sistemas que parecem reger os destinos dêste mundo: capitalismo e comunismo.

O padre que as escreve está longe de ser um doutrinador ou um contemplativo puro, a assistir de longe ao tremendo embate das fôrças que ora se chocam no assalto ao mundo. Êle está envolvido de corpo e alma no combate. Há mais de dez anos que êle vem tentando com um punhado de companheiros, cristãos como êle e até melhores do que êle, realizar uma emprêsa econômica que seja humana, que nada tenha a ver com os chifres do diabo, com aquela avareza essencial que caracteriza a economia capitalista ou com aquêle espírito de dominação e prepotência que é a alma do sistema comunista.

Foi lutando como um desesperado no terreno da produção e da distribuição dos bens que eu aprendi tudo o que sei de prático e de concreto sôbre capitalismo e comunismo e sôbre a antitese de ambos que é o comunitarismo. Êste livrinho, mais que de estudo, é fruto de uma experiência. Experiência curta, porém breve, diria um humorista. Não quero, pois, chatear o leitor com demonstrações inúteis de erudição, sobrecarregando o livro com mil notas, citações e referências que acabariam por lhe causar uma tremenda indigestão. Aliás, ninguém é bôbo hoje de querer pagar só para ver os outros exibir sabença.

Mas o fato de haver no livro poucas citações e referências não quer dizer que tudo o que nêle se encontra é originalidade pura. Antes pelo contrário. Êle nada tem de original. Tudo o que nêle está escrito, já foi dito por outros e com muito mais competência e autoridade. O leitor habituado aos livros encontrará neste, e a cada passo, afirmações e frases que lhe lembrarão autores como Colin Clark, Sombart, François Perroux, Gunnar Myrdal, Lebret, Rostow, Raymond Aron, Spengler, Emile Baas, Calvez, Milovan Djillas, Jean Villain e Jacques Germain. Êstes dois últimos, então, foram quase que literalmente assaltados e pilhados, tendo-os eu deixado mais ou menos no mesmo estado em que ficou o viajante de Jericó. E não me arrependo da pilhagem, pois acho que com ela quem está ganhando é o leitor; jamais poderia eu dizer tão bem tudo quanto êles já disseram. Afinal de contas, eu não sou escritor, nem ensaísta profissional e muito menos economista ou sociólogo. Em matéria de literatura, de história ou de ciências económicas, eu sou quando muito uma espécie de cozinheiro que, não podendo inventar os ingredientes, capricha no tempêro e na apresentação.

Quero fazer mais uma advertência ao leitor. Não veja no meu modo de atacar os vícios e as taras do capitalismo ou do comunismo, qualquer manifestação mórbida de complexos de raça, de classe, de nação, de mêdo ou de agressividade, contra americanos, russos ou chineses. Um cristão, e muito menos um padre ou um religioso que faz profissão de caridade, não pode pautar a sua ação individual ou social por êsses rompantes de ódio ou de ressentimento, próprios de esquerdistas ou direitistas assanhados e fanáticos. O espírito de João XXIII aí está vivo a nos lembrar: o ódio é para o mal, não para as pessoas que o fazem.

Aliás, essa história de ver no americano o inimigo nacional, ou o causador único dos nossos males econômicos e sociais, não passa de farisaísmo puro. Os americanos são capitalistas como nós também somos, êles são imperialistas como nós também seríamos se fôssemos ricos como êles. O vírus é o mesmo, lá como aqui. A

avareza, com sua tremenda capacidade de exploração dos outros, é um vício que jaz no coração de todo homem, seja americano, russo, chinês ou brasileiro. Como o instinto de dominação, longe de ser privilégio exclusivo dos comunistas, é compartilhado por todos os povos, nações e indivíduos que lutam com princípios errados pela posse e domínio do universo. O vírus da prepotência, que jaz no fundo do sistema comunista, só pôde chegar ao que socialmente é porque existe vivo no fundo da alma de cada um de nós. Em suma, o pecado do mundo é do mundo porque é de todos nós.

O cristão é o homem que, em presença de qualquer sistema social econômico, procura lembrar-se daquilo que está dito no Evangelho: de que vale ao homem ganhar o mundo inteiro se vier a perder a sua alma? O cristão é também aquêle que, face aos outros homens, procura sempre pôr em prática êste outro conselho do Evangelho: "tira primeira a trave que está no teu próprio ôlho, para depois tentar remover o argueiro que está no ôlho do teu próximo".

Êste livro não tem nem pode ter outro objetivo senão êste.

O Autor

I PARTE

O QUE É CAPITALISMO

I — A ESSÊNCIA DO CAPITALISMO.

O que foi dito das grandes civilizações por um célebre poeta e escritor, logo após a I Guerra Mundial, a saber, que elas são essencialmente mortais, pode igualmente ser dito de todos os sistemas econômicos.

Hoje em dia, eu posso falar da morte provável ou próxima do capitalismo, sem que ninguém fique autorizado por isto a me chamar de comunista.

Se esta acusação acontece com freqüência, é que há entre as pessoas de cultura mediana uma ignorância quase total sôbre o significado e a história do capitalismo, e isto as torna particularmente vulneráveis à propaganda comunista, segundo a qual quem não é pelo capitalismo tem que ser forçosamente pelo comunismo.

Uma definição simples e ao mesmo tempo completa de capitalismo é coisa difícil de ser dada, pois, como muito bem salientou o economista católico L. Salleron: *"o capitalismo é ao mesmo tempo um fato jurídico, um fato histórico, um fato econômico, um fato sociológico e um fato espiritual"*. (1)

Como não pretendo neste livro, e muito menos neste capítulo, esgotar o assunto, vou-me ater à definição que nos dá Pio XI na QUADRAGESIMO ANNO: *"Capitalismo é o regime pelo qual os homens contribuem de ordinário para a atividade econômica, uns com o capital, outros com o trabalho"*. (2)

---

(1) Louis Salleron: "Les catholiques et le capitalisme" pág. 33.
(2) Q. A. n.º 108.

De fato, capitalismo se define essencialmente por referência à emprêsa. É nela que se dá o encontro ou a convergência do capital e do trabalho, de cuja atuação combinada resulta um produto que não tem por fim direto satisfazer as necessidades imediatas do pessoal da emprêsa, mas corresponder à procura num mercado, alcançando um preço que ultrapasse o mais possível o custo da sua produção.

Como o capital é trazido por uns poucos homens e o trabalho é fornecido por muitos outros homens, surge naturalmente o problema delicado dos direitos e deveres de uns e de outros, dos capitalistas e dos trabalhadores da mesma emprêsa.

Que princípio básico regerá as suas relações? A solução capitalista é simples: a emprêsa pertence aos que lhe trouxeram o capital, só a êles cabe regê-la ou administrá-la, a êles é que reverterá o lucro. Aos trabalhadores caberá apenas o salário. O salariado faz portanto parte essencial do regime capitalista.

Mas como é sempre possível que os lucros ou não existam, ou deixem de existir, ou não sejam suficientes para garantir o desenvolvimento da emprêsa, esta recorrerá freqüentemente ao mercado do dinheiro, aos bancos ou às sociedades de financiamento, ou mesmo aos particulares. Contudo, os emprestadores de dinheiro não farão parte da sociedade produtora ou da emprêsa, nem assumirão seus riscos, nem terão parte nos seus lucros. Êles tão sòmente alugam uma mercadoria pela qual recebem um prêmio ou juro, com a garantia plena de recebê-la integralmente de volta, no prazo combinado.

Aí estão pois num rápido apanhado as estruturas essenciais da emprêsa capitalista e portanto do capitalismo. Elas são três:

— propriedade privada dos meios de produção, fábricas, terras, máquinas, etc...;

— regime de salariado para os que contribuem com o trabalho;

— empréstimo a juros quando os lucros não são satisfatórios.

A questão fundamental para o cristão, vem a ser precisamente esta: dadas estas estruturas, a Igreja condena ou não o capitalismo das emprêsas?

Cuidado! Aqui já costuma aparecer a primeira confusão. A' pergunta: a Igreja condena o capitalismo?, o católico logo se lembra de que há uma condenação expressa do liberalismo e como o capitalismo costuma dizer-se liberal, logo...

Não misturemos, porém, as essências nem os níveis.

Capitalismo se define por referência à emprêsa. A emprêsa capitalista é aquela em que a propriedade, a direção e os lucros pertencem exclusivamente aos detentores do capital, e nisto ela se opõe à emprêsa socialista ou à cooperativa de produção.

Liberalismo se define no nível do mercado. Economia liberal é aquela em que reina a concorrência desenfreada em todos os mercados. O liberalismo que a Igreja condena é aquêle do famoso "laissez faire, laissez passer", isto é, aquêle que entende libertar a ação econômica de qualquer referência ou sujeição à lei moral e, se possível, de qualquer intervenção direta da lei positiva ou dos poderes do Estado.

Dito isto, voltemos à pergunta: a Igreja condena o capitalismo?

A resposta é simples: o capitalismo "puro", ou seja, aquele sistema econômico abstratamente considerado, que muitos acham justo e perfeitamente tolerável, jamais existiu *de fato* em parte alguma. Nestes 150 anos que correspondem à sua existência histórica, os princípios da emprêsa capitalista tiveram que entrar em composição com estruturas, ideologias e condições econômicas, políticas e sociais que viciaram profundamente a sua essência, tornando-o *na prática* condenável e hoje em dia absolutamente inaceitável.

Esta questão do valor moral do regime capitalista, tal qual se apresenta na realidade em mais de século e meio de evolução, tinha que se impor à atenção da Igreja e esta não fugiu à orientação de seus filhos neste ponto. De Leão XIII a João XXIII, a Igreja em múltiplas ocasiões pronunciou-se explícita e insofismàvelmente sôbre as taras e os graves inconvenientes, tanto do capitalismo liberal das pequenas unidades que dominou o mundo até os primórdios do século XX, como do capitalismo dos monopólios e das grandes unidades que domina atualmente pelo menos a metade do mundo.

II — O CAPITALISMO DO SÉCULO XIX. A FASE DAS PEQUENAS UNIDADES.

Ao alvorecer do século XIX, uma série extraordinária de invenções técnicas: tear mecânico, máquina a vapor, altos fornos... sacudiu a sociedade antiga, constituindo o que se chamou a primeira revolução industrial. A burguesia triunfou sôbre a aristocracia e o capitalismo mercantil, sem colorido ideológico, cedeu lugar ao capitalismo industrial, fortemente marcado pelas idéias liberais herdadas da Revolução Francesa.

"Coube à burguesia capitalista mostrar, como ninguém jamais fizera antes dela, de que é capaz a atividade humana. Maravilhas maiores que as pirâmides do Egito, que os aquedutos romanos ou as catedrais góticas, foram por ela erguidas. Com apenas um século de existência, tornou-se ela a classe soberana capaz de criar fôrças produtivas tais que ultrapassam em poderio tudo o que fizeram as gerações anteriores tôdas juntas".

A quem deve o capitalismo êsse elogio impar à sua obra histórica? Ao mais ferrenho de todos os seus opositores: Karl Marx.

Não era mesmo possível ao pai do comunismo negar o impulso extraordinário que animava os homens de emprêsa do século XIX, impulso capaz não só de quebrar a resistência dos poderes antigos, mas de avassalar o mundo inteiro e convertê-lo num vastíssimo mercado, de transformar os modos de existência e promover uma elevação dos níveis de vida pròpriamente inimaginável até então.

É que o capitalismo dos primitivos capitães de indústria possuia um *motor* possante: a procura desenfreada do lucro; um hábil *condutor*: o empresário a reclamar liberdade absoluta na direção dos seus negócios; e um *regulador* incomparável: a concorrência, ou seja, a rivalidade permanente e implacável entre os produtores a suscitar o progresso técnico indefinido, a par da renovação constante das emprêsas e da compressão também constante e indefinida dos salários, de modo a tornar o século XIX uma selva imensa terrìvelmente impiedosa para com os fracos.

Foi no decurso dêsse século que se desenvolveu nos países da Europa ocidental e nos Estados Unidos o regime que os economistas batizaram com o nome bem adequado de "capitalismo das pequenas unidades".

De fato, ao alvorecer da primeira revolução industrial, quando as guerras ainda constituíam o esporte favorito das nações e os meios de comunicação eram precários, e a energia do vapor ainda em seus primórdios, as emprêsas só podiam ser pequenas, quanto às instalações e quanto ao pessoal e ao capital.

É o capitalismo "atomizado", próprio de todo o século XIX, capitalismo entregue tão sòmente à lei da selva, que é a da concorrência, e por isto mesmo profundamente impregnável e impregnado de liberalismo.

O sistema do liberalismo econômico baseou-se desde então em três primados:

— primado da liberdade.
— primado do interêsse individual.
— primado de um certo materialismo histórico.

1.º — *Primado da liberdade:*

De que liberdade se trata? Não por certo da liberdade no sentido filosófico ou metafísico do têrmo, única que os pais da Revolução Francesa reclamavam, mas da liberdade concreta de criar emprêsas e dar trabalho a uns e negá-lo a outros, liberdade de comprar e de vender, de usar e de dispor do jeito que se quer dos meios de

produção de que se tem a propriedade: "Laissez faire, laissez passer".

É claro que estas liberdades só terão chance de vir a ser reais se fôr impedido de funcionar todo e qualquer agrupamento humano que não as tenha por fim próprio e especial. E é por isto que o liberalismo se arreceia tanto de qualquer organização profissional, que se trate de sindicatos operários ou mesmo de câmaras patronais.

2.º — *Primado do interêsse pessoal:*

O profissional, seja êle patrão, operário ou comerciante, não tem que se preocupar com os outros; o único que merece ser servido é o interêsse particular de cada um. E não se diga que isto vai contra a moral natural ou contra a caridade cristã. Em assuntos econômicos, a única moral válida é a moral dos negócios. "Les affaires sont les affaires".

E isto se justifica pelo 3.º dogma do liberalismo, a saber:

3.º — *Primado de um certo materialismo histórico:*

Êste é baseado na crença de que os fatos sociais e econômicos se desenvolvem à maneira dos fatos naturais ou físicos, sem que a vontade humana possa intervir para modificar seu curso. À explicação dos liberais não falta engenhosidade: como se trata de leis naturais inelutáveis, basta que as liberdades sejam respeitadas por tôda a sociedade, para que o indivíduo trabalhe para o bem geral, embora movido por seu interêsse particular.

São as famosas "harmonias liberais" produzidas pelo interêsse individual e reguladas, não pela moral natural, nem pelas leis da Igreja ou pelas leis do Estado, mas pela livre concorrência.

É claro que num tal regime o papel do Estado é reduzido ao mínimo. A única coisa que lhe compete fazer no domínio econômico é assegurar a "ordem", criando condições gerais que permitam ao cidadão de posses trabalhar e fazer outros trabalharem "em paz".

E sobretudo nada de intervenção em matéria econômica ou social. Nada de leis de proteção ao trabalho, nem de leis controladoras da economia. O Estado ideal é o Estado-soldado de polícia, ou o Estado policiador da sociedade. Como a Igreja ideal é a Igreja das devoções privadas, a Igreja refugiada em seus templos e em suas sacristias.

CONSEQÜÊNCIAS SOCIAIS DE UMA TAL DOUTRINA

É fato inegável que a maravilhosa expansão de que gozam hoje os países desenvolvidos é devida, em grande parte, à desenfreada busca de seus interêsses por parte de uma multidão de pequenos patrões da indústria e do comércio do século passado.

Mas convém lembrar aos defensores do capitalismo que a implantação violenta do comunismo na Rússia dos czares não causou mais vítimas do que o lento porém duríssimo processo de industrialização capitalista do mundo ocidental.

Há cem anos atrás, a Inglaterra, país liberal por excelência, tinha tôda a população operária de Londres e das suas grandes cidades industriais vegetando na miséria mais completa.

Em França, a duração do trabalho variava em tôrno de treze horas diárias, com salários que não davam para cobrir nem a metade das necessidades da existência. As crianças trabalhavam em tempo integral desde a idade de seis anos. Villermé, em uma de suas pesquisas sociais da época, nos conta o caso de um menino de seis anos que chegava a percorrer por dia nada menos de vinte e cinco quilômetros, correndo entre os teares de uma fábrica de tecidos, emendando fios. E na época em que a França se cobria de estradas de ferro, Haussmann, o célebre prefeito de Paris, revelava que em uma população de 1.700.000 pessoas, pelo menos 1.100.000 viviam na capital em condições de indigência tais que precisariam ser socorridas pela municipalidade.

Para que insistir nesse lado triste da exploração do trabalho humano? O pior não é o sofrimento físico, nem mesmo a morte por inanição ou esgotamento que ela causa em milhares de criaturas. O pior é a diferenciação dos homens em classes sociais que se vão estratificando cada vez mais. Escreve um historiador da economia desta época: *"A própria evolução do capitalismo faz do operário um refugo social. Se o sofrimento do trabalhador é grande quando êle compara a sua pobreza com a opulência patronal, êle sofre muito mais ainda quando tem que constatar que em tôrno dêle se fortalece um sistema econômico que alarga sempre mais o fosso separador das classes, dando à condição operária ou patronal um caráter hereditário, fatal, definitivo".* (3)

Quando enfim os trabalhadores começaram a compreender que, unidos, seu número seria para êles uma fôrça, o Estado com suas leis votadas pelos fortes, a Polícia com sua ação requisitada e paga pelos mesmos, não hesitaram em praticar freqüentes "intervenções", não na economia por certo, mas nos lares e nas pessoas dos que trabalhando a faziam crescer, e que eram violentados e massacrados para garantir a liberdade dos... "liberais".

Em França, o direito de greve só foi reconhecido em 1864 e o direito de sindicalização em 1884.

Mas para que falar da situação dos operários da França ou da Inglaterra de um século atrás, quando temos aqui em nosso país, debaixo dos nossos olhos, mesmo na "cidade que mais cresce no mundo", a iniquidade da exploração capitalista, que só não é maior porque as leis trabalhistas, fruto da longa luta operária de um século e meio, cerceiam a sua ação mortal? Não se esqueça que, até o ano de 1931, não havia em nosso país nenhuma lei federal de proteção ao trabalho. Eu me lembro da exclamação horrorizada do fundador do movimento Economia e Humanismo, assistindo à

(3) Georges Duveau: "La vie envrière en France sous le second Empire" pág. 14.

saída dos operários de uma grande indústria de produtos químicos da capital paulista: "Meu Deus, como isto se parece com os desfiles dos campos de concentração!" Se algum regime econômico tem culpa de que a média de vida dêstes operários macilentos, a maioria fugidos da exploração rural, não chegue aos 45 anos, êsse regime, no Brasil como no resto do mundo ocidental, só pode ser o capitalismo liberal.

Se os defensores de um tal regime quiserem ver mais de perto as vítimas que êle faz, podem vir aqui no bairro operário onde eu moro há mais de treze anos e onde plantei a firma *Unilabor*, que eu os levarei para dentro de certos cortiços, onde garanto que êles não terão coragem de permanecer nem por cinco minutos.

Como duvidar que o progresso conseguido a êsse preço só pode ter diminuto valor humano? Como fugir à evidência de que uma civilização que tolera ou preconiza um tal "progresso" não pode pretender ao título de civilização cristã?

CONDENAÇÃO DO CAPITALISMO LIBERAL PELA IGREJA

Era de se esperar que um regime como êsse provocasse por parte de economistas realmente cristãos condenações como esta de Luis Salleron: *"Desde suas origens tornou-se o capitalismo liberal suspeito ao catolicismo. Êste não podia deixar de ver naquele a sua própria antítese: Mamon no lugar de Deus, o interêsse ou o lucro no lugar da justiça, a ação sem peias nem medidas no lugar da contemplação, as hierarquias do dinheiro no lugar das hierarquias humanas, a selva da liberdade sem limites no lugar da regra da fé, o milenarismo do bem estar material no lugar do Reino sem fim de Deus, o Progresso imanente no lugar do Ser transcendente".* (4)

(4) Luis Salleron: "Les catholiques et le capitalisme" pág. 34.

Já em 1848, Dom Ketteler, o grande bispo católico alemão, verberava neste têrmos e do alto da sua Sé de Mogúncia a noção liberal de propriedade:

"A falsa teoria do direito de propriedade é um crime contra a natureza. A Igreja católica nada tem de comum em sua doutrina do direito natural à propriedade com êsse conceito espalhado pelo mundo, segundo o qual o homem é senhor absoluto de sua propriedade, que não pode sofrer restrição alguma. É êsse conceito que mata os mais nobres sentimentos no coração dos homens e desenvolve neles uma dureza e uma insensibilidade à miséria alheia que os próprios animais desconhecem, pois êle chama justiça o roubo organizado. Esta frase famosa de um socialista revoltado: a propriedade é o roubo, não é de todo falsa".

E eis em que têrmos condena Ketteler a concorrência desenfreada que é a mola mestra do sistema:

"Não há dúvida possível: a existência material da classe operária inteira, isto é, da imensa maioria dos cidadãos de todos os países, está sujeita às flutuações imprevisíveis do mercado e do preço das mercadorias. A Europa liberal não passa de um imenso mercado de escravos".

("A questão operária e o Cristianismo — 1864")

"A religião reclama que o trabalho humano não seja tratado como mercadoria nem avaliado segundo as flutuações da oferta e da procura, sob pena de ser considerado como uma simples máquina". (Discurso em N. S. des Bois — 1869).

Enquanto isto, na Inglaterra, o cardeal Manning, já em 1870, denunciava o seu país como sendo aquêle em que a riqueza e a pobreza atingiam os limites mais extremos e onde *"a luta entre o capital vivo e o capital morto é das mais desiguais".*

Preparada por êsses precursores e por outros na França e nos Estados Unidos, lançava Leão XIII, a 15 de maio de 1891, a encíclica Rerum Novarum, consagrada à condição dos operários.

Qual cristão, sobretudo católico, pode ficar surdo a êste brado de revolta:

"A multidão foi deixada na indigência. Os trabalhadores isolados e sem defesa viram-se com o tempo entregues ao arbítrio de senhores desumanos e à cupidez de uma concorrência sem limites. Um número ínfimo de ricos e opulentos impõem um jugo quase servil a uma infinita multidão de proletários".

Rerum Novarum é assim de ponta a ponta um severo processo e uma condenação formal do liberalismo econômico. Poucos documentos da Igreja exerceram influência comparável à dêste sôbre a evolução das idéias e das instituições humanas. Como disse um político católico daquela época: "A questão social passa a ocupar o primeiro lugar nas preocupações da Igreja".

Desde então o trabalho de desintoxicação das mentes católicas, deformadas pela ideologia liberal, não mais cessou, estando hoje por assim dizer pràticamente terminado, não havendo mais na Igreja um só personagem de vulto, leigo ou eclesiástico, que teime ainda em se apegar ao pensamento liberal. Os que o fazem preferem disfarçar a teimosia por detrás do eufemismo que a ninguém engana: neo-liberalismo ou neo-capitalismo.

Isto não quer dizer infelizmente que o mundo ocidental tenha deixado de pautar seu pensamento e sua ação por êsses velhos princípios. O capitalismo das pequenas unidades está morto, pelo menos nas grandes nações industriais, e cedeu lugar ao capitalismo das grandes unidades, dos monopólios e dos trustes. Mas a ideologia é a de sempre. Para que mudá-la? Não é ela ainda o melhor meio de justificar e garantir os privilégios?

III — O CAPITALISMO DO SÉCULO XX. A FASE DAS GRANDES UNIDADES.

Nos primórdios do século XX, o motor a explosão e a eletricidade provocaram uma concentração industrial de tal vulto que um novo tipo de capitalismo começou a agigantar-se: o capitalismo das grandes unidades.

A livre concorrência, supremo regulador da economia, face às associações de emprêsas cada vez maiores, ao protecionismo e às barreiras alfandegárias, entrou de perder eficiência, as famosas "harmonias liberais" volatizaram-se, e a transformação iniciada por volta de 1880 e acelerada pela 1.ª Guerra mundial culminou na "Grande Depressão" de 1929.

As crises anteriores não haviam passado de crises de crescimento. Esta era uma crise estrutural.

Em todos os países, os poderes públicos tiveram finalmente que intervir na economia. A fé cega nas harmonias liberais e a crença firme na regulação automática dos mecanismos econômicos haviam cessado para sempre.

Desde essa época o capitalismo não mais deixou o banco dos réus. O processo dura até hoje e se o julgamento final ainda não ocorreu, com a conseqüente condenação à morte do culpado, seus defensores vão rareando de ano para ano, mostrando-se a multidão cada vez mais indiferente à sua sorte. Para as gerações nascidas entre as duas guerras, a superioridade do "laissez faire" não é mais um dogma de fé e a propriedade privada dos meios de produção perdeu definitivamente seu caráter de princípio intocável e sacrossanto.

É certo que os donos da indústria, do comércio ou das finanças continuam, em sua maioria, fiéis aos princípios liberais. Mas mesmo entre êles a chegada à maioridade da geração "keynesiana", partidária da macroeconomia e da intervenção moderada e permanente do Estado, determinou uma virada decisiva. Se o princípio da propriedade privada como fundamento do processo produtivo permanece ainda de pé, a limitação de seus efeitos é aceita sem discussão pela maioria, senão pela totalidade dos proprietários.

Enquanto isto, autores célebres, como Shumpeter e Galbraith, abriram o caminho para um sem número de obras mais ou menos valiosas, contendo ataques mais ou menos velados contra a "ordem" capitalista.

Não obstante, o fato inegável é que em tôdas as nações ocidentais a economia continua a ser capitalista. É um capitalismo diferente, não há dúvida. Mas em que consiste essa diferença? Mudou êle de natureza? Conseguiu êle colocar a economia a serviço do homem, como pretendem os neo-liberais?

Qualquer que seja a resposta a ser dada a tais perguntas, o fato é que as técnicas de produção estão passando por uma revolução ainda mais radical do que a primeira, os quadros nacionais por tôda a parte estalam e se deslocam, a estrutura da economia mundial se altera dia a dia, enquanto a consciência social vai adquirindo novas formas, tornando suas exigências cada dia mais precisas e mais prementes.

A SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

É difícil, senão impossível, prever o que será o mundo quando terminar — se é que um dia terminará — a nova série de inovações técnicas ora em início de aplicação à indústria. A segunda revolução industrial começou a revirar o mundo em três frentes principais, que são: a automação — a energia nuclear — as ciências do homem e da natureza.

A automação — As possibilidades desta nova técnica parecem ilimitadas, e se mais não tem sido feito até agora nos países mais adiantados, é devido aos problemas sociais graves que seriam simultâneamente provocados, tais como o desemprêgo em massa ou o excesso de produção invendável. É assim que o Metrô de Paris, para citar apenas êste exemplo, que poderia ser operado por algumas dezenas de técnicos, deixou de ser automatizado para não lançar na rua os seus dez mil trabalhadores.

Mas certas realizações espetaculares, já em funcionamento aqui e ali, trazem consigo uma antevisão do mundo de amanhã.

Alguns exemplos: na indústria de automóveis Ford, a montagem dos blocos se faz hoje em quinze minutos, com quatro vêzes menos operários do que nas condições anteriores em que a mesma operação durava nove horas. De tôdas as lâmpadas elétricas produzidas nos Estados Unidos, 90% são fabricadas na firma Corming Glass por apenas 14 operários. A American Sylvania lança por mês no mercado 25.000 tubos de televisão fabricados por 20 operadores. E há o caso pitoresco de uma emprêsa de Chicago em que um só operador controla uma linha de produção capaz de matar, limpar e empacotar 12.000 frangos por hora.

É no campo das atividades terciárias, ou de administração, que as "performances" são ainda mais notáveis. É assim que, na General Electric, uma só máquina calculadora estabelece as fôlhas de pagamento de 10.000 pessoas e faz ainda o inventário quotidiano da firma, a contabilidade das ordens de compra e o cálculo dos preços de custo. De seu lado, o Bank of America instalou ùltimamente em seus domínios um cérebro eletrônico que efetua tôdas as operações necessárias para manter em dia suas 30.000 contas correntes. Se fôsse extendido a outros setores o serviço desta máquina, o Banco poderia dispensar quatro quintos do seu pessoal.

Na Rússia, só uma usina de Leningrado produz 3.500 pistões por dia com 10 operadores. A gigantesca central elétrica do Dniepr, que ocupava 300 pessoas, agora só ocupa seis.

Quais serão as conseqüências sociais desta profunda revolução técnica? Responde a Unesco em comunicado recente: "enquanto realidade material a automação é uma fonte de riquezas, mas enquanto realidade econômica é uma fonte de inquietações".

Seja como fôr, é mais que certo que os poderes públicos não vão querer deixar nas mãos da "livre emprêsa" o contrôle absoluto desta segunda revolução, tanto mais que nela intervirá também um segundo fator que é:

A energia nuclear: A energia nuclear de fissão está longe ainda das suas aplicações possíveis. No momento ela se limita à produção de eletricidade e à propulsão de navios e submarinos.

Pode-se prever que dentro de 15 ou 20 anos tôda a navegação marítima já terá abandonado o petróleo pelo urânio, e que as indústrias de base estarão tôdas descentralizadas.

Destinada a alterar profundamente a situação de todos os países, é claro que nenhum dêles tem até agora consentido e nem consentirá jamais que uma tal fonte de energia fique entregue à iniciativa privada.

As ciências do homem e da natureza: O que tem sido feito no campo da biologia animal e vegetal permite prever uma transformação igualmente radical nos processos agrícolas e na produtividade da terra. É possível até prognosticar que a fome permanente que aflige ainda hoje os 2/3 da população do mundo, será em breve apenas uma triste lembrança do passado.

Na ordem psicológica e sociológica, o aperfeiçoamento das técnicas de propaganda e publicidade, os novos métodos de persuasão e de condicionamento dos indivíduos e dos grupos porão nas mãos dos que detêm os modernos meios de informação, imprensa, rádio, cinema e televisão, uma incrível possibilidade de influir no comportamento de populações inteiras. Para se ter uma idéia do que uma tal influência pode vir a significar, basta lembrar que a idade mental das populações citadinas mais adiantadas do mundo de hoje não vai

além do nível mental de uma criança de onze anos. E das atrasadas nem convém falar.

É evidente que de tudo isto resultarão pelo menos modificações substanciais nos mecanismos econômicos da oferta e da procura. É fato notório que esta aceleração do progresso material e técnico, psicológico e sociológico, já está causando em boa parte das emprêsas um reboliço periódico, grave e custoso, e que se resume nisto: as máquinas ficam obsoletas antes de ficarem velhas. A maioria delas precisam ser substituídas antes de chegarem à metade de sua vida útil. Isto significa que os países industriais vêem-se obrigados a adotar programas de investimentos maciços, que de qualquer forma escapam às possibilidades clássicas da livre emprêsa.

Os Estados Unidos falam cada vez mais de livre emprêsa, mas a mística que realmente os move é cada vez menos a da "free enterprise" e cada vez mais a de um segundo "New Deal", inspirado mais ainda que o primeiro na teoria de Lord Keynes da economia em expansão — "expanding economy" — doutrina macroeconômica segundo a qual o Estado, longe de ficar à margem do movimento econômico, deve pelo contrário incentivá-lo e coordená-lo.

A tendência moderna em qualquer país do mundo é mesmo no sentido de que o Estado se torne o maior investidor. E é por isto que não há, hoje em dia, país nenhum de tendências mais "socializantes" do que os Estados Unidos da América do Norte. (5) O problema

(5) Ao leitor desprevenido poderá parecer que estou entrando aqui em plena contradição com o que acabo de escrever. Engano seu. Procure observar e interpretar bem os fatos e as tendencias. Não quero dizer que os EUA estejam caminhando para aquêle socialismo clássico, de que êles têm tanto horror quanto o diabo da cruz. O que afirmo como uma evidência é que êles estão aceitando o fato inevitável da "socialização" da vida em seus diferentes planos, bem como o da "planetização" das relações humanas. Terão êles a capacidade de criar e desenvolver formas novas de direção política que assegurem a liberdade de tôdas as pessôas e não apenas de algumas? Isto é o que lhes compete demonstrar. Tal é o desafio que se apresenta a tôdas as nações, qualquer que seja o seu atual regime político-econômico.

está sòmente em se entenderem os homens sôbre o significado exato das palavras.

O MAL DO CAPITALISMO MUNDIAL: A CONCENTRAÇÃO

Nascido na Europa em fins do século 18, o capitalismo industrial acabou por sentir-se mal dentro dos quadros estreitos dos Estados nacionais. A conquista de territórios novos e dos países atrasados, ou seja a colonização aberta ou disfarçada, teve no fundo um motivo exclusivamente econômico: a abertura de novos mercados e a procura de matérias primas para a indústria.

Até 1914, a Inglaterra exerceu no mundo uma supremacia inconteste. Depois, tudo mudou. E com a II.ª Grande Guerra a Europa foi definitivamente alijada da luta pelo domínio mundial: os Estados Unidos tornaram-se o centro e a nação-líder do capitalismo moderno.

Êsse país, mais que qualquer outro, é um império. Um grande povo, não há dúvida. Sua linguagem é a da liberdade, liberdade política antes de tudo, e em matéria econômica liberdade da *free enterprise,* estendida teòricamente a todos quantos possam exercê-la. O seu modo de vida é o *american way of life,* entendido como ideal universal. Êsse modo de vida ideal tem por princípio básico *live and let live*, viva e deixe os outros viverem.

Como linguagem e como filosofia da vida social, não há nada melhor. Infelizmente os fatos como sempre é que atrapalham. E os fatos aí estão para mostrar que na prática — como dizia o caboclo — a teoria é outra.

Quais são êsses fatos básicos?

O primeiro e o mais grave é que, dentro de um mundo cada vez mais solidário, os Estados Unidos sòzinhos gozam de uma renda nacional equivalente a 45% da renda mundial, sete vêzes superior à da Inglaterra, dez vêzes à da França e da Alemanha ocidental, vinte e cinco vêzes à do Brasil, trinta e cinco à da India, cinquenta e seis à da Indonésia, etc... Seus investimentos no exterior montam a mais de 50 bilhões de dólares e os diversos países todos juntos lhes devem mais de 15 bilhões.

O segundo fato grave é o seguinte: ao passar da Inglaterra para os Estados Unidos, o poder econômico mundial mudou de natureza. A Inglaterra, ilha pequenina, dependia para a sua subsistência do comércio internacional, onde ela atuava, a um tempo só, como intermediário, armador e banqueiro mundial. Por isto mesmo tornava-se ela um fator de equilíbrio das trocas e de estabilidade dos preços. Os EE. UU. são pelo contrário um fator de instabilidade, não que tenham procurado sê-lo de propósito, mas pelo fato natural da desproporção entre o seu tamanho gigantesco e a exigüidade dos outros estados ocidentais. Sendo mais exportadores que importadores, o ouro sente por êles uma atração irresistível, êles atraem divisas e capitais muito mais que distribuem. (6)

As importações que fazem não representam mais do que uma parte ínfima da sua produção (3% do produto nacional bruto), mas nem por isto deixam de ser vitais para países como o nosso que nêles têm o seu maior

(6) Em *"Suicídio ou sobrevivência do Ocidente"* pág. 168 o Pe. Lebret apresenta os seguintes dados sôbre a reserva de ouro existente nos Estados Unidos: de apenas 2,8 bilhões de dólares em 1921, ela subiu a 4,6 bilhões em 1927, a 10,1 bilhões em 1931, a 17,3 bilhões em 1939, a 22 bilhões em 1947, a 24,5 bilhões em 1949.

Em 1950, a ONU estimava que 50% de tôdas as reservas do mundo estavam nos Estados Unidos (*The economic development of Latin America and its principal problems,* ONU pág. 20). Segundo dados do próprio Departamento de Estado, os EUA compraram em 1957 779,8 milhões de dólares-ouro e exportaram apenas 8,2 milhões. Só no referido ano portanto o seu estoque de ouro aumentou de 771,6 milhões.

Isto é prova de que continúa válida a observação de A. Sauvy, a saber, que os americanos não "realizaram" até hoje que a função do rico é gastar, como fizeram os inglêses na euforia da era vitoriana.

mercado. E, como os produtos que lhes mandamos são de fonte agrícola, e ainda por cima produtos de sobremesa, café, açúcar, cacau, frutas, de procura pouco elástica e preço decrescente, acontece o estranho fato que quanto mais produzimos, menos dólares recebemos. O povo norte-americano não percebe que os "auxílios" a nós concedidos pelo seu govêrno não chegam a compensar a depreciação contínua dos nossos produtos exportáveis.

A mesma coisa se passa entre êles e a Europa, só que em ponto menos grave.

Existe assim entre os Estados Unidos e o resto do mundo ocidental, um elemento multiplicador que constitui, como é evidente, um meio de dominação.

É assim que o govêrno norte-americano, credor universal, consente vez por outra, para compensar o desequilíbrio comercial crônico, em fazer "dons" ou conceder "créditos de assistência" ou "empréstimos", quase sempre vinculados à compra de produtos *made in USA*, que não deixam de lhes conferir um direito de intromissão permanente na política econômica, ou na política pura e simples de seus devedores, que são também, como é natural, seus aliados.

Essa intromissão é discreta, aliás a polidez da linguagem e dos modos em uso no mundo "livre" não permite que ela revista outra forma. Mas os exemplos falam por si mesmos. Citemos um que é recente e que nos diz respeito: Quando há pouco tempo o nosso país concluiu com o México um acôrdo para compra direta de enxofre mexicano, compra que antes era feita por intermédio de firmas norte-americanas que o compravam também do México, o govêrno brasileiro recebeu do Departamento de Estado nada menos de oito notas de protesto (7). Isto mostra claramente que, apesar da tendência imposta pela técnica no sentido de que seja o Estado que dirija a economia, ainda há casos em que a economia privada é que dirige o Estado.

(7) Informação colhida na Revista francesa *Economie et Humanisme* — Supplément annuel 1963, pág. 56.

A CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NA EUROPA

Nos países da Europa ocidental, a evolução no sentido do gigantismo foi lenta, pois em todos êles as emprêsas individuais e artesanais frearam bastante a tendência.

A dimensão média dos estabelecimentos industriais e comerciais é mais fraca que nos Estados Unidos, mas isto não exclui a supremacia econômica das grandes emprêsas.

A França já não é mais o "país das pequenas emprêsas", pois num total de 1.700.000 sociedades, as pequenas, que somam 1.275.000, ou seja as três quartas partes, contribuem com 9% apenas da soma global dos negócios. A outra quarta parte é responsável pelos restantes 91%. E, entre estas, 3.160 sociedades, ou seja, menos de duas por mil, totalizam sòzinhas 47% do total dos negócios e mais da metade dos salários pagos.

Verdade é que, na escala mundial, a França quase que desaparece, pois, entre as cem firmas mais importantes do mundo, 75 são norte-americanas, 12 inglesas ou anglo-holandesas, 8 alemãs e sómente 2 francesas, seguidas de uma suíça, uma italiana e uma holandesa.

Em tôda a Europa, o exemplo mais perfeito de concentração é o grupo anglo-holandês Unilever, que declara êle próprio deter o controle de 516 sociedades, que empregam um total de 280.000 pessoas (8). É êle o principal produtor mundial de óleos, gorduras e derivados, fornecendo sòzinho a metade do consumo mundial de margarina e 2/3 do consumo europeu de sabão e detergentes.

A multidão de sociedades por êle controladas lhe proporciona tôdas as facilidades de transferir capitais de uma emprêsa para outra, reunindo assim tôdas as condições para a rentabliidade perfeita.

O principal truste francês é o grupo Schneider, da metalúrgica, com um efetivo total de 65.000 pessoas.

(8) Êsses números já estão agora acrescidos com a compra recente pela Unilever da nossa Cia. Gessy Industrial.

Na Alemanha, Krupp é um truste-modêlo, que congrega 117 sociedades com 105.000 empregados.

Difere o truste do cartel pela integração técnica das emprêsas que o constituem, graças à qual são obtidos maior racionalização da produção e melhor contrôle de preços.

Fato interessante é que tais trustes ou emprêsas integradas, que vêm a ser autênticos estados econômicos dentro de estados políticos ou nacionais, não têm existência legal, sendo pois perfeitamente ignorados pelas estatísticas e serviços oficiais. Êstes só enumeram as tais emprêsas, que são tôdas jurìdicamente independentes e que evitam cuidadosamente qualquer alusão à sua integração real no truste. Procedimento êste que está bem de acôrdo com a ideologia liberal, segundo a qual "negócios são negócios" e nada têm a ver com a moral nem com o Estado, exceto naturalmente quando o truste precisa dêste para a realização de outros negócios. Mas isto já são outros quinhentos cruzeiros.

A CONCENTRAÇÃO DA EMPRÊSA NOS EE.UU.

É nos Estados Unidos que o fenômeno da concentração ou seja o capitalismo das grandes unidades pode ser observado em tôda a sua amplidão.

A concentração, já importante no início dêste século, foi consideràvelmente acelerada no decorrer da II Guerra Mundial pelos programas de armamento, quase que inteiramente entregues para execução às grandes firmas.

Além disto, de 1947 para cá, as fusões de emprêsas se multiplicaram e o seu crescendo é manifesto como se pode ver no seguinte quadro, fornecido pela revista *Economie Appliquée* (jan. de 1959, p. 118):

PORCENTAGEM DO VALOR GLOBAL NA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA

	1947	1954
50 firmas mais importantes	17	23
100 " " "	23	30
150 " " "	27	34
200 " " "	30	37

E num total de cêrca de 4.000.000 de firmas:

— 360, com um ativo de 50 milhões de dólares cada uma, possuem mais de um têrço de todo o acervo industrial do país;

— 260, com efetivos superiores a 10.000 pessoas cada uma, empregam mais da quarta parte da população ativa;

— 100, entre as maiores, realizam 30% dos lucros do conjunto das sociedades industriais.

É fato indiscutível e público que é principalmente por intermédio destas grandes emprêsas que se efetua a penetração econômica norte-americana nos demais países.

AS ASSOCIAÇÕES DE EMPRÊSAS

A tendência ao agrupamento — cartéis, trustes, grupos e constelações — que se observa em tôdas as economias capitalistas, como não podia deixar de ser, é mais forte nos E.U.A. do que em qualquer outro lugar, pois é a consequência inevitável do progresso técnico.

Quando um ramo de produção é dominado por quatro ou cinco sociedades de grandes dimensões, estas não podem mais se guiar pela concorrência cega, sob pena de ficarem expostas a perigos graves, tais como a súbita queda de preços ou a superprodução.

A concorrência dentro de um mercado onde predominam duas ou três grandes unidades nada tem de comum com a antiga concorrência das pequenas unidades. Esta não fazia mais que colocar à margem uns poucos produtores ineficientes, enquanto aquela, se existisse de fato, seria uma luta de gigantes a pôr em risco tôda uma nação, ou pelo menos o destino de centenas de milhares de pessoas.

Acontece também por outro lado que o capitalismo moderno, na expresão pitoresca de Sombart, "engordou bastante" e virou passatempo para gente bem, gostosamente instalada na vida e com pouquíssima vontade de

se lançar naquela luta brava que caracterizava o capitalismo antigo. Ao se associarem, os donos da grande indústria e da alta finança sabem que abrem mão de uma parte de sua independência, mas sabem também que ganham em troca uma tranquila segurança. E já que a civilização da "affluent society" é a do confôrto, não há mesmo dinheiro que pague o gostoso sossêgo da existência.

OS CARTÉIS INTERNACIONAIS

São a forma de associações mais antigas e que consiste essencialmente num entendimento entre emprêsas de um mesmo setor com o fim de preservar ou de aumentar os lucros pela limitação da concorrência.

A maioria dos cartéis tem, como os trustes, existência oculta e é difícil avaliar com precisão a incidência que possuem sôbre os mecanismos econômicos.

Os meios de ação são sempre os mesmos: domínio dos mercados, contrôle da produção e, sempre que preciso, limitação do progresso técnico.

Limitar ou entravar o progresso técnico é uma coisa que custa muito caro aos grandes cartéis internacionais. Pois é sabido que êles todos custeiam grandes laboratórios de pesquisas, destinados a descobrir processos novos que nem sempre serão postos em prática; muitas vêzes, os cartéis adquirem uma patente só para engavetá-la e tornar seu uso inacessível aos concorrentes eventuais.

De todos os cartéis, o mais conhecido e o mais execrado é o cartel internacional do petróleo, que reúne oito grandes complexos industriais; cinco norte-americanos, um anglo-holandês, um inglês e um francês.

Os interêsses das oito companhias se entrelaçam, formando uma vasta rêde mundial, com filiais por tôda a parte, possuindo cada companhia ações em várias filiais e pertencendo cada filial a várias companhias.

O preço básico do petróleo, adotado por tôdas as companhias e imposto ao mundo inteiro, é o preço vigente nos portos norte-americanos do golfo do Texas, o

que faz com que o consumidor francês residente em Paris e que consome petróleo extraído em Coulommes, a poucos quilometros daquela capital, pague por êle o mesmo preço que paga o consumidor americano do Texas, onde se extrai o petróleo mais caro do mundo, estando incluído nesse preço o custo do transporte do golfo do Texas à França.

Verdade é que êsse petróleo deve ser ainda refinado, mas as companhias tiram a maior parte dos seus lucros da venda do petróleo bruto, fazendo naturalmente com que as filiais encarregadas do refino se contentem com lucros modestíssimos, ou mesmo vivam em situação de *déficit* perpétuo. É um método simples de dissuadir os govêrnos dos países consumidores nos quais se encontram as refinarias, de tentar se envolver em negócios de petróleo; quem é que é bôbo de cubiçar uma indústria deficitária?

Os inconvenientes e mesmo os absurdos dêste predomínio do cartel é uma coisa por demais patente e cuja denúncia não deve ficar a cargo exclusivo de comunistas e quejandos.

Pois quem não vê que basear o preço *mundial* de um produto tão essencial quanto o petróleo sôbre o preço vigente no golfo do Texas é uma das provas mais flagrantes do predomínio econômico dos Estados Unidos?

É sabido que nesse país proliferam mais de 15.000 companhias independentes que extraem um petróleo a custo muito mais elevado do que o obtido no Oriente Médio ou no Sahara. É claro que os preços interiores têm que ser elevados a um nível suficiente para assegurar a existência dêsses pequenos produtores. E é mais claro ainda que o govêrno norte-americano dá gostosamente o seu acôrdo para que as grandes companhias fixem o preço mundial nesse nível, pois isto equivale a matar, de uma cajadada só, dois coelhos: equilibrar o mercado interno e proteger as jazidas nacionais em detrimento dos consumidores estrangeiros.

E como se esta injustiça não bastasse, há ainda outra pior, que é o fato de impedir ou dificultar o desenvol-

vimento econômico dos países produtores de petróleo. Se um dia os países árabes decretassem a nacionalização do petróleo bruto, as regras fixadas pelo cartel obrigariam o resto do mundo "livre" a cessar todo comércio com êles: um bloqueio puro e simples, que além de iníquo seria polìticamente um absurdo.

Aliás, êsse exemplo revoltante não é um caso isolado. Os cartéis do alumínio, do aço, da soda, dos corantes e dos fosfatos, se bem que mais discretos, levariam fàcilmente às mesmas observações. Que ela seja oculta ou manifesta, a ação dos cartéis tem sempre o mesmo efeito que é de erguer um paredão entre produtores e consumidores, excluindo tôda discussão e qualquer entendimento leal em tôrno de custos e de preços. Fornecem êles a prova típica de como o interêsse de um punhado de particulares pode ser nefasto a uma multidão, prejudicando a eficiência da própria produção e atrapalhando no final das contas o progresso geral dos povos e dos indivíduos.

Protestar contra isto nada tem a ver com comunismo.

A CONCENTRAÇÃO FINANCEIRA

À concentração técnica que, embora culminando em trustes e cartéis, tem sua limitação, corresponde a concentração financeira que, esta sim, não tem limites.

Até aqui, falamos apenas das emprêsas industriais ou comerciais que tendem a se agrupar e crescer até o gigantismo, possibilitando a formação dos impérios econômicos.

Não convém porém esquecer que é nos estabelecimentos financeiros que se concentram o maior número de participações tanto de pessoas como de sociedades, e por conseguinte o essencial do poder econômico.

Hoje em dia, existem diversos tipos de estabelecimentos. Ao lado dos tradicionais bancos, foram aparecendo as sociedades de investimentos, os fundos mútuos de depósitos, as sociedades de desenvolvimento ou de financiamento, cujo papel é crescente na economia de cada país.

A concentração bancária e financeira é menos forte na França do que na Inglaterra e mais forte nos Estados Unidos do que naqueles dois países. Foi um conselheiro do Presidente Roosevelt, M. V. Perlo, quem descreveu numa publicação intitulada *The Empire of High Finance* a geografia dos oito grandes "impérios" que dominam a vida econômica norte-americana. São êles, em ordem decrescente:

O grupo Morgan, que controla um ativo de 65 bilhões de dólares e age nos setores bancário e metalúrgico.

O grupo Rockfeller, que começou com a indústria petrolífera e controla hoje o Chase Manhattan Bank, a First Boston Corporation, as companhias de seguros Metropolitan e Equitable, a Westinghouse, a International Papers, sem falar da famigerada Standard Oil: ao todo 61 bilhões.

O grupo Du Pont de Nemours (16 bilhões) é o grupo da indústria química, dos têxteis artificiais e da General Motors.

O grupo Mellon é formado essencialmente de dois trustes mundiais, a Alcoa, que produz a metade do alumínio consumido no mundo e a Gulf Oil, 4.ª companhia petrolífera.

O First National City Bank (13 bilhões) está hoje em rápida ascensão, sendo que antes da guerra nem era conhecido.

Três outros grupos têm sua sede não em Washington, como os precedentes, mas em Chicago (22 bilhões) ou em Cleveland (15 bilhões), onde também funciona o Bank of America (14 bilhões). Para que não se menospreze o seu poderio econômico, basta dizer que o ativo do menor deles equivale a mais do dôbro do da General Motors, a maior emprêsa industrial do mundo.

Face a tais gigantes, a que proporções ficam reduzidos nossos grupos nacionais, mesmo estatais? Que fôrça pode ser a dêles? Já que a imaginação precisa de comparações, digamos que só uma firma comercial americana, a Sears Roebuck com suas 755 filiais, realiza um movimento anual equivalente sete vêzes e meia a todo o di-

nheiro em circulação no nosso país. Mas lá no dela, face aos gigantes já citados, ela não passa de uma simples firma... comercial.

Se é a economia que funda a sociedade humana e lhe dá valor, como pretendem os sistemas capitalista e comunista, então o Brasil nada significa mesmo e nem merece pesar na balança dos poderes mundiais. Que se dirá então de países como o Paraguai, o Líbano, ou os jovens países africanos?

O PODERIO ECONÔMICO

Pelo que ficou dito, é fácil ver como e porque a grande unidade de produção capitalista, ligada que está ao mundo da alta finança, dispõe de uma superioridade esmagadora em relação à pequena e média emprêsa.

Começa que ela pode abaixar quando quer seus custos de produção, o que é pràticamente impossível àquelas outras, bastando-lhe para tanto explorar ao máximo o progresso técnico que está todo a seu serviço.

Além disto, ela goza de uma posição privilegiada nos mercados, já que os fornecimentos de que necessita podem ser mantidos com regularidade e visto constituírem as suas múltiplas atividades outras tantas saídas para os seus produtos, o que a torna pràticamente invulnerável às crises e às flutuações da conjuntura.

E como se isto fôsse pouco, ela conhece com precisão extrema o estado da procura dos mercados, graças a seus serviços perfeitos de pesquisas, e se fôr o caso pode modificar essa procura em seu favor, recorrendo à publicidade maciça e científica.

Quanto ao mercado financeiro, não há problema para ela, pois a confiança que inspira lhe possibilita créditos enormes, a longo prazo e juros baixos.

Em relação aos poderes públicos, a sua posição é mais que de força, é de influência permanente. Pois as suas próprias dimensões lhe conferem um papel essencial na economia do país e o Estado não pode deixar de se interessar por suas atividades. "O que é bom para a General Motors é bom também para os Estados Unidos", dizia um dos seus diretores.

E como o seu poder é também financeiro, mercê de suas ligações com os grandes grupos, ela se acha em ótimas condições para intervir junto aos altos funcionários, parlamentares ou membros dos governos, no sentido de auferir vantagens as mais preciosas, o que faz com que na maioria dos grandes países ocidentais ainda não se sabe bem quem mais pratica intervenções: se o Estado na economia privada ou se esta no Estado.

O capitalismo liberal do século passado sempre procurou e sempre achou apoio decidido e certo nas policias, nos exércitos, nas marinhas e nas diplomacias das nações. O liberalismo puro do século XIX foi sempre um mito ou uma máscara, por detrás da qual os interêsses econômicos se aproveitavam do poder político, exatamente como o marxismo puro é hoje o mito ou a máscara por detrás da qual uma nova classe, os neo-burguezes do estatismo ateu, se utiliza do mesmo poder para os seus próprios fins.

No mundo ocidental de hoje, a dimensão dos grupos industriais gigantes, aliada à concentração do poder econômico, não pode deixar de dar origem a uma oligarquia financeira que, no dizer do grande economista François Perroux, "de modo algum entende permanecer estranha às decisões do Estado por ser ela própria um negócio de Estado."

É assim que a separação entre os setores público e privado foi sendo reduzida aos poucos, até que, em lugar da fronteira clara e nítida, surgisse em quase todos os países um setor intermediário cada vez mais extenso, que tem o nome de economia mista.

Embora o capitalismo de hoje não seja mais o do século passado e embora êle possa estar longe ainda do seu fim como sistema, a pergunta que cada um pode fazer e à qual até hoje êle não deu resposta é a seguinte: será que a incapacidade das grandes nações ocidentais de conceber uma política econômica a longo prazo não está ligada à natureza dos seus regimes econômicos?

Se é verdade que a concentração industrial e financeira, a interdependência dos diferentes setores da produção, os investimentos maciços exigidos pelas técnicas modernas, vão tornando cada dia mais evidente a necessidade de uma coordenação estreita entre os diversos ramos de atividade, não é menos verdade que em parte alguma estamos caminhando, no Ocidente, para uma organização nacional e global da economia, no que diz respeito ao desenvolvimento a longo prazo.

Uma tal organização teria que ser antes de mais nada seletiva. Ora as autoridades encarregadas aqui ou ali da execução dêste ou daquele Plano não têm poderes necessários para escolher os projetos a serem realizados, nem para forçar o cumprimento de suas decisões. E nem é mesmo de esperar que os grandes grupos de interêsses privados submetam espontâneamente os seus programas à arbitragem dos poderes públicos. Aliás, êsses interêsses quando enormes, costumam extravasar o âmbito nacional e as autoridades supra-nacionais encarregadas de os controlar não dispõem de meios nem de vontade firme de intervir.

Além disto, uma tal organização, se existisse, deveria ter poder sôbre os grandes investimentos industriais. Ora é sabido que os planos indicativos existentes não contém nenhuma cláusula que obrigue as emprêsas em questões de investimentos.

Será que a instauração de tais contrôles não se concilia mesmo com o conceito clássico de livre emprêsa? Ou por outra, será que capitalismo e planificação são mesmo incompatíveis?

Só a experiência a ser tentada daqui por diante é que poderá responder a tal pergunta. Enquanto as nações ocidentais não se decidirem a fazê-lo, enquanto ficarem a dormir no leito amplo da anarquia capitalista, elas continuarão incapazes de garantir para si e para os subdesenvolvidos a taxa mínima de crescimento exigida pela competição mundial.

E isto quer dizer que elas têm a resolver um terrível problema que é o que resulta dêsse entrosamento espúrio e nefasto entre o poder econômico e o poder político.

PODER E PROPRIEDADE

Na primeira fase do capitalismo, a fase concorrencial, o problema do poder econômico sobrepondo-se ao poder político não existia pròpriamente. A concorrência feroz que se estabelecia entre um grande número de unidades de pequenas dimensões fazia com que nenhuma delas dispusesse de influência suficiente para agir sôbre os mercados e os preços. A própria noção de poder econômico privado não chegou a existir, os governos eram de fato liberais e embora empregassem por vêzes a força contra os trabalhadores, faziam questão de não intervir no domínio econômico pròpriamente dito, deixando-o entregue a seus mecanismos espontâneos.

No capitalismo moderno, a coisa é bem diversa. Quando a maior parte dos setores vitais da produção aparecem abertamente dominados por um reduzido número de emprêsas gigantescas, tôdas entrosadas com grupos financeiros mais gigantescos ainda, a existência de um poder econômico não menos gigantesco não pode mais ser negada. Os dirigentes destas unidades têm tudo o que precisam para se erguerem contra o poder político, tentando influenciá-lo, quando não corrompê-lo e subjugá-lo. Foi o próprio Roosevelt, criador do "New Deal", quem disse em mensagem enviada ao Congresso em 1938: *"Em tais condições, a emprêsa privada deixa de ser um livre empreendimento para se tornar pura e simplesmente um baluarte do coletivismo privado."*

O MITO DO CAPITALISMO POPULAR

O grande argumento dos defensores do capitalismo das grandes unidades é que, sendo elas em sua totalidade sociedades anônimas, as suas ações poderão ser postas nas mãos de um número sempre crescente de pequenos acionistas, até que todo um povo, mesmo constituído em sua maioria de operários e de modestos empregados, possa ter acesso efetivo ao "capitalismo popular".

É assim que uma brochura publicada em 1959 pela Bolsa de Nova Iorque falava de doze milhões e meio de acionistas americanos que teriam realizado "uma revolução pacífica, instauradora de uma sociedade livre, composta de milhões de capitalistas privados." A General Motors gabava-se de seu lado de ser "propriedade de seus 570.000 acionistas, dos quais 88.000 eram seus próprios empregados." E, para não ficar atrás, a General Electric afirmava que "130.000 homens e mulheres eram seus proprietários ou estavam a caminho de o serem, pois como é notório nos Estados Unidos, cada cidadão, quase, é um capitalista." A Standard Oil também se ufanava de ter no quadro de seus acionistas 20.000 de seus próprios funcionários.

Tudo isto não passa de um engôdo. Quem não sabe que no caso da Standard Oil, por exemplo, os 20.000 empregados acionistas detêm apenas 1% do capital? E que os 200.000 da American Telegraph and Telephone não conseguiram ir além de 5%? E, para deitar mais água na fervura, um inquérito realizado em 1952 pelo Brookings Institute mostrava que menos de 3% de todos os acionistas americanos controlavam nada menos de 57% das ações. Estamos longe da democracia econômica real. A consequência disto é que uma minoria ínfima de afortunados se julgam autorizados a defender com unhas e dentes seus privilégios ou posições sociais. Exemplo característico é o acontecido com a família dos Kennedy, cujos membros só a muito custo conseguiram ser admitidos na alta roda de Boston, mesmo depois de grandemente enriquecidos. A oligarquia industrial e financeira sabe muito bem se defender contra êsse mal terrível que se chama a democracia autêntica, que tem que ser econômica e social tanto e mais que simplesmente política.

Apresentar portanto o funcionamento das grandes sociedades anônimas como um capitalismo para todos é desafiar o simples bom senso. As sociedades anônimas não são democracias porém oligarquias, quando não autênticas monárquias absolutas. A Assembléia Geral dos acionistas não tem pràticamente poder algum de direção. Que espécie de poder pode ser o dêsses estranhos proprietários que jamais penetram em "suas" fábricas e nem sequer conhecem a sua localização e o que nelas se fabrica? O poder que teòricamente ou jurìdicamente lhes pertence é exercido *de fato* pelo Conselho de Administração, onde têm assento os principais detentores do capital, eleitos muito "democràticamente", de acôrdo com os dispositivos legais que regem as sociedades anônimas: uma ação um voto, mil ações mil votos. Basta controlar metade mais um do capital para dominar de modo total e permanente a S. A.

Os capitalistas, ou seja, os proprietários dos meios de produção, formam assim duas categorias bem distintas: de um lado, os acionistas, que podem ser o maior número mas detém apenas parte do capital social, não exercendo portanto nenhum poder real; do outro lado, os administradores e, por intermédio dêles, os dirigentes dos grupos industriais e financeiros, que detém a parte do capital suficiente para lhes conferir legalmente todos os poderes.

E êste é um dos paradoxos maiores do capitalismo: enquanto a propriedade jurídica tende a se dispersar, o poder real tende a se concentrar, e um novo tipo de poder aparece, não consagrado ainda por nenhum direito, o poder sôbre a propriedade alheia.

É claro que mais dia menos dia os direitos dos acionistas, como todos os direitos aos quais não está ligada nenhuma função real, caducarão de vez. E, quando êsses direitos forem reduzidos à situação *legal* de simples recebedores de dividendos, a quem caberá *legalmente* a soberania das emprêsas? Já que a técnica exige mesmo grandes unidades de produção e que a história não caminha para trás, ver-se-á o capitalismo obrigado a consagrar *de direito* o primado da oligarquia, que por enquanto só existe *de fato*. Nesse dia, dará êle total razão aos que ensinam, como Burham, que já entramos na era dos tecnocratas, organizadores da produção e da distribuição universal dos bens?

Está aí uma pergunta para a qual a economia moderna nos países capitalistas não apresentou ainda resposta alguma.

AÇÃO POLÍTICA DOS INTERÊSSES PRIVADOS

Mas, enquanto não vem essa resposta, a ação dos interêsses privados tende sempre a fugir da esfera puramente econômica para invadir os domínios da política.

Em relação aos países subdesenvolvidos ou aos países já desenvolvidos mas de fraca potência financeira, o predomínio das Grandes Unidades Interterritoriais é um entrave permanente à independência.

No interior das grandes nações industriais, a influência exercida sôbre os centros governamentais é mais discreta e a investigação nesse particular não é muito fácil. Pois, como todo o mundo sabe, os dirigentes das grandes emprêsas e dos sindicatos patronais "não fazem política". Em todos os documentos ou relatórios que publicam, dir-se-ia que até a idéia de contactos com grupos da política lhes é completamente estranha.

O que não impede por parte dêles uma certa ação direta que não precisa figurar em relatórios e que consiste em ocupar, pura e simplesmente, os próprios centros governamentais mais importantes. E' assim que os meios econômicos conseguem muitas vêzes, direta ou indiretamente, conservar nas mãos as alavancas do comando, sem que sua proporção numérica no seio da população justifique uma tal situação de privilégio. Daí a distorção notória existente entre as "elites políticas" e a estrutura social da nação. E isto ocorre em qualquer país capitalista.

Deixemos de lado o que se passa aqui no Brasil, debaixo dos nossos olhos, para considerar o exemplo mais frisante da grande nação americana. O sociólogo Wright Mills, em sua obra *The Power Elite*, publicada em 1956, cita os seguintes números: "Em 1950-53, entre os 300 cidadãos norte-americanos mais afortunados, 68% vinham das classes ricas, representando menos de 5% da

população. Essas classes ricas, em que a transmissão da fortuna é hereditária, forneceram desde o comêço do século 60% dos membros do govêrno federal". E, entre as 85 pessoas que desempenharam na admissão Eisenhower um papel essencial, 68 tinham ligações diretas com os meios de negócios. Como exemplo mais eloquente, o mesmo autor revela que, dos 14 diretores da Standard Oil of New Jersey, 8 ocuparam ou ocupam ainda funções governamentais.

Foi, portanto, a dura experiência própria que levou o velho presidente a declarar em seu discurso de despedida à nação, pronunciado a 21 de janeiro de 1961: "O complexo industrial-militar, isto é, a comunidade dos que estão envolvidos em negócios de defesa, com ou sem uniforme, forma uma combinação que põe em perigo as liberdades e o próprio processo democrático em nosso país."

Grande foi mesmo o presidente Kennedy ao tentar livrar o setor político da influência do poder econômico, não só chamando às responsabilidades do govêrno os homens do pensamento até então afastados delas, mas também resistindo às imposições dos trustes e quebrando-lhes pelo menos uma vez a prepotência.

Falava pois com autoridade êsse grande estadista ao advertir um grupo de estudantes brasileiros sôbre o que se passa também em nosso país, que êle tanto desejou visitar: "Como podem vocês brasileiros pretender à liderança das nações mais pobres, quando está provado que mais de 80% da fortuna do país se acha concentrada nas mãos de menos de 200 pessoas?" (9) Sabia muito bem o que falava êsse homem que sofreu em sua terra a pressão constante dos grandes interêsses.

Mas não é sòmente junto aos executivos que se nota a penetração dos interêsses privados, é também junto às assembléias parlamentares. Nos Estados Unidos e na Inglaterra é de todos conhecida a lista dos organismos que "empregam" parlamentares para a defesa de suas posições. Pelo menos lá a coisa é pública e

(9) Palavras reproduzidas na imprensa brasileira, na época.

ninguém precisa, como aqui, se postar atrás dos bastidores para saber o que se passa.

Outro meio de intervenção consiste em controlar a ação dos governos, por intermédio dos chamados grupos de pressão.

A intervenção dêsses organismos começa no nível dos partidos, principalmente em épocas eleitorais, para continuar de modo mais vivo e sintomático junto aos próprios centros de decisão dos governos. É justamente pelo vulto e extensão de suas prerrogativas econômicas que os Executivos modernos apresentam aos grupos um alvo fácil e descoberto.

Sem que seja preciso empregar a palavra corrupção, pode-se imaginar de quantos meios dispõe um grupo de pressão para influenciar legisladores e altos funcionários, sempre, é claro, no sentido do mais legítimo interêsse nacional...

Um outro modo de contrôle, indireto mas eficaz no mais alto grau, consiste em agir sôbre a opinião pública. Os detentores do poder econômico dispõem de todos os meios necessários para agir através da imprensa, do rádio ou da televisão; e, caso falhem êsses poderosos veículos de informação ou propaganda, aí está para os ajudar a arte sutil das relações públicas.

A AÇÃO DOS INTERÊSSES PRIVADOS NA ESCALA INTERNACIONAL

E' claro que, para os maiores dentre os grandes, o campo internacional está longe de constituir o desconhecido.

Quando uma nação se acha em situação de predomínio, seus grupos de interêsses aproveitam a situação político-militar para conseguir vantagens substanciais nos países mais fracos: taxas de câmbio preferenciais, liberdade ilimitada de investimentos, remessa também ilimitada de lucros e "royalties". Mais uma vez, a política econômica norte-americana está cheia de exemplos neste particular.

O pior é que certas intervenções internacionais ultrapassam frequentemente o âmbito dos interêsses privados pròpriamente ditos, traindo pelo seu caráter sistemático a intenção muito mal disfarçada de influir, não só nas economias mas nos quadros institucionais dos países assistidos ou dominados. (10) Haja vista por exemplo a recusa de todos os governos republicanos dos Estados Unidos, sabidamente negocistas, em auxiliar mesmo de longe qualquer empreendimento não enquadrado devidamente nos esquemas capitalistas. A recusa vem às vêzes acompanhada de declarações de princípios, e é melhor que seja assim. Exemplo claro, aquela decisão do diretor da Administração da Cooperação Internacional de *"não mais consagrar fundos públicos americanos ao financiamento de emprêsas estatais estrangeiras, a fim de impedir o fortalecimento das tendências socialistas no mundo livre"* (palavras de John Hollister, citadas pelo jornal *Le Monde* de 15 de setembro de 1959). E em data mais recente, março de 1963, o Relatório Clay, ao tratar das modificações a serem feitas no programa norte-americano de ajuda aos subdesenvolvidos, lembrava que só se deve dar dinheiro aos países que respeitam as emprêsas privadas. E o presidente da comissão que redigiu o relatório declarava à imprensa que êle próprio se opusera ao financiamento de uma siderúrgica nacional na Índia para concedê-lo a uma siderúrgica privada (artigo de Claude Julien in "Le Monde Diplomatique", abril de 1963).

Nisto também foi grande o Presidente Kennedy. Estou lembrado de uma de suas declarações em que mais transpareceu a vontade de ultrapassar os paliativos filantrópicos e os motivos interesseiros que tanto prejudicam

(10) Este fato foi claramente denunciado pelo Papa João XXIII, na encíclica Mater et Magistra n.º 168, quando escreve: "A tentação maior para as comunidades políticas avançadas, é a de se aproveitarem da cooperação técnica e financeira que prestam, para influírem na situação política das comunidades em fase de desenvolvimento econômico, a fim de levarem a cabo planos de predomínio."

a ajuda econômica aos mais fracos: *"Aos que lutam para quebrar os grilhões da miséria, prometemos nosso esfôrço para ajudá-los a se ajudarem. E isto faremos, não por causa do que os comunistas possam fazer, não para lhes conquistar os votos, mas porque é justo."* Quis êle realmente compreender e ajudar. Mas outros, muitos outros, não quiseram. Para maior desgraça nossa. E deles também. (11)

*
* *

E aqui termino esta exposição rápida e imperfeita das taras e dos vícios do capitalismo das grandes unidades, citando uma sentença do historiador Charles Beard que me parece profundamente sábia: *a ciência política, se deixasse de considerar as influências econômicas, não conseguiria nunca ultrapassar o nível da astrologia."*

(11) Já está provado hoje. conforme assevera a revista européia *Croissance des jeunes nations* — janeiro de 1964 — que ao tombar o jovem presidente em Dallas, sob as balas de um extremista provàvelmente armado pelas fôrças mais conservadoras do país, o grande capital já se pusera em campo para impedir sua reeleição em novembro próximo. A êste homem jamais seriam perdoadas as palavras candentes que pronunciara a 19 de março de 1963: "Os povos que esperaram durante séculos a chance e a dignidade, não mais podem esperar. Nós, os EE. UU. temos cometido muitos êrros. Por vêzes mesmo chegamos a dar aos outros povos a impressão de que a liberdade era para nós uma instituição interna e o progresso um privilégio nacional."

IV — A IGREJA E O CAPITALISMO DAS GRANDES UNIDADES.

Nas páginas que precedem, procurei traçar um esbôço rápido do sistema econômico que vigora em nossos dias na maior parte das nações do mundo, e que a Igreja já tinha sob os olhos em 1931, ao lançar Pio XI a sua grande encíclica *Quadragésimo Anno.*

O Papa começava por notar que da *Rerum Novarum* até àqueles dias:

"O regime capitalista estendeu consideràvelmente o seu império, invadindo e penetrando as condições econômicas e sociais mesmo daqueles que escapam a seu domínio imediato" (Q. A. n. 111),

alusão clara a setores tais como a agricultura e o artesanato, profundamente influenciados pela evolução capitalista. Sendo a concentração o caráter mais visível desta evolução, Pio XI denuncia logo a seguir suas conseqüências:

"Não sòmente a concentração das riquezas, mas a acumulação de um poderio enorme, de um poder econômico discricionário, nas mãos de um pequeno número de homens que de ordinário não são nem mesmo os proprietários, mas simples depositários e gerentes do capital que administram a seu bel-prazer". (Q. A. 113)

Este poderio açambarca capitais consideráveis que ficam sendo privilégio daqueles que,

"sendo os detentores e donos absolutos do dinheiro, governam o crédito e o dispensam como bem entendem. São êles que de certo modo distribuem o sangue ao organismo econômico, cuja vida lhes fica nas mãos de tal

modo que sem sua licença ninguém mais pode respirar." (Q. A. 114)

E o Papa conclui que esta concentração do poder e dos recursos é como que o traço distintivo da economia contemporânea. Estamos longe do capitalismo liberal das pequenas unidades, cujo fim último era o lucro; a luta agora vai muito além do enriquecimento puro e simples, ela tem por objetivo o predomínio econômico. E êsse predomínio só será obtido e conservado na medida em que uma influência suficiente fôr exercida sôbre o poder político e mesmo na esfera internacional.

Ao denunciar todo êsse complexo de iniqüidade, o Papa sabe muito bem que o pauperismo, tão grave nos tempos da *Rerum Novarum,* está agora bastante atenuado nas nações ocidentais mais adiantadas, encontrando, porém, uma triste compensação na miséria sempre crescente e ainda mais imerecida dos que trabalham naqueles países chamados novos e que hoje preferimos chamar os subdesenvolvidos. É aí que se agita

"a imensa multidão de indigentes, cuja miséria brada aos céus." (Q. A. 66)

A êsses infelizes, o Papa não hesita em juntar também a multidão dos assalariados rurais da própria Europa ocidental.

Se em conjunto, nos países ricos, a miséria operária é menos geral e menos profunda do que quarenta anos atrás, a verdade é que no mundo inteiro é crescente a massa dos proletários que só têm para viver a fôrça de seus braços e não fazem mais que vegetar num mundo que não foi organizado para êles. Pio XI afirma que o contraste entre essa multidão de pobres e o pequeno número de ricos atesta que as riquezas criadas pela "economia em expansão"

"estão mal divididas e não são aplicadas como conviria às necessidades das diferentes classes" (Q. A.63)

A razão primeira desta má repartição reside no fato que na indústria e no comércio o capital é que açambarca quase tudo, reservando para si a parte do leão. Ela se engana, continua o Papa:

"a classe dos ricos quando pensa ser perfeitamente natural e conforme à ordem um tal estado de coisas que lhe garante tôdas as vantagens, sem nada deixar aos que trabalham." (Q. A. 63)

além de salários modestos, que estão longe de levar em conta a prosperidade das emprêsas e que excluem de fato o operário de qualquer participação direta ou indireta em tal prosperidade. E o mais grave em tudo isto, contra o qual ergue Pio XI seu protesto mais veemente é que

"tôda a vida econômica tornou-se horrìvelmente dura, implacável e cruel." (Q. A. 117)

tanto para os patrões como para os operários. Os primeiros porque na corrida para o poder se chocam uns contra os outros, os segundos porque não passam nas emprêsas de simples números ou peças de máquina, vivendo em condições sócio-econômicas tais que

"a maioria dêles encontra dificuldades enormes em garantir o único necessário neste mundo, que é a salvação eterna." (Q. A. 141)

Seria possível dizer em têrmos mais acusadores que o regime capitalista é um poderoso fator de descristianização das massas?

Nos meios patronais, essa descristianização tem sua fonte na sêde insaciável de riquezas temporais.

"resultando disto um tal endurecimento das consciências que todos os meios lhes parecem bons quando se trata de aumentar as rendas, ou defender seus bens contra os azares da existência." (Q. A. 143)

E em muitos ricos êsse desejo de riqueza e vida fácil vai-se agravar com a procura do êxito social, ou mesmo pelo receio de parecerem ridículos se não seguirem o exemplo dos menos escrupulosos. A sociedade caminha assim para a mais completa

"desmoralização dos círculos dirigentes da vida econômica."

e é fatal, continua Pio XI, que esta desmoralização arraste também de roldão o mundo operário:

"a tristeza nos oprime quando pensamos nos graves perigos a que se expõe, nas fábricas modernas, a moralidade dos trabalhadores, mormente dos mais jovens, e o pudor das mulheres e das moças, quando pensamos nos obstáculos que o regime atual do trabalho, e sobretudo as condições deploráveis da habitação, erguem contra a coesão e a intimidade da vida familiar. O trabalho que nas intenções da Providência foi destinado à redenção do homem tende nestas condições a se tornar um instrumento de depravação: a matéria sai enobrecida das fábricas enquanto os homens saem corrompidos e rebaixados." (Q. A. 146)

Como explicar êsses desvios e desregramentos, senão pelo fato que existe mesmo no capitalismo das grandes unidades, tal qual êle aparecia em 1931 e se mostra ainda hoje, conceitos e estruturas sobrepostas que viciam na prática aquelas estruturas básicas que a Igreja, em princípio, talvez não houvesse condenado?

Quais são êsses vícios ou taras, no pensamento de Pio XI?

O vício fundamental do regime econômico que êle analisa e condena é que êsse regime procede, por lenta evolução, daquele mesmo capitalismo liberal condenado por Leão XIII, tendo herdado dêle o espírito profundamente laicista e anti-cristão. Tal como acontecia em 1891, continuava o mundo ocidental, quarenta anos depois, governado por uma ciência econômica separada da lei moral. Na célebre condenação do socialismo pelo mesmo Pio XI, basta substituir a palavra socialismo pela palavra capitalismo e teremos a mesma denúncia de um regime que, "ignorando por completo o supremo fim do homem e da sociedade", supõe na prática que êsse fim é tão sòmente o bem estar material da humanidade, sem a mínima referência a um critério superior. É claro que um regime dêstes nenhuma possibilidade tem de evitar injustiças tanto na produção como na repartição dos bens.

Do seu profundo desprêzo pela lei moral, só podia mesmo resultar uma conceituação da propriedade privada que nada tem a vêr com a da Igreja. Para esta, a propriedade privada dos meios de produção jamais poderá constituir um direito absoluto, enquanto para o capitalista de hoje, como para o de ontem, possuir uma fábrica ou uma fazenda é o mesmo que possuir uma casa ou um chapéu, é o direito absoluto de usar e de dispor como se ninguém mais existisse em tôrno dêle. Com uma tal noção primária e egoísta do direito de propriedade, é natural — como salienta Pio XI — que

"o capital reclame para si a totalidade dos lucros e das vantagens, deixando à classe dos trabalhadores sòmente o suficiente para recompor as fôrças e se perpetuar." (Q.A.60).

como também é natural e lógico que certas emprêsas, ou certos cartéis de emprêsas, procurem influenciar ou dominar o poder público usurpando assim

"contra todo o direito, uma certa prepotência social, quando o natural é que o poder político pertença não a quem possui mas a quem exerce a autoridade pública." (Q.A. 123)

É de admirar então que, face a tão graves abusos, o ódio de classes permaneça hoje o que sempre foi?

"Até o presente momento, a sociedade inteira permanece em estado de oposição violenta de interêsses e de classes, predispondo os espíritos à aceitação do ódio entre as pessoas e da guerra entre as nações." (Q.A. 90)

E finalmente Pio XI denuncia a anarquia e o esbanjamento que resultam desta dupla luta, e como remédio contra abusos tão flagrantes, verdadeiros crimes contra os pobres e a humanidade tôda, o Papa indica exatamente aquilo que o capitalismo mais detesta e teme: a organização do mundo do trabalho, a união dos operários em sindicatos e associações que lhes protejam os direitos e lhes assegurem as legítimas conquistas, fazendo naturalmente com que

"a atividade econômica convirja sempre para o bem comum da Sociedade." (Q.A.92)

E resumindo toda a sua doutrina em poucas linhas, eis o que diz Pio XI e o que podemos dizer ainda hoje sôbre o capitalismo das grandes unidades:

... há violação da verdadeira ordem quando o capitalismo só emprega os operários com a finalidade única de explorar a seu bel-prazer e em seu proveito exclusivo a indústria e o regime econômico inteiro, sem levar em conta a dignidade humana do trabalhador nem o caráter social da atividade econômica nem a justiça social nem o bem comum."

Se jamais houve neste mundo condenação mais formal, nós não a conhecemos.

Tinha pois tôda a razão o Papa Pio XII de se recusar a ver no chamado neo-capitalismo ou neo-liberalismo qualquer evolução real no sentido do abandono das teses liberais que continuam hoje como sempre a governar a economia e a política de um modo profundamente laicista, imoral e anti-cristão.

Em discurso pronunciado a 12 de novembro de 1944, levantou-se igualmente o digno sucessor de Pio XI contra a prepotência da economia liberal:

"Vemos a pequena e média emprêsa definhar e perecer, reduzidas que estão a uma luta defensiva sempre mais dura e sem esperança, vemos as potências financeiras dominarem tôda a economia privada e pública e até mesmo tôda a atividade cívica."

Embora Pio XII não tenha produzido nenhum documento da importância e precisão da *Quadragesimo Anno*, não deixou êle de externar o pensamento da Igrejo sôbre o regime econômico atual. Em diversos discursos e mensagens, êle deixou claro que as conseqüências do capitalismo, desde a severa condenação de Pio XI, se tinham agravado em dois pontos principais: a despersonalização do homem e a mentalidade técnica.

"O progresso técnico com que os homens sempre sonharam — disse êle em sua radio-mensagem do Natal de 1953 — tem sido levado até as conquistas mais ousadas impondo-se à consciência da maioria como fim último do homem, suplantando assim o ideal religioso e espiritual."

A economia que procurava uma falsa divindade para substituir o verdadeiro Deus, encontrou-a no progresso

técnico indefinido que inaugura uma nova ordem social: o homem escravo do progresso.

Esse primado do progresso técnico encontra seu apoio natural na concepção semi-pagã da propriedade. Para o capitalismo o direito básico e primeiro é o da propriedade. Pio XII proclama pelo contrário, em sua rádio-mensagem de 1.º de junho de 1941, cinquentenário da Rerum Novarum, que o direito fundamental que o homem recebe da natureza é o de usar os bens materiais; o direito de propriedade privada é secundário e seu fim social consiste precisamente em assegurar a todos e a cada um, o uso dos bens necessários.

Foi justamente por considerar o direito de propriedade como primeiro e absoluto que o capitalismo se tornou maléfico. A Igreja, pela bôca de Pio XII, não hesitou em reprovar êsse conceito como "contrário ao direito natural." E ela constata que êsse conceito falso tornou-se ainda mais temivel em nossos dias, devido ao fato de que as circunstâncias econômicas facilitam a acumulação de enormes riquezas, levando uns poucos homens a se associarem, à sombra do anonimato, para não importa que fim. Face a êsse paredão de dinheiro, face a essas imensas sociedades capitalistas que possuem quase todos os meios de produção e dominam tôda a vida econômica, o trabalhador, quer seja empregado ou operário, só pode mesmo permanecer um eterno proletário.

Por isto tudo é que Pio XII estima que se a política econômica do futuro quiser ser fecunda, ela só o será com a condição "de respeitar e proteger a função vital da propriedade no seu papel pessoal e social." É preciso pois agir de tal forma, que o maior número possível de homens tenham acesso à propriedade privada. Isto exigirá que o Estado regule o uso da propriedade e mesmo que, na medida em que o julgue necessário e sempre em vista do bem comum, êle proceda a desapropriações mediante justa indenização. Assim, ficam justificadas em seu princípio certas reformas agrárias empreendidas de quarenta anos para cá em diversos países, o que não quer dizer que elas tenham sido sempre executadas de modo plenamente satisfatório no plano técnico.

Finalizando, Pio XII resumia seu pensamento sôbre o capitalismo de hoje na célebre exortação ao clero do mundo inteiro, no decorrer do Ano Santo, 23 de setembro de 1950:

"Não são raros os padres que se mostram tímidos e inseguros no que diz respeito ao sistema econômico que tira seu nome da acumulação excessiva do capital ou dos bens privados. Mais de uma vez tem a Igreja denunciado suas consequências graves e perniciosas. Ela de fato não só tem indicado os abusos das grandes riquezas e mesmo do direito de propriedade que um tal regime econômico gera e protege, como tem ensinado que a riqueza e a posse devem ser instrumentos da produção de bens para vantagem da sociedade inteira e também para salvaguarda e desenvolvimento da liberdade e da dignidade humana." (D.C. col. 1376)

*
* *

Leitor amigo, depois de tudo o que ficou escrito até aqui, posso lhe fazer uma pergunta? Não acha V. que o capitalismo é mesmo em nosso mundo cruel e avarento um dos chifres com que o diabo arremete contra os homens?

Mas, não tenha mêdo, não, e peça a Deus coragem, pois existe um outro chifre mais pontudo ainda e bem pior também.

II PARTE

O QUE É COMUNISMO

I — ENCARAR O QUE EXISTE.

Até o ano de 1917, o capitalismo não teve concorrente. Censuras e ataques não lhe eram poupados, mas prova nenhuma se aduzia de que um regime diferente fôsse possível, eficaz e duradouro.

Mas, desde outubro daquele ano, uma nação de primeira grandeza separou-se do resto do mundo, social e econômicamente. A Rússia czarista passou a chamar-se União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, URSS. Seu regime econômico deixou de ser o capitalismo liberal para adquirir a forma de uma planificação coletivista, inspirada pela filosofia materialista e pela visão messiânica de Karl Marx.

E hoje um fato novo aí está a desafiar — no sentido em que fala Toynbbe — a civilização ocidental: a Rússia, nação atrasada até aquela data, tornou-se hoje a segunda potência industrial do mundo, demonstrando assim que uma população pobre pode ser arrancada da miséria e chegar à prosperidade sem aceitar a lei do enriquecimento pessoal, regra de ouro do sistema ocidental.

Se é certo que êsse desafio ocorre entre sistemas e o choque afeta sobretudo a vida das civilizações, não é menos certo que as pessoas também se sentem profundamente afetadas, qualquer que seja o seu país ou o meio em que transcorre a sua vida.

Para falar só do país em que vivemos e dos meios que frequentamos, é fato inegável que qualquer exposição leal e franca do marxismo, qualquer reconhecimento das conquistas sociais ou econômicas do comunismo, provocam, sobretudo entre os cristãos, um mal-estar indisfar-

çável, denotando nas pessoas uma verdadeira psicose de mêdo.

Emile Baas, em sua obra *INTRODUÇÃO CRÍTICA AO MARXISMO*, alinha algumas considerações sôbre as fobias do cristão face ao comunismo marxista, que me parecem tão úteis e oportunas que passo a reproduzi-las aqui na íntegra:

"Êsse medo dos cristãos tem múltiplas faces: primeiro, mêdo da verdade, que no caso concreto é especialmente difícil de ser enfrentada, porque sem dúvida alguma tem traços sedutores.

Mas, se a coragem é uma virtude cristã, por que não sustentar com um olhar firme a sedução, mesmo de um adversário?

Melhor é saber que é atraente e porque o é, do que procurar mesquinhamente desfigurá-lo e reduzí-lo a porporções desprezíveis.

Êste pequeno jôgo de pusilânimes, que reduzem o objeto do seu temor às proporções da sua própria mediocridade para massacrá-lo quixotescamente, é um jôgo traiçoeiro: o adversário aparece sob dimensões fàcilmente reduzidas e pode assim deixar de ser temido. Quem negaria, porém, que êsses pusilânimes se enganam a si próprios, enquanto o real continua real apesar de desejarem êles o contrário?

Além dêsse primeiro mêdo, vemos aparecer um outro: o que o cristão parece temer mais, são as consequências econômicas e políticas do marxismo.

Alarma-se com uma exposição na qual tais consequências não são expostas em tom suficientemente pessimista, porque tem mêdo de confessar que a causa profunda dos seus temores é a destruição das estruturas sociais em que se acha instalado. Antes de temer pela sua Fé, teme pela sua propriedade, pela sua segurança, pela ordem estabelecida, pelas instituições nas quais se sente à vontade, enfim, por todo o aparato sociológico de uma forma de civilização na qual está interessado. Evidentemente esta atitude é compreensível; no fenómeno humano, o que é de mais aparência, mais espetacular, mais acessível aos sentidos, é o que fere a imaginação em primeiro lugar.

O que perturba primeiro numa novidade é aquilo que sacode a poeira das rotinas.

Mas, quando se trata de um fenômeno tão considerável como o marxismo e o advento de tôda uma civilização construída sôbre seus princípios, nem o reflexo negativista que a novidade desperta nem o simples mêdo de perder uma segurança garantida e uma posição sociológica confortàvelmente adquirida seria um critério suficiente para um julgamento de valor.

O cristão que se apega a tais temores confessa, pelo fato mesmo, sua incompreensão do momento histórico em que está situado e a dificuldade que tem de se colocar à altura do acontecimento. Êste acontecimento exige que tenhamos a fôrça de enfrentar um novo tipo de civilização, com todos os riscos que possa trazer. Outras civilizações trouxeram riscos e houve cristãos capazes de enfrentá-los."

E o mesmo autor passa então a considerar os riscos para a Fé que o marxismo traz consigo:

"Poder-se-ia objetar — diz êle — que o risco aqui é diferente: está em jôgo a própria existência da religião. É negada radicalmente ao cristianismo a possibilidade de sobreviver numa civilização materialista. Atingimos assim o cerne da questão. Aqui podemos retrucar: mas por que, diante de uma exposição leal do marxismo, reagir com mêdos doentios, se nesta exposição assinalamos com insistência o lugar central do ateísmo no sistema e focalizamos com nitidez que o processo de desalienação, de libertação do homem, supõe necessàriamente, no pensamento marxista, a supressão definitiva da "alienação religiosa"?

Por que em primeiro lugar êsse mêdo da verdade, de correr riscos sociológicos, de achar a exposição do marxismo por demais sedutora e complacente, se revelamos o seu ateísmo radical sem a menor reticência?

Por que reagir primeiro sob a ação do reflexo de fobia do rico proprietário que teme por suas idéias, sua liberdade, seu dinheiro, e só depois sob a ação do reflexo da Fé? Se isto acontece, é porque a Fé não ocupa mais, como devia, o centro das estruturas mentais do cristão médio.

Para o homem de Fé, o que deve aparecer imediatamente *como monstruoso no marxismo não é o risco de uma subversão cultural, nem mesmo o risco de perseguições religiosas, mas a tranquila e radical* negação do objeto mesmo da Fé: *a existência de um Deus transcendente que intervém na história do homem para dar-lhe gratuitamente a salvação que por suas próprias fôrças, êle seria incapaz de conseguir.*

Que um cristão ao qual é exposta uma tal negação da Fé, não perceba primeiro nesta negação a contradição radical de tudo o que para êle deveria constituir o valor da existência, que se detenha primeiro nos riscos temporais que ameaçam seus hábitos de vida num novo sistema econômico ou político, o fato traduz uma falta de Fé, sôbre a qual nunca insistiremos bastante.

Acrescentemos que Pio XI, ao denunciar na encíclica DIVINI REDEMPTORIS *o perigo do* comunismo ateu *já indicava que a verdadeira fonte de tôda a perversidade do pensamento marxista ou do sistema comunista residia no seu ateismo."*

Finalizando as suas considerações, Emile Baas nos traça um quadro rápido das duas posições diametralmente opostas e ambas erradas que costumam dividir os cristãos face ao problema comunista:

"Dar ao debate cristão-marxista as suas verdadeiras dimensões, que são as da Fé proclamada ou negada, não facilita de modo algum o trabalho de reflexão crítica que é o nosso.

Duas posições contrárias devem ser aqui igualmente afastadas por caírem ambas num excesso de simplismo.

A primeira seria a de um cristianismo integrista. *Consistiria em dizer que o ateísmo fundamental do marxismo perverte a totalidade de suas posições sociológicas,*

econômicas, políticas e culturais, de tal modo que não haveria nêle uma só linha, uma só análise, ou um só projeto que pudesse ser considerado válido para o cristão. A reação do cristão seria assim a recusa total e maciça de todo o conjunto e de todos os detalhes do pensamento de Marx.

A segunda posição extrema seria a de um cristianismo progressista *seduzido pela idéia de um duplo marxismo, um filosófico, ateu, que o cristão não pode mesmo admitir, e outro que poderíamos chamar o marxismo puramente econômico. Êste, pela sua análise histórica do capitalismo e seus programas de socialização da vida com tôdas as implicações econômicas e políticas por ela reclamadas, poderia oferecer ao cristão um campo neutro para uma política de mão-estendida.*

A realidade é infinitamente mais complexa do que poderia sugerir o totalitarismo cristão do integrista, ou o dualismo maniqueu do progressista. É certo que, num pensamento sòlidamente construído como o marxista, as posições filosóficas essenciais influenciam o conjunto dos problemas humanos que o marxismo submete à análise.

Mas há também, no detalhe de suas análises, uma quantidade de fatos e verdades incontestáveis que o cristão não tem o direito de ignorar."

E o autor encerra êsse capítulo, com estas palavras pertinentes e felizes que faço questão de tornar minhas:

"Se criticar significa distinguir, nosso trabalho crítico consistirá portanto em retomar alguns dos temas fundamentais do marxismo e tentar joeirar a verdade do erro, lembrando constantemente que o objeto da Fé não é uma teoria econômica ou politica nem a defesa de um tipo único de civilização, mas a adesão a um Deus transcendente que se inseriu na história dos homens para trazer-lhes a salvação."

Deixando para o fim as considerações sôbre o ateísmo que tornam o sistema comunista inaceitável em sua essência pelo cristão, passarei a examinar no capítulo seguinte a revolução econômica por que passou a Rússia e estão passando outras nações por influência dela.

Acho que é possível separar as duas coisas e tentar vislumbrar, no seio das transformações econômicas e sociais por que está passando o mundo, aquêles restos de verdades cristãs que, no dizer de Chesterton, andam como loucas, perdidas nas estruturas edificadas pelos homens que se tornaram irreligiosos ou ateus.

Ao fazer isto estarei correspondendo plenamente, penso eu, àquele espírito de finura que levou o grande Papa João XXIII a traçar na *Pacem in Terris* estas inolvidáveis diretivas:

"Cumpre distinguir com clareza entre falsas opiniões filosóficas acêrca da origem e fim do universo, e as iniciativas de caráter econômico, social, cultural ou político, embora êsses movimentos hajam derivado de tais opiniões ou sejam por elas fomentados; porquanto uma doutrina permanece o que é após sua formulação, ao passo que tais movimentos, mergulhados no tempo e no espaço, não podem furtar-se aos influxos do condicionamento histórico, nem deixar de sofrer substânciais modificações. Além disso, quem ousaria afirmar que nessas iniciativas, na medida em que se coadunam com as normas da reta razão e correspondem às aspirações humanas, não há aspectos positivos, merecedores de aprovação?"

Quem deixará de reconhecer que esta distinção tão esclarecedora e justa foi ditada ao grande Papa por aquêle Espírito de Amor e de Justiça que sempre lhe guiou os passos? É êsse Espírito que o inspira nessa mesma encíclica quando êle diz:

"É justo fazer diferença entre o êrro e a pessoa que erra, ainda que se trate de homens que erram por desconhecimento total da verdade, ou por informação incompleta no que tange à moral e à religião. O ser humano que erra não desveste por isso sua condição de homem, nem perde jamais sua dignidade de pessoa, e tal dignidade deve ser tempre tomada em consideração.

Ademais nunca desaparece na pessoa a capacidade natural de rejeitar o erro e de abrir-se à luz da verdade, nem para isso lhe há de faltar o auxílio providencial da misericórdia de Deus. De onde se conclui que se alguém,

em tal ou qual momento de sua existência, se acha privado da luz da fé ou tenha aderido a opiniões errôneas, pode retornar à verdade, tão logo a graça de Deus o ilumine".

Foi êsse sentimento tão cristão de Justiça e Caridade que levou o bom velhinho poucos dias antes de morrer a conceder uma audiência especial ao genro e à filha de Kruchev. Mas o mundo em que vivemos está de tal modo dividido e desorientado que um gesto como êsse de nobreza cristã foi o bastante para que os *integristas*, de um lado, acusassem o bondoso pontífice de complacência para com o comunismo e pior ainda de ter inspirado e comandado a "virada para a esquerda" que resultou na vitória do Partido Comunista nas últimas eleições italianas, enquanto, de outro lado, os *progressistas* invocavam o mesmo gesto e as mesmas palavras para legitimarem as suas eternas confusões quanto à ação social e política dos cristãos. Uns e outros fariam bem de meditar êste excelente conselho que o santo velhinho nos dá a todos na mesma encíclica:

"Em tais circunstâncias, aquêles que professam a fé católica sejam coerentes consigo próprios e não desçam a compromissos em matéria de religião e de moral. Ao mesmo tempo porém dêem provas de espírito de compreensão, de desinteresse e propósito sincero de colaborar na consecução dos objetivos que sejam bons por natureza ou próprios para conduzir ao bem." (PT — V.ª parte n.º (1)

Eis porque, leitor amigo, eu lhe faço esta advertência previa: se achar nêste livro daqui por diante algumas linhas ou algum capítulo que lhe pareçam favorecer

(1) Estas palavras são tanto mais preciosas e dignas de meditação quanto sabemos hoje que elas de nada serviram para diminuír os ataques de uns e a incompreensão de outros. O bom Papa morreu amargurado por mais esta demonstração da maldade humana, tendo deixado num caderninho de notas as seguintes palavras: "sei que muitos me acusam, mas que significa a minha dor diante de tudo quanto sofreu Jesus?"

o comunismo não me chame de cristão *progressista*, porque não sou. (*) E se achar também, como vai achar páginas inteiras de denúncia violenta dos erros e dos vícios do sistema, não creia que estou cedendo ao *integrismo*, porque também não sou um *integrista*.

Eu não sou nem quero ser em tudo aquilo que digo ou faço, nada mais do que um cristão atento á voz da Igreja em nossos dias.

E V. também, se é cristão, nada mais deve pretender.

(*) Lembro ao leitor que é preciso muito cuidado com as palavras cujo verdadeiro sentido acaba sendo deturpado ou destorcido pelo uso e mais ainda pelas paixões humanas. A palavra "progressismo", por exemplo, eu a tomo no seu sentido primitivo e histórico, designando aquêle movimento sócio-político de alguns católicos francêses que a Igreja desaprovou porque levava a confusões praticas e mesmo doutrinais muito graves. Quando digo pois que não sou "progressista", não quero dizer que sou contra o progresso social, contra as reformas, ou pela manutenção do *status quo* em nosso país. Todo este livro é para dizer o contrário.

II — O CRESCIMENTO ECONÔMICO DO MUNDO COMUNISTA

Diz Jacques Germain que um estudo sôbre o capitalismo seria incompleto e a bem dizer inútil se não se terminasse por uma camparação entre as taxas de crescimento dos dois sistemas rivais que aspiram à hegemonia mundial.

E passa êle então, em sua obra *Le Capitalisme en question*, a analisar o crescimento da economia soviética entre os anos 1938-1957, período suficientemente longo para nos dar uma idéia dêsse fenômeno a longo prazo que é o progresso econômico de uma nação.

Na Europa ocidental e na América do Norte, tomando como base o algarismo 100 em 1938, eram os seguintes os índices da renda nacional média por habitante:

	1938	1957
Europa ocidental	93	135
Estados Unidos	144	172
Canadá	157	191

Por onde se vê que o progresso na América do Norte é nìtidamente superior ao da Europa ocidental.

Se quisermos estabelecer um confronto com o crescimento da URSS e de seus satélites, em valores absolutos, a dificuldade é quase insuperável. Provém ela de que os métodos de avaliação do produto nacional não são os mesmos e os dados de que se dispõe nem sempre possuem objetividade completa, de modo que querer fixar a data certa em que o produto nacional soviético atingirá o dos Estados Unidos é uma tentativa vã.

O que se pode fazer com mais realismo é comparar as taxas de crescimento dos dois gigantes. Estudos sérios e numerosos de autores anglo-saxões tornaram possível a correção das estatísticas oficiais da URSS e seus satélites e a reavaliação de seus produtos nacionais segundo os métodos e definições ocidentais. Ora, todos êsses trabalhos revelam sem discrepância um crescimento da renda nacional soviética em longo período da ordem de 6,5 a 7% ao ano. É assim que a renda nacional comunista é duplicada cada dez ou onze anos, ao passo que a das nações ocidentais só o é cada vinte e cinco ou trinta anos. Um tal ritmo de crescimento, desconhecido em período longo nos países capitalistas (2), não pode ter a sua explicação atribuída exclusivamente aos métodos totalitários de trabalho. A sua causa principal está na existência de uma planificação centralizada que se esforça por desenvolver ao máximo os setores básicos, obtendo assim progressos substanciais e contínuos no domínio da produtividade. A produção industrial da URSS, que era 13 vêzes inferior à dos E.U.A. em 1917, passou a sê-lo 6 vêzes e meia em 1937 e apenas duas em 1957.

Se olharmos para as probabilidades de crescimento no futuro, a proporção continua a mesma.

Nos Estados Unidos, a taxa de crescimento anual vem sendo de 3% desde o fim do século passado, tendo passado a 3,5 e até 4% após a II Guerra mundial, encontrando-se contudo a indústria, atualmente, superequipada. As previsões da National Planning Association,

(2) O crescimento econômico do Brasil, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, chegou a atingir em 1961, para o produto nacional bruto, a taxa de 7,7, baixando a 3,4 em 1962, o que equivale a um crescimento *per capita* da ordem de 4,5 e 0,3 respectivamente. A previsão para 1963 era de 2,1 para o produto nacional bruto e de — 1,0 para a produção por habitante. Isto significa que o país tornou-se mais pobre no ano passado só tendo crescido em população, cuja taxa de crescimento das mais altas do mundo, é de 3,1%. Está aí o prenuncio de graves perturbações sociais, visto que ocorrerá fatalmente ou uma restrição do consumo ou uma restrição dos investimentos.

que estabeleceu para o ano de 1975 a chegada ao índice 142 do produto médio por habitante, partindo do índice 100 em 1957, se baseiam justamente sôbre a manutenção até 1975 das taxas de crescimento observadas de 10 anos para cá. Mas estas correm o risco grave de serem desmentidas pelos acontecimentos, a menos que ocorram substanciais reformas de estruturas, tais como a execução de planificações indicativas e intervenção mais ativa do Estado. O mais provável é que o produto nacional americano não aumente mais que de 2 a 2,5% ao ano em período longo.

Para a Europa ocidental, dadas as estruturas atuais e mais as dificuldades políticas surgidas quanto ao estabelecimento rápido do Mercado Comum, é muito duvidoso que seja mantida até àquele ano a taxa de crescimento de 4%.

Enquanto isto, para a URSS, o estudo pormenorizado e a reavaliação dos dados segundo as normas ocidentais levam a concluir que o crescimento do produto nacional será mantido à taxa de 6,5% ao ano até 1975. Para a produção industrial o crescimento seria de 8%, de modo que, neste setor, a URSS ombrearia com os Estados Unidos antes mesmo do fim do período.

No atinente à repartição do produto nacional em porcentagem entre o consumo civil, o investimento e as despesas militares, eis como apareciam os algarismos em 1955:

	OTAN	U.S.A.	URSS
despesas militares	6,5	10	21,5
consumo civil	76	70,5	54,5
investimentos	17,5	19,5	24

É portanto na URSS que o consumo é mais fraco, pela simples razão de que o nível de vida da população é contido de propósito, com o fim de liberar recursos para o equipamento do país e sua defesa. Em compensação, em matéria de investimentos a URSS tem a primazia. E nêste ponto ela leva uma vantagem apreciável

que lhe vem de sua organização centralizada, em contraste com a das nações ocidentais onde tudo conspira para a dispersão, a começar pelo motor principal da economia que ainda é a obtenção do lucro, o qual é sempre baixo nos setores básicos, que são precisamente os de maior interêsse coletivo. Além de consentir na multiplicação anti-econômica dos tipos de produtos, e de fundar o consumo num tremendo desperdício, o Ocidente dispersa também seus créditos, suas pesquisas e seus protótipos. Isto tudo agravado pelo funcionamento de seus quadros nacionais, sempre dispostos a impedir ou dificultar qualquer esfôrço sério de coordenação internacional. Enquanto isto, a URSS pode a qualquer momento concentrar todos os seus recursos num só objetivo, como ela resolveu fazer agora no início de 1964 em relação à indústria química, cujo atraso causou em parte a estagnação agrícola. É um fato que seus êxitos espetaculares no campo da astronáutica só serão bem interpretados se os considerarmos como resultado e recompensa de esforços sistemáticos e perseverantes no domínio industrial em seu conjunto.

Pode-se também observar a desvantagem do Ocidente na grave questão do auxílio aos subdesenvolvidos. Fiéis à ideologia liberal, os ocidentais continuam a conceder seus dons ou empréstimos com o fim de estimular a atividade econômica das emprêsas privadas. Trata-se para êles de criar condições que atrairão os capitais privados e lhes garantirão uma rentabilidade suficiente, livre de riscos políticos e até mesmo comerciais. Pretendem deslanchar o desenvolvimento atraindo primeiro os capitalistas ocidentais, na esperança de que serão imitados logo a seguir pelos cidadãos do terceiro-mundo. Os textos oficiais norte-americanos, bem como as declarações dos banqueiros e dos diretores das grandes sociedades industriais, aí estão para comprovar tudo isto. Sem mostrar o mesmo fanatismo pela livre emprêsa que ostentam os norte-americanos, os europeus não deixam de adotar, no fundo, a mesma concepção da ajuda. O resultado aí está: enquanto na ajuda ocidental 60% do total são representados pelos "dons" que humilham ou corrompem e nada produzem, a ajuda russa só contém 10% de dons, 90% são créditos a longo prazo e juros baixos para os setores básicos. "Os países socialistas ajudam os subdesenvolvidos a criar sua própria indústria", declarou Krushchev em 1959. Esta declaração cresce de vulto se a pusermos em confronto com esta outra, que é do próprio falecido presidente Kennedy: "Em 1960, investimos no estrangeiro 1.700 milhões de dólares, mas dêle retiramos 2.300 milhões... Se analisarem estas cifras, verão que do mundo subdesenvolvido, que precisa tanto de capitais, nós retiramos 1.300 milhões, e só lhes enviamos 200 milhões em capitais privados para os investimentos." (4)

(3) Para os que quiserem dados mais explícitos e numerosos, aconselho a leitura do n.º 147 da Revista *Economie et Humanisme*, número especial de 1963 — "*Economie* mondiale — économie des hommes".

O conhecimento destes fatos e algarismos é pouco difundido no mundo que se diz livre. Os homens do Ocidente preferem cobrir o rosto com as mãos diante de verdades tão desagradáveis. Mas, enquanto êles assim procuram tranquilizar-se, o equilíbrio mundial das fôrças vai-se modificando de ano para ano em detrimento dêles.

E, como para agravar ainda mais a tendência ao desequilíbrio a longo prazo, um fator novo veio interferir desde 1949, quando um outro país enorme, a China continental, resolveu entrar na via do desenvolvimento rápido adotando o sistema coletivista planificado.

Não temos dados à mão para expô-los ao leitor e os que porventura existem devem ser mais difíceis ainda de interpretar, sobretudo agora que parece ter-se comprovado o fracasso das comunas rurais chinesas e nova virada está em curso. Mas, qualquer que seja o vulto e o custo desta nova operação maciça, o fato incontestável é que a industrialização permanece ainda o grande objetivo do regime; seiscentos milhões de chineses continuam

(4) Palavras citadas na mesma revista.

a orientar o seu formidável esfôrço no sentido de tornar a nação, dentro de uma década, a terceira potência industrial do mundo. *

É inútil querer negar a impressão que os chineses estão causando aos subdesenvolvidos, impressão maior que a produzida pela URSS de ontem e de hoje. Basta lembrar que êles são um povo de côr que aguentou por séculos a humilhação colonial da Europa, podendo pois, mais que a URSS, mobilizar as paixões não só anti-colonialistas como sobretudo anti-brancas.

Não há a menor dúvida de que a ambição política dêsse povo milenar, ambição que sempre existiu e sempre foi grande, reforçada agora por um zêlo messiânico, haurido como o da Rússia nas fontes do próprio Ocidente, vai tender a arrancar dêste o cetro do domínio mundial.

Como explicar que um país que, há quinze anos, nada podia fazer em benefício dos outros distribua agora quase um bilhão de dólares por ano em auxílios aos subdesenvolvidos? Como deixar de ver as constantes peregrinações de estudantes e delegações afro-asiáticas e mesmo latino-americanas que voam até Pequim, numa demonstração eloquente de novas e profundas afinidades?

A história dirá sem dúvida, dentro de algumas décadas, que o acontecimento maior do nosso tempo foi a passagem da China ao comunismo.

(*) Para se avaliar a possibilidade de transformação de um povo técnicamente subdesenvolvido por um regime planificador, é interessante ler a importante reportagem de Robert Guillais: *Six cents millions de chinois* — (Julliard ed. Paris 1956). O essencial dêsse livro pode ser resumido pelo título do capítulo 19: "Notável resultado material, terrivel resultado espiritual." "Dois aspectos, diz o autor, mais me impressionaram. O primeiro é que a Revolução procura incontestàmente, conseguindo-o em vários setores, fortalecer a propriedade coletiva; mas só o obtém desviando-se do seu caminho que seria libertar o homem. Optou pelo desprezo da pessôa humana, e julgou necessário transformar o homem asiático num inseto. O segundo é que, a serviço de um poderoso sistema de opressão, a Revolução conseguiu mobilizar milhares de homens inspirados por uma bôa vontade ardente, bela e jovem, quase religiosa."

III — OS NEO-BURGUESES DO ESTATISMO.

O rápido desenvolvimento econômico dos países comunistas tem pois uma explicação muito simples: a planificação centralizada e imperativa.

As nações capitalistas do Ocidente têm um crescimento econômico menos rápido porque suas planificações, quando existem, são dispersas e de caráter simplesmente indicativo.

No entanto, ambos os tipos de desenvolvimento são frutos de uma revolução.

A primeira revolução, que foi técnica e por isto chamada industrial, ocorreu no Ocidente em princípios do século XIX e foi feita pela burguesia que antes derrubara a aristocracia em uma revolução política, assumindo a liderança de todo um povo de rurais e artezãos cansados do absolutismo antigo. Ao promover o desenvolvimento econômico, a burguesia adotou a ideologia liberal, herança da Revolução Francesa. Mas, se uma tal ideologia lhe servia muito bem para atingir os fins desejados, jamais foi considerada como uma mística ou uma concepção total do mundo. Êste continuava a ser em tese um mundo livre, um mundo no qual as sociedades podiam escolher livremente o seu regime político, e os indivíduos dentro delas podiam adotar a ideologia, a moral ou a religião que bem quisessem. Justamente por serem liberais, as nações ocidentais habituaram-se a tolerar a crítica aberta a seus próprios regimes e instituições, a não prender nem liquidar os que rejeitam a sua ideologia e a deixar os condenados ao inferno capitalista perfeitamente livres de abandoná-lo. E quanto ao regime econômico, êste foi explìcitamente declarado desde o início

território livre por excelência, onde só se admitia o livre jôgo dos interêsses individuais. Só com o evoluir dos tempos e das técnicas é que uma certa socialização seria admitida no mundo ocidental, passando a ser legalizada depois de feita a prova.

Já a revolução na Russia obedeceu a princípios inteiramente diferentes. Ocorrida em outubro de 1917, seu primeiro cuidado foi liquidar a burguesia fraca e corrompida e impor à Russia czarista a famosa "ditadura do proletariado", ou seja a direção teórica, político-econômica, dos operários das indústrias capitalistas, ainda em processo de implantação no país. Os líderes desta revolução, que foi primeiro política antes de passar a econômica, tinham que agir sôbre um povo de rurais de acôrdo com um programa e uma mística que êles não podiam encontrar em sua própria terra. Foram buscá-los no Ocidente, na filosofia materialista e nos princípios de ação revolucionária do hegeliano Marx, dando assim razão a Dostoiewsky que escrevera, mais de meio século antes: — *"nós russos somos incapazes de pensar pela nossa própria cabeça, até as idéias importamos de fora; trouxemos do Ocidente o socialismo ateu para misturá-lo explosivamente com o nosso nihilismo."* *

Um grande sociólogo e filósofo da história, Raymond Aron, escreveu: *"entre uma sociedade totalitária e uma sociedade de essência liberal, aquêle que, sem ter aderido à nova fé escolhe a primeira, ou se revela incapaz de bem distinguí-las, tornou-se cego aos valores fundamentais."* (5)

Longe de mim a idéia de convidar o leitor a uma opção entre os dois sistemas, como se não houvesse a possibilidade de uma terceira revolução situada bem além das duas primeiras. Mas esta só pode ser visualizada e preparada se fôrmos capazes de distinguir o bem e o mal que existem misturados numa e noutra. Nada de útil faremos se não estivermos convencidos de que, nas coisas humanas, nada é totalmente bom nem totalmente ruim.

*) Do romance *Os possessos*, citado de memória.
(5) R. Aron: "Paix et guerre entre les nations".

O que importa nesta nossa análise, após haver marcado o que a revolução marxista fêz de *econòmicamente* bom, é denunciar o que ela tem de humanamente, socialmente ou *moralmente* ruim.

Não estranhe o leitor que, em assunto de tanta relevância, eu prefira ceder o lugar a outros que lhe falarão com mais autoridade e competência do que eu.

Para começar, transcrevo aqui umas páginas excelentes do professor de história econômica W. Rostow:

"Em resumo, Marx se enquadra entre os muitos homens do Ocidente que, de maneiras diferentes, reagiram contra os custos humanos e sociais da marcha para a maturidade e procuraram um equilíbrio melhor e mais humano na sociedade. Impelido — segundo a frase do seu próprio pai — por um "egoísmo demoníaco", consubstanciado na identificação com os de baixo e no ódio contra os de cima, também disciplinado até certo ponto pela paixão de ser científico em vez de sentimental, Marx criou seu notável sistema: um sistema cheio de falhas, mas também cheio de percepções parciais legítimas, uma grande contribuição formal para a Ciência Social, um roteiro monstruoso para a política de um povo.

Uma deficiência do sistema de Marx começou a revelar-se antes de êle morrer, e que não soube como enfrentar. Alguns crêem que a admissão íntima de tal fracasso é responsável pelo fato de DAS KAPITAL ser um livro inacabado. O fracasso revestiu-se da forma de um aumento dos salários industriais reais da Europa ocidental e do fato perfeitamente aparente que as classes operárias britânica e européia ocidental estavam inclinadas a aceitar melhorias; a aceitar as condições do capitalismo ao invés de concentrar seus esforços num sangrento ajuste de contas final, no confisco das propriedades e sua entrega a um Estado que os trabalhadores poderiam de algum modo controlar. A Primeira Internacional, que Marx formou e dirigiu, desintegrou-se nos primeiros anos da década de 1870, quando os dirigentes sindicais voltaram as costas a Marx e procuraram reformas gradativas dentro das respectivas sociedades.

Assim Marx e também Engels terminaram com uma opinião um tanto desiludida a respeito do operário com quem haviam contado tanto para concretizar a dialética deles: o operário contentava-se com uma migalha do progresso; um sentimento de que as coisas estavam melhorando para êle próprio e para seus filhos; uma disposição para lutar pelo que desejava dentro das regras da democracia política, num regime de propriedade privada; uma tendência para identificar-se com sua sociedade nacional de preferência ao mundo abstrato dos "proletários de todos os países" (6), *uma disposição, a despeito de conflitos e injustiças, para viver com seus semelhantes ao invés de conspirar para matá-los. E é aí que principia a história de Lenine e do comunismo moderno.*

Como evoluiu êsse comunismo?

A verdade é que o comunismo moderno foi criado diretamente num esfôrço para lidar com problemas que Marx não solucionou, tanto como teórico quanto como político revolucionário na prática. O comunismo moderno foi forjado de maneira assaz concreta, pelos erros e insucessos de Marx. Lenine teve de lidar com um mundo feito de operários tais como eram e não como Marx queria que fôssem, e de camponeses que Marx deixou de lado com umas frases perfunctórias, pois os considerava uns patetas; um mundo em que o nacionalismo competitivo era uma fôrça poderosa; e um mundo em guerra. Marx preferiu dissolver a Primeira Internacional a debater-se com a realidade. Lenine permaneceu no jôgo da política e do poder como o encontrou.

Como procedeu Lenine? Sua primeira e mais fundamental decisão foi a de buscar o poder político a despeito do fato de a maioria da classe operária russa não estar disposta a apoiar uma tentativa revolucionária para capturar o poder. O panfleto que êle publicou em 1902,

(6) A prova mais cabal dêste fato nos foi dada recentemente pelo operariado francês, mesmo comunista, por ocasião da guerra da Argélia, quando êle apoiou sem hesitar a ação de seu país, sem a menor consideração "de classe" pelo proletariado argelino oprimido e em luta por sua libertação.

"QUE FAZER?", é a verdadeira origem do comunismo moderno. Êle asseverou aí que se os operários russos estavam despreparados para desincumbir-se de seu destino histórico — como evidentemente estavam — o Partido Comunista não agiria como uma fração do movimento socialista, conforme aconselhava o Manifesto Comunista de 1848. Formaria um partido separado, uma elite conspiratória, e buscaria o poder numa base minoritária, "nadando contra a corrente da História."

Lenine resolveu, em suma, cumprir a profecia de Marx apesar do fracasso da predição dêste. Desde o comêço até agora — desde a cisão do movimento socialista da Rússia anterior a 1914 até a revolta dos operários de Budapeste em 1956, e a contínua relutância de Moscou em aceitar eleições livres em sociedades em que o capitalista e o latifundiário se acham totalmente liquidados — êste é o rato morto que há no fundo do pensamento e da prática do comunismo: o operário não tem nem pensado nem se conduzido como teòricamente deveria fazê-lo.

A segunda decisão de Lenin fluiu diretamente da primeira e foi a de tomar o poder na Rússia, na confusão que se seguiu à revolução de março de 1917, embora, segundo os padrões marxistas, a retrógrada Rússia estivesse històricamente verde para o socialismo. Por pouco tempo, os verdadeiros marxistas do campo de Lenine confortaram-se com a esperança de que a Alemanha — uma sociedade històricamente madura — também se tornaria comunista após a Primeira Guerra Mundial e assim criaria uma zona totalmente comunista, dentro da qual o atraso histórico da Rússia pudesse ser absorvido. Essa esperança porém se perdeu, e Lenine continuava tomando como base o comunismo de um só país, muito antes que Stalin conhecesse essa expressão.

A terceira, na revolta de Kronstadt, em março de 1921, quando Lenine confirmou o modêlo de 1902 e de novembro de 1917, empregando a fôrça para reprimir a revolta de uma provável maioria dentro do Partido Comunista, maioria esta, dos mencheviques, que se opunha ao rápido nascimento de um Estado ditatorial.

Lenine resolveu, após certa introspecção, prosseguir com o govêrno baseado na ditadura de um Estado policial.

A quarta, na década de 1930, quando Stalin, tendo gostosamente aceitado a ditadura do Estado policial como base de govêrno, alterou radicalmente o estilo da sociedade, ao introduzir poderosos incentivos materiais para os que estivessem dispostos a trabalhar efetivamente dentro da órbita do Estado comunista, e ao suplementar a ideologia marxista com elementos vigorosos do nacionalismo da Grande Rússia, acarretando revisões em tudo, desde os uniformes dos soldados até o conteúdo dos compêndios de História, da educação primária ao padrão da vida familiar.

A quinta, no 19.º Congresso do Partido em outubro de 1952, porém mais claramente após a morte de Stalin, quando a direção da expansão comunista foi desviada dos países adiantados para as áreas subdesenvolvidas, obedecendo à prescrição e à prática de Lenine. Com efeito, o julgamento de Marx a respeito da seqüência da História e da passagem inevitável das sociedades capitalistas amadurecidas para o socialismo, foi abandonado em favor da fórmula leninista que continua sendo o guia de Kruchev na teoria e na prática.

O que surgiu portanto na Rússia foi um sistema de Estado moderno, organizado sôbre a base, não do determinismo econômico, mas do determinismo político ou do poder. Não é a propriedade dos meios de produção que decide tudo, e sim o contrôle do exército, da polícia, dos tribunais e dos meios de comunicação. Lenine e seus sucessores, na prática repuseram Hegel sôbre os pés e viraram Marx de cabeça para baixo. O determinismo econômico não deu certo para êles; o determinismo do poder, êste sim, preencheu bem o vazio. Êles têm agido partindo da idéia de que em certas circunstâncias uma minoria decidida e bem disciplinada pode conquistar o poder político em uma sociedade mal organizada; uma vez de posse do poder, êste pode ser mantido com economia de fôrças, caso a elite comunista conserve sua unidade; tendo o poder nas mãos, os

recursos de uma sociedade podem ser organizados de tal maneira que a economia se desenvolva segundo as linhas que consolidam e alargam o poder dessa elite comunista.

A ironia dessa história ainda se propaga à natureza da economia política sob o regime comunista. Na história da Rússia moderna, e igualmente na Europa Oriental de após 1945 e na China comunista, pode-se encontrar uma aproximação bastante boa da descrição feita por Marx de como funcionaria a economia capitalista: os salários são mantidos tão perto dos mais férreos mínimos quanto o permite a necessidade de incentivos; os lucros retornam aos investimentos e aos gastos militares em larga escala; e o sistema é estruturado de tal forma que seria fundamentalmente ameaçado se a vasta capacidade daí resultante fôsse dirigida francamente para o fim de elevar os salários reais. A diferença entre a imagem que Marx formava do capitalismo e a economia política comunista consiste, como é claro, nisto que o motivo num caso seria o lucro privado, enquanto no outro é a conservação e o crescimento do poder da elite.

Anàlogamente, a ditadura política da elite sôbre a maioria, agindo em função de seus próprios interêsses, é uma aproximação razoável daquilo que Marx acreditava ser a conformação política do capitalismo, em que mandavam os que tinha propriedade; todavia, a vinculação automática feita por Marx da posse da propriedade e do poder político deixava um certo hiato quanto à maneira pela qual o poder era exercido. E êste hiato o comunismo precisou preencher com a polícia secreta, bem como com todo o sistema de coerções e incentivos que lhe permite mandar e obter o desempenho desejado por parte daqueles a quem controla.

Resumindo, apesar de Lenine e Stalin — e agora Mao — terem conseguido sobrepujar as debilidades da análise que Marx fêz do processo histórico, não decorre daí que suas técnicas provarão ser viáveis a longo prazo. Tanto o marxismo quanto o comunismo moderno são concepções que fixam metas transcendentes, indepen-

dentes das técnicas empregadas para alcançá-las, porém a lição antiga da História é que os fins realmente atingidos são em grande parte função dos meios usados em sua consecução." (Rostow — Etapas do desenvolvimento econômico — pg. 209-214).

Acho que estas considerações de um dos grandes mestres do pensamento econômico contemporâneo deveriam servir de séria advertência para aquêles que entre nós, dizendo-se de esquerda ou a favor de uma revolução político-econômica no Brasil de hoje, não hesitam em estender a mão aos comunistas ou em facilitar-lhes a tarefa. "Marcharemos com os marxistas enquanto isto nos fôr útil — dizem — e depois nos separaremos dêles." Como se o leninismo não consistisse precisamente em capturar primeiro o poder mediante tôdas as alianças possíveis e usando todos os meios facultados pelas democracias, para depois exercer a ditadura em nome de um operariado que, como a história já provou, se desinteressa totalmente por êsse tipo de revolução. *"Dai-nos a liberdade de falar e de agir, pois que êste é o* vosso *princípio — poderiam dizer aos democratas ingênuos os leninistas — e depois suprimiremos a vossa liberdade, pois que êste é o* NOSSO *princípio."*

E para que o leitor não pense que estou exagerando, eis aqui mais uma longa citação, e desta vez de um ex-revolucionário comunista. Milovan Djilas, cujas páginas vibrantes passo a reproduzir, ajudou a implantar na Iugoslávia o marxismo-leninismo, mas, em face dos absurdos a que chegou êsse sistema no campo da economia e das ciências em geral, resolveu consignar o seu protesto num livro que fêz época e se chama *"A nova classe"*. Até hoje, que eu saiba, ninguém se levantou na área comunista para refutá-lo. O mais que souberam fazer foi manter o autor trancafiado até hoje na prisão.

Eis o que escreve Djilas sôbre a nova classe formada por aquêles que eu prefiro chamar os neo-burgueses do estatismo:

"Na URSS e em outros países, os acontecimentos diferiram das previsões dos líderes, mesmo dos mais

destacados, como Lenine, Stalin, Trotsky e Bukarin. Êles esperavam que o Estado desaparecesse ràpidamente e a democracia se fortificasse. Foi o contrário que aconteceu. Esperavam uma rápida melhoria do nível de vida e houve pouca modificação a êsse respeito; nos países dominados do Oriente europeu o padrão de vida chegou a declinar. Em todos os países, o padrão de vida deixou de se elevar em proporção com o índice de industrialização que foi muito mais rápido. Acreditava-se que as diferenças entre a cidade e o campo, entre o trabalhador intelectual e o físico, desapareceriam lentamente. Tais diferenças têm ao contrário aumentado. As previsões dos comunistas em outros terrenos, inclusive suas esperanças de transformações no mundo não comunista, também deixaram de se tornar realidade.

A maior ilusão foi a de que a industrialização e a coletivização na URSS e a destruição da propriedade capitalista trariam como resultado uma sociedade sem classes. Em 1936, ao ser promulgada a nova Constituição, Stalin anunciou que a "classe exploradora" tinha deixado de existir. O capitalismo e as classes antigas tinham de fato sido destruidas, mas uma nova classe, antes desconhecida na história, se havia formado.

Essa nova classe — a burocracia ou, mais exatamente, a burocracia política — tem tôdas as características das anteriores, acrescidas de algumas novas e próprias. Também sua origem teve características especiais, embora fôsse em essência semelhante ao começo de outras classes.

Outras classes também chegaram à fôrça e ao poder pela trilha da revolução, destruindo as ordens políticas, sociais e outras que encontravam em seu caminho. Quase que sem exceção, porém, elas chegavam ao poder depois *que novos princípios econômicos se haviam formado na velha sociedade. Com as novas classes nos sistemas comunistas, deu-se o contrário. Não se instalaram no poder para* completar *uma nova ordem econômica mas para* impor *sua própria ordem, ao mesmo tempo que impunham seu poder sôbre a sociedade.*

Como essa classe não se formara como parte da vida econômica e social antes de atingir o poder, só poderia ser organizada, de forma especial, dentro de uma disciplina baseada em princípios filosóficos e ideológicos idênticos a todos os seus membros. Unidade de crença e disciplina férrea eram necessárias para superar sua fraqueza.

As raízes da nova classe germinaram num partido especial, do tipo bolchecique. Lenine tinha razão ao considerar o seu partido como uma exceção na história da sociedade humana, embora não suspeitasse que êle seria o princípio de uma nova classe. Trotsky percebeu que nos revoltosos profissionais estava a origem do futuro burocrata stalinista. O que êle não percebeu é que estava se formando uma nova classe de proprietários e exploradores.

Isto não quer dizer que o novo partido e a nova classe são idênticos. O partido representa porém a essência dessa classe, a sua base. É muito difícil, talvez impossível, definir os limites da nova classe e identificar seus membros. Pode-se dizer que ela é constituída daqueles que gozam de privilégios especiais e favoritismo econômico devido ao monopólio administrativo que detêm.

Como a administração é inevitável na sociedade, funções administrativas necessárias podem coexistir na mesma pessoa com funções inteiramente ociosas. Nem todos os membros do partido são membros da nova classe, assim como nem todo artesão ou membro do partido citadino era um burguês.

O partido faz a classe, mas esta cresce como um resultado e usa o partido como base. A classe se fortalece enquanto o partido se enfraquece — é o destino do qual não podem fugir os partidos comunistas no poder.

Nenhum partido que não tivesse interêsse material na produção, ou não trouxesse em si, latente, a possibilidade da criação de uma nova classe poderia agir, ideológica e moralmente, de modo tão audacioso, dispondo sòzinho do poder por tanto tempo. Ao término

do Quinto Plano Quinquenal, Stalin declarou: "Teríamos fracassado se não tivéssemos criado o aparato." Êle deveria ter substituído a palavra aparato por "nova classe" e o sentido ficaria mais claro.

A origem social da nova classe está no proletariado, assim como a aristocracia nasceu de uma sociedade camponesa e a burguesia de uma sociedade comercial e artezanal. Há exceções, segundo as condições nacionais, mas o proletariado dos países econômicamente subdesenvolvidos, atrasados, constitui a matéria prima para a nova classe.

Há outras razões pelas quais a nova classe age sempre como campeã das classes trabalhadoras. Ela é anti-capitalista e conseqüentemente depende das camadas trabalhadoras. A nova classe é sustentada pela luta proletária e pela fé tradicional que o proletariado deposita numa sociedade socialista e comunista, sem explorações brutais. É vitalmente importante para a nova classe assegurar um ritmo normal de produção, de forma a não perder nunca seu contato com o operariado. E o que é ainda mais importante, a nova classe não pode atingir a industrialização e consolidar seu poder sem o auxílio das classes trabalhadoras. Por outro lado, a classe proletária vê na expansão da indústria a salvação da pobreza e do desespêro. Durante um longo período, os interêsses, idéias, fé e esperança da nova classe e de partes da classe operária e dos camponeses pobres, coincidem e unem-se. Tais fusões ocorreram no passado entre classes inteiramente diferentes. A burguesia, por exemplo, chegou a representar os camponeses na luta contra os senhores feudais.

O movimento da nova classe em direção ao poder resulta dos esforços do proletariado e dos pobres. São êles a massa para a qual o partido ou a nova classe deve inclinar-se e a êles estão mais estreitamente ligados os seus interêsses, até que ela possa impor seu poder e autoridade. Acima e além disso, a nova classe interessa-se pelo proletariado e pelos pobres apenas na medida em que êles lhe são necessários para o aumento

da produção e a repressão às fôrças sociais mais agressivas e rebeldes.

O monopólio que em nome da classe trabalhadora se estabelece sôbre tôda a sociedade é exercido principalmente sôbre essa mesma classe trabalhadora. É um monopólio a princípio intelectual sôbre a chamada vanguarda proletária, daí se estende a todo o proletariado. É a maior decepção que êste deve sofrer, mas serve para mostrar que o poder e o interêsse da nova classe estão principalmente na indústria, sem a qual ela não pode consolidar sua posição.

Antigos filhos da classe trabalhadora são os mais afoitos membros da nova classe. Foi sempre o destino dos escravos que seus representantes mais inteligentes e bem dotados se tornassem seus senhores. Neste caso, uma nova classe dominante e exploradora nasceu da classe explorada."

À pergunta que poderíamos fazer: além dêsse predomínio sôbre as outras classes, o que é que possui a nova classe comunista?, Djilas responde:

"Tal como a define o Direito Romano, a propriedade é o uso, gôzo e contrôle dos bens materiais. A burocracia política comunista usa, goza e dispõe da propriedade nacionalizada.

Presumindo-se que a participação nessa burocracia ou nova classe proprietária seja confirmada pelo uso de privilégios inerentes à propriedade — no caso, os bens materiais nacionalizados — então a participação na nova classe partidária ou burocracia política reflete-se numa percepção maior de bens materiais e privilégios do que os normalmente concedidos pela sociedade a tais funções. Êsse privilégio se manifesta na prática num monopólio partidário, no direito exclusivo que tem a burocracia de distribuir a renda nacional, fixar salários, dirigir o desenvolvimento económico, dispor da propriedade nacionalizada e outras. É assim que o homem comum, que considera o funcionário comunista como um cidadão muito rico e que não precisa trabalhar, vê a situação.

A propriedade privada se tem mostrado muitas vêzes contra-producente ao estabelecimento da nova classe. Além disso, a destruição da propriedade privada era necessária à transformação econômica das nações. A nova classe extrai seu poder, seus privilégios, ideologia e costumes de uma forma específica de propriedade — a coletiva — que ela administra e distribui em nome da nação e da sociedade.

Pelo significado que tem a propriedade — bem como seus frutos — para o poder da burocracia, esta não pode deixar de estender suas garras até mesmo às facilidades da produção em pequena escala. Devido ao seu monopólio e ao seu totalitarismo, a nova classe vê-se inevitàvelmente em guerra com tudo o que não estiver sob a sua administração e contrôle e deve deliberadamente procurar destruir ou conquistar o que escapa ao seu pulso.

O confisco da propriedade de outras classes, especialmente dos pequenos proprietários, provocou a queda da produção e o caos na economia, mas isso não teve conseqüências para a nova classe. Muito mais importante para ela, como para todos os proprietários na história, foi a conquista e a consolidação dessa situação. A classe usufruía a propriedade que conquistava, embora a nação perdesse a liberdade. A coletivização dos bens dos camponeses, econômicamente injustificável, era inevitável para que a nova classe se instalasse com segurança no poder e na convicção de proprietária.

Não há estatísticas dignas de fé que confirmem isso, mas a evidência demonstra que as culturas por acre na URSS não aumentaram em relação com as culturas na Rússia czarista e que os números relativos à pecuária ainda não se aproximaram das cifras pré-revolucionárias.

As perdas nas culturas agrícolas e na pecuária ainda podem ser calculadas, mas as perdas humanas, os milhões de camponeses que foram postos em campos de trabalho forçado, são incalculáveis. A coletivização foi

uma guerra aterradora e devastadora, semelhante à obra de um louco e só proporcionou lucros à nova classe cuja autoridade consolidou.

Essa nova classe é por outro lado a mais iludida e a menos consciente de sua existência. Qualquer capitalista ou qualquer senhor feudal tinha consciência de pertencer a uma categoria social determinada e acreditava que tal categoria destinava-se a fazer a felicidade da raça humana e que sem ela tudo seria caos e ruína. Os comunistas que fazem parte da nova classe também acreditam que sem seu partido a sociedade regrediria e fracassaria. Mas ignoram o fato que pertencem a uma nova classe proprietária, pois não se consideram proprietários e não levam em conta os privilégios especiais que gozam. Acreditam pertencer a um grupo com idéias, objetivos, atitudes e funções pré-estabelecidas. *Isso é tudo o que vêem. Não percebem que ao mesmo tempo são membros de uma categoria social especial, da classe que desfruta a propriedade.*

A propriedade coletiva, que age como um diluidor da classe, ao mesmo tempo a torna inconsciente de sua substância classista, e cada um dos proprietários coletivos ilude-se, pensando pertencer a um movimento que abolirá as classes na sociedade.

Uma vez no poder, os comunistas não têm dificuldades em acertar suas contas com a burguesia e os latifundiários. A evolução histórica se tem mostrado hostil a estas duas classes e à sua propriedade, sendo fácil levantar contra elas as massas. Tomar-lhes a propriedade é fácil — a dificuldade começa no confisco das pequenas propriedades. Tendo aumentado seu poder com as primeiras desapropriações, os comunistas podem confiscar até mesmo essas pequenas propriedades. A situação se esclarece ràpidamente; já não há mais as velhas classes e os velhos proprietários, a sociedade é "sem classes" ou a caminho de o ser. Os homens começaram a viver de uma nova maneira. Nessas condições querer voltar às velhas relações pré-revolucionárias, é fugir à realidade, é ser ridículo.

Os pequenos proprietários vão sendo então acostumados à idéia "socialista".

Instintivamente, porém, a nova classe sente que os bens nacionais são de fato sua propriedade e que até mesmo as expressões "socialista", "social" e "Estado", usadas com relação à propriedade são uma ficção jurídica. Também acredita que qualquer brecha na sua autoridade totalitária pode colocar em perigo seu direito de posse. Conseqüentemente, ela se opõe a qualquer *tipo de liberdade, ostensivamente, com o objetivo de preservar o direito de propriedade "socialista". A crítica à administração monopolista da propriedade gera o temor de uma possível perda do poder.*

A exigência de liberdade, baseada na suposição de que os bens produzidos pela nação podem ser administrados com mais eficiência pela sociedade do que pelo monopólio privado ou pelo proprietário privado e conseqüentemente deviam estar nas mãos ou sob o contrôle da sociedade, exercido pelos seus representantes livremente eleitos — forçaria a nova classe a fazer concessões a outras correntes ou a tirar a máscara e reconhecer suas características de dominadores e expoliadores. O tipo de propriedade e exploração que a nova classe cria com o uso da autoridade e dos privilégios administrativos é de tal ordem que até mesmo a própria classe tem de negá-los. Não procura ela acentuar que usa sua autoridade e cumpre as funções administrativas em nome da nação, para preservar a propriedade nacional?

Com isso sua posição jurídica torna-se incerta e transforma-se em fonte das maiores dificuldades internas. A contradição revela a desarmonia entre as palavras e os atos; embora prometa abolir as diferenças sociais, a nova classe as está sempre aumentando, com a aquisição dos produtos das fábricas nacionais e com a concessão de privilégios a seus adeptos. Tem de proclamar em altas vozes o dogma de que está realizando a sua missão histórica da libertação "final" da humanidade de tôda miséria e expoliação, embora esteja agindo exatamente no sentido oposto".

Eis porque — escreve ainda Djilas:

"Privar os comunistas de seus direitos de propriedade seria aboli-los como classe. Obrigá-los a abrir mão de outros poderes, a fim de que os trabalhadores possam participar dos lucros de seu trabalho — o que os capitalistas tiveram de permitir em conseqüência de greves ou da ação parlamentar — significaria privá-los do monopólio da propriedade, da ideologia e do govêrno, o que representaria o comêço da democratização e da liberdade no comunismo e o término do monopólio e do totalitarismo. Enquanto isto não acontecer, não poderá haver indícios de que modificações importantes, fundamentais, estejam ocorrendo nos sistemas comunistas, pelo menos aos olhos dos homens que pensam sèriamente no progresso social.

Os privilégios de que goza a nova classe e a participação nessa classe são privilégios de administração *e se estendem desde a administração dos negócios do Estado e das emprêsas econômicas até a gestão dos esportes e das organizações humanitárias. A liderança política, partidária ou a chamada* "liderança geral" *é exercida pela elite e tram em si certos privilégios. Em seu livro,* Stalin au pouvoir, *publicado em Paris em 1951, Orlov declara que a média anual de um trabalhador na URSS era de 1.800 rublos, ao passo que o salário e as comissões de um secretário do comitê de rayon chegava a 45.000 rublos anuais. A situação se tem modificado desde então para o operário e o funcionário do partido, mas em essência permanece a mesma. Outros autores chegaram às mesmas conclusões. As discrepâncias entre os salários dos trabalhadores e dos funcionários do partido,* (7) *são extremas, e não puderam ser ocultadas às pessoas que visitaram a URSS ou outros países comunistas nos últimos anos.*

Outros sistemas também têm seus políticos profissionais. A sociedade não pode viver sem Estado ou Govêrno e portanto não pode viver sem os que lutam por êle.

(7) Entre a situação da massa pobre e a dos neo-burgueses do estatismo — como prefiro dizer.

Há porém diferenças fundamentais entre os políticos profissionais dos outros sistemas e os do comunismo. Em casos extremos, os primeiros servem-se do Govêrno para assegurar privilégios para si mesmos ou seus apaniguados, ou para favorecer os interêsses econômicos de determinada camada social. No sistema comunista, sendo o poder e o govêrno idêntico ao uso, gôzo e contrôle de quase todos os bens nacionais, a situação é diferente. Quem tiver o poder tem os privilégios e indiretamente a propriedade. Conseqüentemente, a política como profissão é no comunismo o ideal dos que desejam viver como parasitas, às expensas dos demais.

A participação no partido comunista antes da revolução significava sacrifício e ser revolucionário profissional era uma das maiores honras. Agora que o partido consolidou seu poder, pertencer a êle significa pertencer a uma elite privilegiada. E no centro do partido estão os exploradores e senhores todo-poderosos.

Durante muito tempo a revolução e o sistema comunistas ocultaram sua verdadeira natureza. O aparecimento de uma nova classe foi disfarçado pela fraseologia socialista, e o que é mais importante, pelas novas formas da propriedade coletiva. A chamada propriedade socialista é um disfarce da propriedade em mãos da burocracia política." (Djilas — A nova classe — pg. 61 e seg.).

Aí está, leitor amigo, o "ideal" para o qual querem nos arrastar em nosso país os defensores de um estatismo totalitário que êles ingênuamente *batizam* de "democracia popular". Não acha V. que já é tempo de denunciar, principalmente aos jovens das nossas escolas e universidades, o caráter eminentemente retrógrado, reacionário e impostor da pretensiosa revolução marxista?

IV — A MÍSTICA QUE MISTIFICA MAS EMPOLGA.

Eu poderia continuar citando até o fim todo o livro de Djilas, sobretudo os capítulos em que êle trata do dogmatismo econômico dos comunistas e da tirania que êles exercem sôbre o espírito. Espero que o leitor não deixará de recorrer a uma fonte tão preciosa.

O mêdo que os comunistas têm da formidável fôrça do espírito é sintomático. O marxismo que êles professam já é em si uma doutrina com tendência ao fixismo e à intolerância, apesar do seu caráter dialético. Acresce ainda, como bem notou Victor Serge, êsse outro revolucionário desiludido, que os grandes marxistas, principalmente os russos, absorvidos pela luta e embriagados pelo êxito prático, deixaram desde o início de seguir a corrente das ciências em desenvolvimento. A aplicação vulgar que êles fizeram da tese segundo a qual o marxismo não é uma filosofia mas um método de transformação do mundo, não passa de uma derrota intelectual. O marxismo na realidade continuava a ser uma filosofia enquanto êles esqueciam que o mundo não poderia ser transformado sem uma renovação constante dessa filosofia, sem uma permanente revisão das idéias gerais, sempre de acôrdo com as recentes conquistas da ciência. Na pretensão do comunismo contemporâneo de ser, senão a única e absoluta, de qualquer modo a mais alta ciência, baseada no materialismo dialético, estão ocultas as sementes do seu despotismo, como bem o notou Djilas.

Sendo um produto de sua época Marx negava a necessidade de qualquer filosofia. Quando êle soltou aquela famosa frase: *"eu não sou marxista"*, êle queria dizer

que não se considerava um filósofo, embora o fôsse. Seu melhor amigo Engels havia declarado que a filosofia morrera com o desenvolvimento da ciência. A tese de Marx não era original: a chamada filosofia científica, especialmente depois do positivismo de Comte e do materialismo de Feuerbach, se havia transformado em moda.

As idéias de Marx foram influenciadas pela atmosfera científica e cientificista de seu tempo e pela aspiração revolucionária de dar ao movimento das classes trabalhadoras uma base mais ou menos científica. Já seus discípulos — escreve Djilas — foram influenciados por ambiente e métodos diferentes ao converterem em dogma o pensamento do mestre.

A fôrça da filosofia marxista não está — para aquêle mesmo autor — nos seus elementos científicos mas na sua ligação com o movimento da massa e principalmente na importância que atribui à modificação da sociedade. Repete constantemente que o mundo atual deverá modificar-se porque tem de se modificar, porque traz em si as sementes da sua destruição e porque a classe obreira deseja a modificação e é capaz de realizá-la. A influência dêsse pensamento cresceu como era inevitável e criou na grande massa trabalhadora da Europa a ilusão de que êle era onipotente pelo menos como método. Em países em que as condições eram diferentes, como a Inglaterra e os Estados Unidos, a influência ou a importância dessa filosofia foi insignificante, apesar da fôrça da classe trabalhadora e do movimento operário.

Como ciência a filosofia marxista não foi importante, já que se baseou em idéias hegelianas e materialistas hoje totalmente superadas. Como ideologia das classes novas e oprimidas, o marxismo marcou época, primeiro na Europa e mais tarde na Rússia e na Ásia, propiciando as bases para um novo movimento político e um novo sistema social.

Mas o fato que êle tenha inspirado e possa ainda vir a inspirar formidáveis movimentos de massa, não prova que êle seja cientìficamente verdadeiro ou que êle

seja a própria Verdade como querem os comunistas. Um de seus maiores males é criar nos espíritos primários, que são legião em nossa época semi-alfabetisada, a ilusão de que estão sendo profundamente filosóficos e cientistas ao considerar o homem com um mero fator econômico, e a produção econômica como a atividade humana por excelência.

Obcecados pela visão exclusivamente econômica do homem e do mundo, êsses pobres de espírito se atêm à filosofia primária do "nada mais é que". Deus nada mais é que o ópio do povo. A alma humana nada mais é que a matéria em sua mais alta expressão. O mundo nada mais é que o resultado das relações de produção entre os homens. Tudo olhado pela janelinha estreita e exclusiva da economia ou através do embate exterior e único das fôrças produtoras.

É essa visão estreita, exclusivista e obstinada, que acaba fazendo dos comunistas, como de todos os marxistas dogmáticos, êsses tipos tacanhos capazes tão sòmente de soltar à face do mundo declarações de uma burrice tão fenomenal que chega até a doer nos ouvidos que as captam ou a ferir os olhos que as lêem. Está lembrado o leitor daquelas sensacionais declarações dos astronautas russos sôbre a inexistência de Deus que êles "não conseguiram ver no cosmos por mais que arregalassem os olhos"? Aos que se iludem ainda quanto às possibilidades da liberdade de pensamento na URSS, eu lembro o episódio recente da luta entre Kruchev, o expoente número um da nova classe, e Pasternak, talvez o último valor russo da literatura universal. Quanto aos que persistem em alimentar alguma ilusão sôbre a liberdade artística no Paraíso vermelho, êsses, se foram visitar a nossa VII Bienal, devem ter ficado profundamente edificados com a "grandiosa" visão dos quadros russos, de um academismo de doer num mundo tão revolucionário. E quanto àqueles que esperam algo da filosofia ou da ciência soviéticas, deveriam perguntar aos mestres da Psicologia moderna se esta tem licença de penetrar naqueles domínios reservados.

Tudo isto é inegável, dirá o leitor inteligente. Mas como explicar a fascinação que continua a exercer o marxismo, doutrinal ou prático, principalmente nos meios cultos e nas elites universitárias do nosso país?

G. d'Harcourt, escrevendo para a revista Economie et Humanisme (n. de julho-agôsto 1963) cita a declaração feita em conferência pública por uma funcionária do *State Department*, ao retornar de uma longa estadia em diferentes países da América Latina. Ao falar da penetração comunista nas universidades, dizia ela: "para formar seus adeptos e militantes os comunistas não ficam falando sòmente da organização da produção ou das técnicas da revolução, mas apresentam uma *cosmologia*. Acham vocês que iríamos nós revidar falando da "livre emprêsa americana"?

Esta jovem funcionária norte-americana viu tudo. O marxismo fascina os jovens porque contém uma visão do mundo e acena a êles com um ideal de vida a bem dizer heróico, cheio de preocupação pela humanidade sofredora. Aos jovens pouco importa que êsse sistema, como filosofia ou como ciência, se mantenha impermeável aos movimentos do pensamento contemporâneo. Por outro lado, parece impressioná-los muito pouco o fato, histórico e concreto, que o marxismo se tenha tornado nas mãos dos comunistas russos um instrumento de domínio de uma nova classe, ou de luta contra a raça branca nas mãos dos comunistas chineses. O que os impressiona é que o povo do qual êles, latino-americanos, se sentem solidários é um povo ao qual só é deixada a liberdade de escolher entre o analfabetismo e a subnutrição, entre a morte por esgotamento e a exploração de seus braços produtores.

Aí é que está o desafio que o marxismo lança não tanto à civilização ocidental como à nossa consciência de cristãos.

Que é o homem? Que está êle fazendo nesta terra? Que são para êle os outros homens?

Não é porque êle ensina que o homem é a própria matéria em sua mais alta expressão e que nada existe

para lá da natureza que o marxismo consegue adeptos em tão grande número, nas escolas e nas universidades. O materialismo é doutrina quase tão velha quanto o mundo, e por outro lado o espiritualismo cristão, tal qual emana do Evangelho, jamais foi plenamente adotado no Ocidente, nem vivido a não ser por uma minoria ínfima de cristãos.

O que faz a fôrça do marxismo é a missão que êle atribui ao homem de ser êle próprio o seu construtor e libertador, ao tentar livrar os outros homens da tríplice alienação que os escraviza: ao capital, ao Estado, e sobretudo a Deus. Assim fazendo êle dá à História uma significação profunda, imprime-lhe o sentido de uma marcha para a salvação final.

E dêste modo o marxismo fica sendo a tradução moderna do eterno mito da Idade de Ouro, da volta ao Paraíso Perdido. Marx, judeu sem fé, foi incapaz de excluir da sua visão do mundo aquêle messianismo atávico que êle acreditava morto para sempre no fundo do seu ser. Como mais tarde Freud, êsse outro judeu incrédulo, será incapaz também de excluir de sua visão da alma ou da psiquê humana a velha doutrina bíblica da paternidade de Deus e do pecado original.

Talvez porque é visível demais no marxismo a persistência do tema cristão da salvação é que Toynbee, historiador das civilizações, chegou a dizer que êle não passa de uma heresia cristã.

Acho, portanto, extremamente útil colocar aqui sob os olhos do leitor mais umas considerações muito profundas de Emile Baas a respeito justamente da persistência e sobretudo da perversão do tema cristão da salvação que é tão visível no marxismo. Isto nos fará conhecer melhor o que êle é, e por que empolga tanto os nossos jovens.

PERSISTÊNCIA DO TEMA DA SALVAÇÃO

"Do tema cristão da salvação, a filosofia marxista da história toma de empréstimo a idéia do estado im-

perfeito do homem atual, de uma mutilação, um ferimento que o impede de manifestar desde já tôdas as virtualidades de sua humanidade. Além disso, permanece na mesma filosofia a idéia cristã de um estado ulterior onde o homem poderá encontrar sua integridade perdida, a fôrça e a plenitude de sua essência de homem. O último tema cristão latente no pensamento marxista é enfim a idéia de um crescimento possível do homem, de uma caminhada que o conduza da sua condição de natureza decaída à sua integridade total, à sua essência humana plenamente realizada e assumida.

A humanidade, tomada em seu conjunto, no impulso coletivo que a leva a superar-se constantemente, realiza nesta tensão seu destino. Todo movimento humano no avanço coletivo, tem seu destino inscrito no tempo que começou com as primeiras lutas com a terra e que terminará com a vitória sôbre as fôrças da natureza, na sociedade comunista futura.

Assim haverá um têrmo da humanidade sôbre a terra, marcado pelo duplo signo da reconciliação do homem com o homem e da reconciliação do homem com a terra.

A primeira será feita pela supressão da exploração do homem pelo homem, e será obtida pela revolução graças à luta de classes. O homem estará reconciliado com o homem quando desaparecerem as condições da exploração econômica e os últimos vestígios dos partidos reacionários. A humanidade unir-se-á então num empreendimento gigantesco e faustiano de humanização da terra, modelando-a, segundo as exigências das necessidades do homem, por uma aplicação racional da técnica e dos meios de produção. Quando o esfôrço humano tiver penetrado a terra por todos os lados, tiver vencido todos os obstáculos que ela levanta em seu caminho, tiver-lhe roubado as fôrças que ciosamente esconde, e as tiver colocado inteiramente a seu serviço, então o homem e a terra haverão de reconciliar-se e começará o que podemos chamar sem nenhuma ênfase poética, o paraíso na terra. Tal é a "nova esperança" que o marxismo oferece ao homem.

Esta esperança implica necessàriamente uma tensão para um "além" da situação presente, o que levou um marxista a afirmar: "Também nós cremos num além, só que o situamos nesta Terra." Fórmula contraditória? Paradoxal, sem dúvida, mas não contraditória.

O paraíso na Terra não é para hoje nem para amanhã. "Ninguém sabe quando se realizará", dizia Lenine. Só sabemos de uma coisa: é que êle se realizará necessàriamente quando se verificarem tôdas as condições históricas de seu advento. Podemos fazer só uma coisa: preparar imediatamente o melhor clima sociológico possível para o advento de tais condições. Mas daí a induzir o número de anos necessários a esta dialética do evento final da sociedade comunista, há um abismo.

O resultado é que o homem marxista é distendido pela aspiração de um além que transcende a existência individual.

A meta do seu esfôrço não está situada no interior do espaço que circunscreve a pessoa sôbre a terra. A meta está além, num futuro humano que êle, indivíduo, provàvelmente não atingirá. Assim, uma tensão para o transcendente em relação ao presente, um esfôrço para o além, é exigido ao homem marxista, e êste esfôrço necessita às vêzes as mais autênticas formas de heroísmo.

O aspecto psicológico da crença no além é assim mantido; o homem marxista está encarcerado numa solidão irremediável; como o cristão, êle tende para outra coisa que seu próprio eu, e o termo final do movimento se situa fora dêle, no além. Mas êste além não é mais colocado acima da história humana, na transcendência ou naquilo que chamamos céu, mas desce para a terra, na imanência da história humana. O marxista guarda assim todo o fervor psicológico provocado pela tensão para um plano supra-individual, deixando de crer numa realidade que não esteja incluida na trama da história terrestre.

PERVERSÃO DA SALVAÇÃO CRISTÃ

Resulta, com tôda a evidência, que a persistência do tema cristão da salvação é ao mesmo tempo sua perversão mais radical, no sentido forte da palavra.

A idéia cristã é tomada exatamente no sentido oposto.

A salvação cristã é solidária de uma irrupção de Deus na história dos homens, desde o Antigo Testamento, pela revelação da salvação futura prometida pelos profetas ao povo eleito; irrupção de Deus, pela vinda de Jesus Cristo, Filho de Deus, que por sua morte na cruz arrancou o homem do pecado e abriu as portas do Céu, isto é, trouxe as condições de uma transformação total sòmente realizada a título definitivo num plano que trancende a História.

A noção cristã de salvação está assim ligada indissolùvelmente à existência de um Deus transcendente à humanidade, que no seu amor sem limites se debruça sôbre as misérias da humanidade ferida pelo pecado, para restituir o esplendor perdido da liberdade dos filhos de Deus.

A oposição aqui é brutal entre a visão do homem radical e exclusivamente terrestre e a visão do homem projetada num segundo plano que transcende a existência terrestre. Por isso seria estabelecer uma confusão perigosa falar de uma "salvação" marxista como se, no pensamento de Marx, subsistisse uma espécie de clima pré-cristão. Certamente o marxismo não destruíu tôdas as condições psicológicas de uma aceitação da salvação religiosa: o homem não admite o absurdo da sua existência, crê numa ascensão possível para uma outra humanidade, diferente da atual que jaz em estado de "alienação". Entretanto esta recuperação de sua essência humana não será fruto de um gesto misericordioso de Deus que se inclina para o homem, mas de um esfôrço exclusivo do próprio homem que é capaz de se arrancar da escravidão e realizar as condições necessárias de sua libertação. Seria mais leal conservar a palavra "salvação" ao vocabulário especìficamente cristão (o homem é salvo por Deus) e falar em "libertação" na visão marxista (o homem liberta-se pelo trabalho produtivo e pelo esfôrço revolucionário).

Esta laicização da noção cristã de salvação provoca ainda uma última conseqüência.

Na visão bíblica e cristã, a salvação é um mistério simétrico ao mistério do pecado. O pecado está inscrito no mais íntimo da vontade humana, e é por uma aceitação livre das graças da Redenção, na intimidade da vontade, que o homem é salvo. O gesto redentor que Deus faz em favor do homem tem que ser aceito pelo homem na intimidade do coração e da vontade, por uma adesão de amor à Pessoa de seu Deus. A noção cristã de salvação parece desta maneira assumir todo o progresso espiritual do pensamento ocidental desde a antigüidade greco-romana.

O progresso da consciência através de tôda a história caracteriza-se por uma interiorização progressiva de tôdas as relações humanas. As lutas entre divindades hostis que na mitologia antiga situavam o drama do mundo fora do homem, tinham acabado. Já na tragédia grega havia lugar para a luta do homem contra êle mesmo, onde entrava em jôgo a responsabilidade pessoal. Sobretudo o movimento cristão para a caridade é uma subida a uma sociedade espiritual unida internamente por um contato de consciência a consciência, onde o homem deixa de estar justaposto ao homem para se unir interiormente numa comunidade onde cada consciência encontra, no dom que faz de si, a condição de exaltação do que há em si de mais humano. Os obstáculos que encontra nesta subida para a caridade deixam de ser por sua vez obstáculos de ordem exclusivamente social ou exterior para se tornarem obstáculos interiores. O homem novo deve surgir em cada pessoa pela ação conjugada da liberdade pessoal e da graça divina, a salvação se decide na intimidade da consciência.

Opondo-se a esta visão cristã da salvação, o marxismo parece desfazer todo o progresso ocidental de interiorização da consciência. A salvação deixa de estar

no interior das consciências e sua realização é brutalmente projetada no espaço e se resume no jôgo entre as frações inimigas da humanidade, proletários e burgueses, explorados e exploradores. Do triunfo final de uma coletividade humana sôbre outra (Proletariado contra Burguesia) resultará a salvação de tôda a humanidade no futuro. Há aqui uma verdadeira espacialização, *uma projeção no espaço da noção de salvação. O drama pessoal acaba deixando de existir para quem faz abstração das fôrças de opressão e de ascensão que dilaceram um ser na intimidade da consciência.*

SALVAÇÃO ETERNA E LIBERTAÇÃO TEMPORAL

Esta secularização da noção de salvação permitiria talvez resumir a oposição marxismo-cristianismo nesta frase lapidar proposta por um comunista a um cristão: "Para vocês tudo começa na morte, para nós tudo acaba na morte."

Dever-se-ia concluir que só a "nova esperança" comunista é capaz de mobilizar as energias humanas para o grande combate da libertação social, enquanto o cristão, preocupado com seu drama interior, na expectativa de uma salvação eterna, só pode permanecer fiel à sua orientação religiosa fundamental, graças a uma total evasão dos dramas do mundo? E estaria subentendido a priori *que os filhos das trevas serão sempre mais hábeis que os filhos da Luz? Semelhante conclusão é contrária não só às exigências profundas da Fé, mas ainda a tôda a realidade histórica do cristianismo desde a proclamação da "Boa Nova". A obra de salvação se opera essencialmente na intimidade das consciências, mas não resta a menor dúvida que deve também se projetar nas instituições humanas. É esta a obra própria do homem resgatado pela graça da Redenção. Está incumbido da missão de irradiar a caridade, não sòmente na comunicação pessoal das consciências mas ainda nas relações sociais no sentido mais amplo da palavra, no que elas têem de pròpriamente social e por conseqüência institu-*

cional. Há instituições que dividem os homens, que colocam necessàriamente os homens em conflito, que são verdadeiros curto-circuitos da caridade, como há outras que diminuem a dignidade dos homens, que os reduzem a uma miséria desumana e os impedem de tomar consciência de sua vocação de filhos de Deus, chamados ao Amor. Não há a menor dúvida, o cristão que vive verdadeiramente a sua Fé, não pode ficar indiferente aos problemas do destino temporal dos homens. Relembrando Peguy, o espiritual está reclinado sôbre o temporal como sôbre seu leito de campanha. Para o cristão portanto nem tudo começa depois da morte. Nada do que se passa na vida terrestre deve deixá-lo indiferente; se há uma humanidade a salvar, deve ser salva a partir de suas estruturas temporais. O essencial para o cristão é permanecer fiel à Fé, e lembrar-se que nem tudo acaba com a morte e que tôda ascensão da criação e da humanidade para uma maior unidade e harmonia deve-se orientar finalmente para uma clareira que se abre para o além.

O essencial é lembrar que tôda essa obra começou para êle numa irrupção do além que é a graça da Redenção à qual participa.

*O essencial enfim é que se lembre que há uma dialética mais poderosa que a outra e que é a dialética da ca*ridade.

Nêste sentido é verdade que a libertação do homem proposta pelo marxismo e circunscrita no interior de uma duração exclusivamente temporal, não pode ser confundida com a salvação cristã que vem do além, atravessa o temporal e termina no além. Mesmo se entre cristão e marxista pode haver alguma convergência sôbre a necessidade de transformar determinadas estruturas temporais, é indubitável que para o marxista tais estruturas possuem um significado inteiramente diverso do que elas têm para o cristão. Para aquêle, elas anunciam a construção do mundo socialista que é um fim em si, enquanto para êste elas só têm valor se permitem

irradiar a caridade, guardando a referência a uma vida cuja fonte e cujo fim estão além do plano temporal da aventura humana.

Nem o marxista nem o cristão podem crer que o "homem total" exista desde agora. O cristão também espera uma plenitude dos tempos que só lhe é dado entrever como se entrevê o fruto na semente. Ao contrário da visão marxista, o cristão afirma que o homem tem outras dimensões além da dimensão econômica. Pelo trabalho o homem realiza uma das mais nobres funções que lhe atribuí o Criador, mas esta não é suficiente para exprimir tôda a sua riqueza; trabalhar para dominar a natureza é uma das principais vocações, mas unir as consciências por um esfôrço de amor cotidianamente renovado é uma outra vocação que desde hoje pode ser realizada, apesar de tôdas as resistências de estruturas desumanas. Pode ser um dever para todo homem trabalhar para o advento de uma estrutura mais favorável, que torne possível o nascimento de comunidades mais humanas. Mas afirmar que o desabrochar do Amor depende só da eficácia das estruturas econômicas, e sobretudo que êle possa ser fruto do ódio de classes e da destruição daqueles que as compõem, é pràticamente negar a Caridade de Cristo, é negar o próprio Cristo e sua obra, é reduzir a nada a Fé que faz a base da vida do cristão." (Emile Baas — Introdução crítica do Marxismo págs. 133-140).

Leitor amigo, aqui termino a exposição e crítica do sistema comunista. Embora não tenha dito tudo sôbre êle, você ficou vendo que êle é mesmo o segundo chifre do diabo, muito pior que o primeiro, porque se apresenta como explicação total do mundo, e se ergue à nossa frente a proclamar bem alto, firmado em seus êxitos econômicos, que Deus não existe, o Cristo é uma fábula, o homem é que é seu próprio deus e seu único redentor.

V — A IGREJA E O COMUNISMO.

Dado o caráter radicalmente ateu do pensamento e do sistema de Karl Marx, pôsto em prática pela Revolução russa e agora pelas revoluções chinesa e cubana, a Igreja não podia deixar de se pronunciar através de documentos solenes de seu Magistério supremo.

De todos êsses documentos o mais completo e o mais explícito é sem dúvida a encíclica de Pio XI *Divini Redemptoris,* de 19 de março de 1937. Embora já velha de quase trinta anos essa mensagem do representante de Cristo na terra conserva todo o seu valor de atualidade, mormente na parte em que analisa a doutrina e denuncia os frutos do comunismo. As palavras são as seguintes com suas respectivas divisões:

FALSO IDEAL

O comunismo moderno, de maneira mais acentuada que outros movimentos do passado, traz oculta em si uma idéia falsa de redenção. Um ideal falho de justiça, de igualdade e fraternidade no trabalho, penetra-lhe tôda a doutrina comunicando à sua ação um misticismo falso que infunde ardor e entusiasmo às multidões, principalmente em tempos como o nosso em que da distribuição defeituosa das coisas dêste mundo resulta insólita miséria. Vangloria-se êsse pseudo-ideal de ter sido o promotor de certo progresso econômico o qual, quando de fato existe, tem a sua explicação em outras causas, como sejam a intensificação da produção industrial em países que dela eram quase destituídos, valendo-se tam-

bém das enormes riquezas naturais de que são dotados, e o uso de métodos brutais para executar trabalhos ingentes com pouca despesa.

MATERIALISMO EVOLUCIONISTA DE MARX

A doutrina que o comunismo disfarça, sob aparências por vêzes tão sedutoras, baseia-se hoje em substância sôbre princípios já divulgados por Marx, do materialismo dialético e histórico do qual os teóricos do bolchevismo pretendem possuir a única e genuína interpretação. Tal doutrina ensina não existir senão uma única realidade, a matéria, com suas fôrças cegas, a qual por evolução se torna planta, animal, homem. Também a sociedade humana não é senão aparência e forma da matéria que por igual maneira evolui e por necessidade inevitável tende, num perpétuo conflito de fôrças, para a síntese final: — a sociedade sem classes. Nessa doutrina não há portanto lugar para a idéia de Deus, nem há diferença entre o espírito e a matéria, não existe a sobrevivência da alma depois da morte, nem há portanto esperança alguma em outra vida. Insistindo sôbre o aspecto dialético de seu materialismo, os comunistas pretendem que o conflito que leva o mundo para a síntese final pode ser acelerado pelos homens. Esforçam-se assim por tornar mais violentos os antagonismos que surgem entre as diversas classes da sociedade; e a luta de classes com seus ódios e destruições, toma aspecto de cruzada em prol do progresso da humanidade. Por outro lado, tôdas as fôrças, sejam quais forem, que resistam a estas violências sistemáticas, devem ser aniquiladas como inimigas do gênero humano.

A QUE SE REDUZEM O HOMEM E A FAMÍLIA

Além disso, o comunismo despoja o homem da liberdade, princípio espiritual da conduta moral, tira à pessoa humana tôda a dignidade e a priva de qualquer freio

moral que lhe permite resistir aos assaltos dos instintos. Ao indivíduo, em relação à coletividade, nenhum direito natural da personalidade humana é reconhecido, sendo esta no comunismo simples roda e engrenagem do sistema; nas relações dos homens entre si sustenta-se o princípio da igualdade absoluta que renega tôda hierarquia e qualquer autoridade estabelecida por Deus, inclusive a dos pais; tudo quanto entre os homens existe de autoridade e subordinação, tira a sua origem da coletividade como de fonte suprema e única. Nem aos indivíduos se concede direito algum de propriedade sôbre bens de natureza ou sôbre meios de produção, visto que sendo êles fonte de outros bens a posse dêles levaria ao domínio de um homem sôbre outro. Por isto mesmo deverá ser destruído radicalmente tal princípio da propriedade particular, como fonte principal de tôda escravização econômica.

Negando à vida humana todo caráter sagrado e espiritual, essa doutrina considera naturalmente o matrimônio e a família como instituição puramente artificial e civil ou então fruto de determinado sistema econômico; nega a existência do vínculo matrimonial de natureza jurídico-moral, que nada tem que ver com o beneplácito do indivíduo ou da coletividade e por conseguinte nega a indissolubilidade do mesmo vínculo. Para o comunismo não existe vínculo algum que prenda a mulher à família e ao lar. Proclamando o princípio da emancipação da mulher, afasta-a da vida doméstica e da assistência à prole, para levá-la à vida pública e às atividades da produção na mesma medida que o homem, deixando para a coletividade o cuidado do lar e dos filhos. Nega-se enfim aos pais o direito da educação julgado como exclusivo direito da comunidade em cujo nome sòmente e por comissão podem os pais exercê-lo.

O QUE SERIA ENTÃO A SOCIEDADE

Que seria a sociedade humana baseada em tais fundamentos materialistas? Uma coletividade sem outra

hierarquia que a do sistema econômico. Teria a sociedade como única missão a produção por meio do trabalho coletivo, e como fim o gôzo dos bens terrenos num paraíso em que "cada um daria conforme a sua capacidade e receberia segundo a sua necessidade". À coletividade o comunismo reconhece o direito ou melhor o arbítrio ilimitado de obrigar ao trabalho coletivo os indivíduos sem nenhuma consideração pelo seu bem-estar pessoal e até mesmo contra sua vontade, pela violência. Nessa coletividade tanto a moral quanto a ordem jurídica não seriam mais que emanação do sistema econômico vigente, e portanto de origem terrestre mutável e efêmera. Resumindo: pretende-se inaugurar nova época e nova civilização, fruto exclusivo da evolução: "uma humanidade sem Deus."

Quando finalmente se transformar em realidade o ideal coletivista, no sentido utópico da sociedade sem qualquer distinção de classes, então o Estado político, instrumento hoje de domínio dos capitalistas sôbre os proletários, perderá tôda a sua razão de ser e desaparecerá. Entretanto, enquanto não se chega a essa feliz condição de vida, o Estado e o poder político são para o comunismo o meio mais eficaz de conseguir seus fins.

Aí está o novo evangelho que o comunismo bolchevista e ateu entende anunciar à humanidade como mensagem de salvação. Sistema cheio de erros e sofismas em oposição tanto à razão quanto à Revelação divina; subversor da verdadeira ordem social pois vem a ser a destruição das suas próprias bases; sistema que desconhece a origem, natureza e fim do Estado e nega os direitos da pessoa humana, de sua dignidade e liberdade.

DIFUSÃO DO COMUNISMO

Como pode acontecer que tal sistema, cientìficamente há muito tempo refutado e na prática desmentido, chegue a difundir-se tão ràpidamente por tôda a parte?

A explicação é que mui poucos conseguiram penetrar a verdadeira natureza do comunismo; a maioria dos homens ao contrário cede à tentação hàbilmente preparada sob a forma de alucinantes promessas. Com o pretexto de querer exclusivamente melhorar a sorte das classes trabalhadoras, extinguir reais abusos causados pela economia liberal, e obter mais equitativa distribuição dos bens terrenos (fins sem dúvida perfeitamente legítimos) e aproveitando a crise econômica mundial, o comunismo consegue fazer penetrar a sua influência até em classes que por princípio rejeitam qualquer forma de materialismo e de terrorismo. E como todo êrro contém parte de verdade, êsse aspecto de verdade que apontamos, posto ardilosamente em relêvo conforme as circunstâncias para encobrir quando convém a dureza desumana dos princípios e métodos do comunismo, seduz também espíritos elevados que até se tornam seus apóstolos junto às jovens inteligências, pouco capazes ainda de descobrir os erros básicos do sistema. Além disso os arautos do comunismo sabem aproveitar também os antagonismos de raça, as divisões ou oposições dos diversos sistemas políticos, a desorientação no campo da ciência sem Deus, para penetrar nas Universidades e com argumentos pseudo-científicos fortalecer os princípios da própria doutrina.

O LIBERALISMO PREPAROU-LHE O CAMINHO

Para explicar como o comunismo alcançou fazer-se aceitar sem prévio exame por tantas multidões de operários, convém não esqueçamos que para isto estavam êles preparados pelo abandono moral e religioso em que os havia deixado a economia liberal. Tendo promovido positivamente o laicismo, recebe hoje o mundo liberal a herança dos erros, tantas vêzes denunciados pelo Supremo Pontificado, não sendo pois de admirar que num mundo tão largamente descristianizado se espalhe o êrro comunista.

PROPAGANDA ASTUCIOSA E VASTA

Além disso, a rápida difusão das idéias comunistas por todos os países grandes e pequenos, cultos ou menos desenvolvidos explica-se por uma propaganda verdadeiramente diabólica como talvez o mundo nunca viu: propaganda dirigida por um centro só, mas que muito hàbilmente se adapta às condições dos diversos povos; propaganda de grandes recursos financeiros, de gigantescas organizações, de congressos internacionais, de inúmeras fôrças bem adestradas, propaganda que se faz por meio de fôlhas avulsas e revistas, nos cinemas e nos teatros, pelo rádio, nas escolas e nas Universidades, penetrando pouco a pouco em tôdas as classes sociais, ainda as melhores, que quase nem percebem o veneno que lhes corrompe a mente e o coração.

Aludindo a seguir às atrocidades cometidas por influência do credo vermelho na Rússia, no México e na Espanha, Pio XI acrescenta:

Nem se pode dizer que tais atrocidades sejam fenômeno transitório que sói acompanhar qualquer revolução de grandes proporções, excessos isolados de irritação, comuns em qualquer guerra. Não, êstes são frutos naturais do sistema, a que falta todo freio interior. Um freio é necessário ao homem, quer considerado como indivíduo quer como membro da sociedade. Mesmo os povos bárbaros tiveram êsse freio, na lei natural por Deus exarada na alma de todo homem. Arrancando-se do coração dos homens esta lei, ou a idéia de Deus, necessàriamente êles serão pelas paixões impelidos para a mais atroz barbárie.

GUERRA CONTRA TUDO O QUE É DIVINO

É o que infelizmente estamos vendo: pela primeira vez na história assistimos a uma luta friamente voluntária e cuidadosamente preparada pelo homem contra tudo o que é divino. O comunismo é por sua natureza anti-religioso e considera a religião como "ópio do povo",

porque os princípios religiosos que falam da vida no além-túmulo dissuadem o proletário de lutar para conseguir o paraíso soviético que pertence a esta terra.

O TERRORISMO CONTRA OS HOMENS

Não se pisa porém impunemente a lei natural e seu autor que é Deus. O comunismo não pode nem poderá alcançar seu intento, mesmo no campo puramente econômico. Verdade é que na Rússia pôde contribuir para sacudir homens e coisas de secular inércia, obtendo por meios freqüentemente ilícitos um certo êxito material. Mas sabemos por testemunhas insuspeitas que mesmo lá não conseguiu tudo o que prometera, não obstante a escravidão a que submeteu milhões de homens. Também no campo econômico, a moral é necessária, mas um sistema materialista como é o comunismo exclui qualquer sentimento de responsabilidade moral. Para substitui-lo só resta o terrorismo, como precisamente vemos agora na Rússia onde antigos companheiros de conspiração e luta se dilaceram mutuamente, terrorismo que além do mais não consegue opor um dique não só à corrupção dos costumes mas nem sequer à destruição da estrutura social.

E depois de ter manifestado seu afeto pelos povos oprimidos da Rússia, Pio XI passa a explicitar alguns pontos da doutrina da Igreja acêrca da natureza do homem, da família e da sociedade. Depois de haver indicado qual seria a ordem econômico-social desejável para o mundo e que papel caberia ao Estado dentro dessa ordem, êle responde a uma pergunta que muitos já faziam naquela época, e continuam a fazer ainda hoje: é verdade que a Igreja não procedeu de acôrdo com sua doutrina? Diz êle:

"Os inimigos da Igreja, reconhecendo embora a sabedoria da sua doutrina, censuram-se por não ter sabido proceder conforme os seus princípios e por isso afirmam que outros caminhos devem ser procurados. Quanto

é falsa e injusta a acusação, demonstra-o tôda a história do Cristianismo. Para só fazer menção de um ponto característico, foi o Cristianismo que primeiro proclamou, e por uma forma até então desconhecida, a universal fraternidade dos povos de qualquer condição e raça, contribuindo assim poderosamente para a abolição da escravatura, não com revoltas sanguinolentas, mas pela fôrça interior da sua doutrina que fazia a orgulhosa patrícia romana enxergar na escrava uma irmã em Jesus Cristo. Foi o Cristianismo que introduziu no mundo a adoração de um Deus feito homem, homem chamado "o filho do carpinteiro" ou antes "o carpinteiro". Foi o Cristianismo que elevou assim o trabalho manual à sua verdadeira dignidade, êsse trabalho anteriormente tão desprezado que até o próprio Cícero, autor tão discreto, não hesitou em tratá-lo com palavras que hoje envergonhariam a qualquer sociólogo.

Fiel a tais princípios a Igreja regenerou a sociedade humana; surgiram sob o seu influxo não só obras de caridade e de assistência como até corporações de artífices e trabalhadores de tôda categoria, escarnecidas como coisas da Idade Media pelo liberalismo do século passado, mas agora admiradas pelos nossos contemporâneos que até procuram fazer reviver aqui e alí pelo menos o espírito das mesmas. E quando outras correntes embaraçavam a obra impedindo a influência salutar da Igreja, esta não desistia de admoestar os que estavam em êrro. Basta recordar com que firmeza e energia Leão XIII reivindicou para o operário o direito de associação ou de sindicalização que o liberalismo dominante se obstinava em negar. Tal influência da doutrina da Igreja, ainda na hora presente, é maior do que parece por isso que, grande e certo, embora não se possa medir nem ver, é o predomínio das idéias sôbre os fatos.

Bem se pode dizer com tôda a verdade que a Igreja, à semelhança do Cristo, passa através dos séculos fazendo a todos o bem. Não haveria socialismo nem comunismo, se os governos e os governantes não houvessem desprezado os ensinamentos e os conselhos da Igreja; preferiram ao contrário levantar sôbre alicerces do libe-

ralismo e do laicismo outros edifícios sociais que à primeira vista pareciam grandes e poderosos, mas que bem depressa, por falta de fundamentos sólidos, foram desmoronando desastrosamente um após outro, como aliás há de desmoronar tudo quanto não se apoia sôbre a única pedra angular que é Jesus Cristo.

O PERIGO DA COLABORAÇÃO COM O COMUNISMO

O comunismo manifestou-se no comêço tal qual era em tôda a sua perversidade, mas logo percebeu que assim afastava de si os povos; mudou então de tática e procurou ardilosamente atrair as multidões, ocultando os próprios intuitos atrás de idéias em si boas e atraentes.

Destarte, vendo o desejo comum de paz, os chefes do comunismo fingem ser os mais zelosos fautores e promotores do movimento pela paz mundial, mas ao mesmo tempo excitam os homens para a luta de classe que faz correr rios de sangue e pressentindo falta de garantia interna de paz, recorrem a armamentos sem limites. Assim, sob denominações várias que nem sequer fazem alusão ao comunismo, fundam associações e periódicos que na verdade servem só para fazer penetrar suas idéias em meios que doutra forma lhes seriam menos acessíveis; procuram até infiltrar-se insidiosamente em associações católicas e religiosas. Assim em alguns lugares, mantendo-se firmes em seus princípios perversos, convidam os católicos a colaborar com êles no chamado campo humanitário e caritativo propondo por vêzes coisas em tudo até conformes ao espírito cristão e à doutrina da Igreja. Em outras partes sua hipocrisia vai ao ponto de fazer acreditar que o comunismo, em países de maior fé ou de maior cultura, tomará feição mais branda, não impedirá o culto religioso e respeitará a liberdade de consciência. Mais. Alguns há que referindo-se a certas mudanças introduzidas recentemente na legislação soviética, daí concluem que o comunismo está prestes a abandonar o seu programa de luta contra Deus.

Não se deixem iludir os fiéis. O comunismo é intrìnsecamente mau e não se pode admitir em campo algum a colaboração recíproca por parte de quem quer que pretenda salvar a civilização cristã. E se alguém induzido em êrro cooperasse para a vitória do comunismo em seu país, seria o primeiro a cair como vítima do próprio êrro. Quanto mais se distinguirem pela antigüidade e grandeza de sua civilização cristã as regiões onde consegue penetrar o comunismo, tanto mais devastador se manifestará aí o ódio dos sem-Deus."

Quase trinta anos são passados desde a publicação dêsse notável documento.

Se podemos dizer que o comunismo permaneceu em essência o mesmo, dadas a sua rigidez e impermeabilidade sistemáticas, até os cegos podem ver que as condições do mundo mudaram substancialmente. Após os expurgos de Moscou, quando a revolução russa acabou de devorar seus próprios filhos, estourou a II.ª Guerra Mundial, a qual como todo o mundo está lembrado, só foi desencadeada mercê do pacto provisório Hitler-Stalin. Ah! maquiavelismo diabólico e destruidor dos homens! Depois veio a bomba atômica, e sua fabricação também pela URSS, com o conseqüente *equilíbrio do terror* que nos mantém a todos atualmente em vida.

Graças à violência das revoluções marxistas está hoje o mundo dividido em dois blocos irredutíveis.

A doutrina que rege a ação do bloco oriental em relação ao bloco ocidental é simplista como todo o resto do sistema. (É bom não esquecer que os comunistas ignoram tudo da Psicologia, ciência não-marxista que não tem direito de existir). Para os chineses a coisa é simples como água: a guerra é inevitável e é preciso provocá-la, nada de co-existência. Para os russos, que no fundo têm mais medo dos chineses do que dos próprios "inimigos de classe" capitalistas, a conversa é um tanto diferente: a guerra deve ser evitada pois se os chineses não têm o que perder, êles russos têm, e além do mais, deflagrada que fôsse a guerra, os dois blocos sumiriam do mapa com China e tudo. O jeito portanto já que não

pode haver concessão alguma ao Ocidente é co-existir com êle até que... o comunismo surja nos países capitalistas por obra e graça das contradições internas dos mesmos (e mais uma ajudazinha externa da própria Rússia, da China se Mao quiser, e até de Cuba se Fidel puder) e finalmente os netos dos atuais governantes europeus e norte-americanos (mais os nossos naturalmente) possam viver felizes no paraiso comunista (onde as maçãs serão oferecidas de graça e sem pecado).

Mas até lá o que havemos de fazer, nós cristãos que vivemos aqui no bloco ocidental, em relação ao mundo comunista? esperar que êle nos engula? lutar contra êle? ou provocar a sua transformação interna? Aí é que as opiniões divergem, já que no Ocidente é costume geralmente aceito que as opiniões divirjam: não há Sibéria nem "paredón" nem "lavagem chinesa de cérebro" para os que divergem.

Há primeiro os que gostariam de suprimir o problema pela raíz suprimindo os comunistas. Alguns anos atrás tive o profundo desgôsto de ler num dos nossos grandes jornais um artigo publicado por um sacerdote que pedia pura e simplesmente aos EUA que lançassem sôbre a Rússia as suas bombas A enquanto era tempo e a URSS não podia revidar. Naturalmente um sujeito que escreve uma coisa destas não passa de um imbecil. Sacerdote que é, se encontrasse o Cristo em seu caminho, êste por certo não lhe diria o que acabo de escrever, mas lhe faria uma censura bem mais amarga e profunda porque divina: não sabeis de que espírito sois.

Outros há — e êstes são legião — que caem no excesso oposto. De tanto ouvir falar em injustiça capitalista, em exploração colonialista e em imperialismo econômico exercido pelas nações desenvolvidas do Ocidente, acabam ficando com a consciência pesada, e achando que não é possivel a mais ninguém solidarizar-se com o Ocidente, o qual deve desaparecer tragado pela onda comunista. Posição esta de um simplismo de doer. E é a que adotam grande parte de nossos inefáveis "esquerdistas".

O cristão não tem o direito de tornar-se "progressista" a êste ponto. E se está empenhado na luta social deve tomar mais cuidado ainda para que uma posição de antipatia profunda pelo capitalismo de um dos blocos não se converta em simpatia pura e simples pelo comunismo do outro bloco.

Basta de confusão. A hora é de lucidez. Que a vossa luz brilhe frente aos homens — diz o Cristo no Evangelho.

Tanto a doutrina como as diretrizes práticas da Igreja são suficientemente claras para permitir aos cristãos que vivem nos dois blocos uma posição justa face ao conflito Oriente-Ocidente, posição esta que aliada ao bom senso e à prudência acabará indicando ao mundo o caminho certo que levará à solução cristã, personalista e comunitária.

A primeira observação de bom senso que temos a fazer, nós cristãos de ação católica que vivemos num país do bloco ocidental, é que os dois blocos em conflito no possuem a mesma filosofia da história. E isto faz com que as mesmas palavras não tenham o mesmo sentido de um lado e de outro da cortina que os separa.

Essa destruição da linguagem comum, os próprios soviéticos reconhecem tê-la praticado desde o início. Haja vista aquela declaração solene de Litvinov em Genebra há muitos anos: "é importante precisar que não há um mundo só, porém dois mundos, o soviético e o não-soviético."

Sem dúvida a URSS fala de "legitimidade democrática", pretende "libertar" os povos oprimidos, invoca o direito, a justiça, a verdade, mas o sentido de cada uma destas palavras depende menos dos fatos do que dos interêsses do Partido Comunista, o que torna fatal e não sòmente casual uma impostura generalizada, germe de insuperáveis mal-entendidos.

"Porque sua filosofia da História não está em concordância com os fatos — escreve Raymond Aron — *os soviéticos foram levados de etapa em etapa a edificar um extraordinário sistema de mentiras e a obrigar os povos mais ou menos subjugados a viverem numa mentira per-*

manente. Os comunistas mentem como jamais movimento social algum mentiu antes deles. Recusar o comunismo equivale antes de mais nada a recusar a mentira imposta."

É certo que o liberalismo pode ser acusado também êle de hipocrisia. Vimos há pouco que Pio XI não o poupou. As sociedades que êle rege são imperfeitas, e num ou noutro ponto são talvez mais imperfeitas que as sociedades soviéticas. Mas também é certo que a diferença da mentira que nelas reina é radical, qualitativa e não só quantitativa, visto não possuir seu fundamento em nenhum "culto" nem de personalidade nem de classe, nem mesmo da própria concepção ocidental do mundo. Por isto mesmo é que as sociedades ocidentais toleram a crítica aberta de seus próprios regimes e instituições, toleram os brizolas e os lacerdas, os esquerdismos e os direitismos e até mesmo a existência do PC; não prendem nem liquidam os que rejeitam a sua ideologia e deixam os condenados ao inferno capitalista perfeitamente livres de abandoná-lo. Coisas estas que o império soviético não pode nem por sonho imitar, obrigado como é a encurralar os seus eleitos por detrás de muros e cêrcas de arame farpado a fim de segurá-los dentro do seu paraíso. No dia em que a URSS se resolver a autorizar com a liberdade de pensamento a existência de um partido ocidental, ou a levantar uma ponta que seja da cortina de ferro, a guerra fria estará terminada.

De ordem exclusivamente ideológica, a fonte suprema da inimizade entre o Ocidente e o mundo comunista não está na religião que ambos negam ou ignoram, mas naquele decreto do marxismo-leninismo que condena à morte em nome da inexorável lei da história os regimes constitucionais-pluralistas e ordena que seja apressada a execução da sentença.

"Mas — como bem nota Raymond Aron — *o Ocidente deixaria de considerar o regime soviético como inimigo no dia em que êste deixasse de lhe recusar o direito à existência. Pode-se objetar que seria impossível aos ideólogos marxistas-leninistas concederem êsse direito sem*

renegarem os princípios básicos da sua própria fé. Isto é verdade, e neste sentido o Ocidente deve querer a morte da ideologia *soviética como esta quer a morte do* Ocidente. *Cumpre notar porém que a ideologia soviética estaria morta no dia em que ela reconhecesse sua própria limitação."*

É justamente esta a esperança dos cristãos: que os marxistas se convertam a uma interpretação mais modesta e mais verdadeira dêles mesmos, deixando de pensar que êles monopolizam os segredos da história. O Ocidente tornar-se-ia assim moralmente vitorioso sem que seus adversários pudessem considerar-se fìsicamente vencidos.

Por aí se vê que para o cristão a fórmula *sobreviver é vencer* pode ser tudo menos derrotista. Ela não é nem mesmo pessimista. Pois comparado com o que ela põe em jogo, o avanço contínuo do mundo comunista no plano militar, político, econômico e moral, é mais aparente do que real. Basta um olhar um pouco mais profundo sôbre a evolução *real* dos acontecimentos para percebê-lo: a capacidade de dissuasão nuclear dos Grandes já atingiu um equilíbrio tal que difìcilmente poderá vir a romper-se, por outro lado a descolonização está quase terminada e não é certo que a URSS tire dela qualquer proveito, toda a assistência técnica soviética já foi retirada ao perigoso aliado chinês, e o que a Rússia está podendo fazer em Cuba não é lá muito brilhante; e nem convém esquecer que é pedir demais à sua agricultura estagnada, senão em franco retrocesso desde 40 anos, que preserve da fome tantos milhões de homens.

E ainda deixamos de lado o fato irrecusável que a própria extensão do comunismo vai pondo à mostra "contradições internas" não menos graves que as do mundo capitalista: dissidência de Tito, dificuldade de voltar atrás no processo de destalinização, ataques cada vez mais violentos de Mao-Tse-Tung, cuja vocação de antipapa só pode inquietar profundamente a ortodoxia do partido.

Para estimar portanto o avanço do comunismo mundial como um fato irresistível é preciso que seja aceita a sua ideologia, quer de modo consciente e deliberado como fazem os marxistas e em grau menor os "progressistas", quer de modo totalmente inconsciente como fazem os derrotistas que nem chegam a perceber que ao falar da "inevitável" comunização do mundo ou "cubanização" do Brasil, estão aceitando a própria filosofia da história do inimigo. É bom lembrar a êsses medrosos para acalmar-lhes a inquietação que a presença mesmo remota da vida ocidental (que não é sinônimo de vida "capitalista") e mais ainda da vida pròpriamente cristã no mundo, é um princípio de subversão eficaz contra a mentira do mundo soviético e isto não sòmente no interior de suas recentes colônias grotescamente batisadas de democracias populares, mas no coração de todo cidadão soviético por mais "materialista" que seja.

O cristão de hoje tem que aprender a ter fé, não sòmente em Deus, mas também na alma humana que Deus criou livre e para o Amor.

E política e socialmente falando temos nós cristãos que nos resignar a viver perigosamente. Mesmo porque não existe outra solução. Mas justamente porque o perigo é grande, é preciso que em nosso país os cristãos que estão na política ou na ação social deixem de preconizar ou de incentivar, pela palavra falada ou escrita, as tais "revoluções violentas" mesmo que seja para o estabelecimento da justiça. Está aí uma terminologia ultrapassada que êles devem abandonar aos comunistas que não conseguem se desfazer de seu esquema utópico datado já de mais de um século.

Não podemos esquecer que qualquer violência armada num país-chave como o nosso, pode muito bem alterar o equilíbrio das fôrças. Por enquanto o armamento nuclear é privilegio de uns poucos. O que será quando todo o mundo vier a possuí-lo? Quando numa rua só existem dois valentões armados, o interêsse dos outros moradores é que êles se tolerem. Isto fica bem mais difícil quando todos resolvem se armar: aí a guerra geral pode depen-

der até da molecada. Muito sururú de rua já houve que começou com uma simples pedrada de moleque.

Parece que o tão bondoso e tão humano Papa João XXIII num dos momentos de lucidez serena que lhe foram concedidos no decorrer daquela longa agonia, teve uma palavra que todos os cristãos deveriam meditar profundamente antes de se lançarem a qualquer luta política ou social: "Tenho mêdo da guerra atômica e do que pode acontecer a tantos filhos meus."

Felizmente que antes de morrer pôde êsse grande santo deixar para êsses filhos palavras tão claras quanto estas referentes à ação social ou política que passo a reproduzir:

"Neste particular é doloroso ter que assinalar que nos defrontamos mais uma vez com um êrro doutrinal muito grave para os católicos e que consiste em aceitar na prática e considerar como comum a ideologia marxista que é a negação do cristianismo e cujas aplicações práticas não podem coadunar-se com os princípios do Evangelho de Cristo.

E não venham nos dizer que esta "marcha para a esquerda" significa unicamente o interêsse que se tem pelas mais urgentes e vastas reformas de natureza econômica, pois mesmo neste sentido o equivoco persiste, isto é, o perigo de ver penetrar nos espíritos o axioma especioso em virtude do qual, para se instaurar a justiça social e impôr o respeito das leis estatais, é preciso absolutamente associar-se com os negadores de Deus e os opressores das liberdades humanas e até mesmo dobrar-se aos caprichos dêles. O que é falso nas premissas e tristemente funesto nas aplicações.

Ou bem estamos com a Igreja e aceitamos a sua orientação, merecendo então o nome de católicos, ou preferimos seguir a nossa própria, promovendo ou favorecendo divisões e separações. Neste caso temos que assumir as nossas responsabilidades e deixar de lado o nome de cristãos. Resta, porém, a condenar uma tal conduta àquela palavra do Cristo no Evangelho: Quem vos ouve, a mim ouve e quem vos despreza, a mim despreza bem

como aquêle que me enviou." (Discurso de João XXIII, quando Patriarca de Veneza, citado por *Informations Catholiques Internationales*).

Estas são palavras dirigidas sem nenhuma dúvida aos que no Ocidente se convencionou denominar os "cristãos progressistas" que sob pretexto de que a Igreja não possui doutrina própria de ordem econômica ou política acham útil e conveniente aceitar a mão estendida dos comunistas e colaborar com êles francamente para o "progresso" e para a "libertação" dos povos e dos indivíduos.

João XXIII não podia esquecer porém que entre seus filhos angustiados num mundo tão dividido, milhões viviam atrás da Cortina de ferro, obrigados a ombrear com os comunistas cada vez que quisessem empreender qualquer ação, mormente de cunho social ou político. Foi para êles sem dúvida em primeiro lugar que o bom velhinho dirigiu na *Pacem in Terris* êstes conselhos de tão alta sabedoria:

"Cumpre distinguir com clareza entre falsas opiniões filosóficas acêrca da origem e fim do universo, e as iniciativas de caráter econômico, social, cultural ou político, embora êsses movimentos hajam derivado de tais opiniões ou sejam por elas fomentados: porquanto uma doutrina permanece o que é após sua formulação, ao passo que tais movimentos, mergulhados no tempo e no espaço, não podem furtar-se aos influxos do condicionamento histórico nem deixar de sofrer substanciais modificações. Além disso quem ousaria afirmar que nessas iniciativas, na medida em que se coadunam com as normas da reta razão e correspondem às aspirações humanas, não há aspectos positivos merecedores de aprovação?

Por essas razões pode suceder que encontros de ordem prática considerados antes sem utilidade alguma, se transformem em frutuosos ou possam tornar-se tais. Ajuizar porém da conveniência ou não dêsses encontros e do grau e da modalidade de tal união de esforços, na concretização de objetivos econômicos, sociais, culturais

ou administrativos, é tarefa que incumbe à prudência que é a virtude reguladora de tôdas as demais.

Em tais circunstâncias é necessário que os católicos se enquadrem nas determinações da doutrina da Igreja e acatem as orientações da hierárquia.

Ninguém deve olvidar que à Igreja assiste o direito e incumbe o dever não só de salvaguardar os princípios da fé e da moral, mas ainda de interferir com autoridade junto a seus filhos nas questões de ordem temporal sempre que se trata de julgar o modo pelo qual tais normas religiosas e éticas são traduzidas na prática." (PT — 5.ª parte, 7).

Com estas sábias diretivas João XXIII visava impedir certamente que os católicos da Cortina de Ferro se julgassem autorizados a operar uma "prudente" retirada para uma nova espécie de ghetto, onde com tôda a certeza os comunistas gostariam muito que êles se fechassem, abandonando aos "filhos das trevas" o domínio total do resto do mundo.

Quanto à colaboração dos católicos do lado de cá da cortina numa possível revolução violenta, conseqüência de uma feroz luta de classes, João XXIII deixou também muito clara no mesmo documento a orientação da Igreja:

"Não faltam almas generosas que ao se depararem com situações nas quais os imperativos da justiça não foram ainda atendidos ou têm sido satisfeitos de forma inadequada, sentem-se avassalados por tal desejo de tudo renovar que mais parecem fazer apêlo à revolução.

Essas pessoas devem lembrar-se de que por imposição da natureza, tôdas as coisas se desenvolvem paulatinamente. Nas instituições humanas a reformulação renovadora deve partir de dentro e desdobrar-se em escala progressiva. Bem acentuou nosso Predecessor Pio XII ao dizer que a salvação e a justiça não residem na revolução mas num evolvimento bem orientado. A violência tem sempre sido a causa da destruição de tudo, e jamais construiu coisa alguma, sempre ateou paixões e jamais as aplacou. Dado que seu papel constante tem

sido semear ódios e ruínas, nunca fomentou a conciliação entre povos em conflito, senão que colocou homens e partidos na contingência penosa de terem que reconstruir com enorme sacrifício sôbre os escombros acumulados pela discórdia." (PT — 5.ª parte, 8).

Estas são palavras eternas de paz e de concórdia que permanecem vivas mesmo depois que passam as gerações e mudam as civilizações e os sistemas.

Elas lhe mostram, leitor, que a Verdade existe e ela é clara para os que a querem procurar. A confusão existe também, mas não está nas coisas nem nos fatos, nem na doutrina e nem na prática da Igreja, está apenas na cabeça dos confusos que teimam em se agarrar aos chifres do diabo como se dêles pudesse advir a salvação do mundo.

III PARTE

FUGIR OU ATACAR?

I — HUMANIZAR A ECONOMIA: TAREFA URGENTE DOS CRISTÃOS.

Pela simples exposição e crítica que até aqui fizemos dos sistemas econômicos rivais que lutam pela hegemonia mundial, é possível vislumbrar as características principais que deverá revestir a economia humana do futuro. Ela terá que ser planificada, mas esta planificação não deverá ser necessariamente centralizada, porém entendida como a racionalização da produção e da distribuição, e nunca como o resultado do predomínio de órgãos ou superorgãos nacionais ou internacionais. A necessidade de planejar as atividades dos setores básicos não pode acarretar a morte da livre iniciativa naqueles setores em que esta se revela mais eficiente.

Esta economia planificada deixará de ser humana se não forem respeitadas a dignidade e a liberdade não só das comunidades nacionais como sobretudo das pessoas que as formam e para cujo serviço deve a economia ser pensada, planejada e posta em prática.

Seria fugir ao real esperar que essa unidade na diversidade se verifique em futuro próximo. O processo será longo e penoso. Razão a mais para que nele procurem os cristãos se inserir, dando-lhe a forma mais humana que tornará possível para as gerações que virão uma ação evangelizadora mais completa e eficaz.

O drama do cristão que deseja agir nos dias de hoje é justamente êste: as estruturas da produção e do trabalho, em ambos os lados da cortina que separa a humanidade, são desumanas e anti-cristãs.

No mundo que se diz livre e onde impera em matéria econômica a lei suprema do lucro pessoal, a que está sendo reduzido o homem? Vemos a indústria e o comércio, firmados sôbre os princípios da "economia avara",

que é na expressão de François Perroux a característica essencial do capitalismo, desenvolver no homem o espírito de ganho a qualquer custo: é preciso produzir *para* ganhar, e produzir ao máximo para ganhar o máximo e ganhar o máximo para comprar ao máximo. Mas comprar o que? comprar tudo aquilo que a ganância diz ou a propaganda diz que precisa ser comprado, sob pena de não haver felicidade. Resultado disto: em todos os países capitalistas o que se vê é uma corrida louca de todo um povo atrás de bugigangas fabricadas aos milhões sem planificação *humana* alguma, num desperdício insano dos recursos do planeta. Mesmo os que não precisam de comprar, compram o produto de que não precisam, para ganhar um outro com que sonham mas não podem comprar porque não ganham ainda o suficiente. E para aumentar ainda mais a tentação, inventaram a venda a prestações, os crediários, os concursos, os prêmios etc... A loucura é tal que nos países ricos ou em desenvolvimento a maioria das famílias trabalham ùnicamente para pagar as prestações de objetos de que já se desfizeram ou já atiraram fóra porque a propaganda lhes incutiu a necessidade de substituí-los por modelos novos e mais aperfeiçoados, para não ficar atrás das famílias vizinhas que já os compraram. Um mundo em que o trabalho é organizado com o fim único de produzir o máximo de lucro; um mundo em que a indústria tôda é organizada para encher o mercado de produtos que nem se sabe ao certo se são úteis ou indispensáveis, mas que precisam ser vendidos de qualquer forma sob pena de crise social; um mundo em que o comércio todo é organizado para fazer homens venderem a outros homens para o lucro de um terceiro grupo de homens, objetos fabricados nessa mesma base pela industria; um mundo enfim em que todos procuram o seu ganho pessoal e ninguém se importa com o ganho da comunidade ou com o Bem Comum, é realmente um mundo louco e desumano, entregue todo inteiro ao demônio da avareza.

Se olharmos para o outro lado, para aquêle mundo que se diz socialista e onde impera a lei suprema do lu-

cro ou da vantagem do Estado, a que está também reduzido o homem? Por fôrça de uma planificação totalitária e de um sistema político-social de essência tão classista e imperialista quanto o outro, vemos o homem forçado a produzir e a viver, e sobretudo a sentir e a pensar, como quer o Estado policial e ateu. Um mundo organizado assim é todo inteiro entregue também ao demônio da soberba prepotente. Iludem-se os que pensam que só porque a produção é planificada e centralizada, e seus lucros arrebatados ao particular e transferidos para o Estado, a avareza e o espírito de ganho material não encontram mais campo para agir. Quando os dirigentes soviéticos declaram que dentro do prazo tal, todos os russos conhecerão o mesmo confôrto que os norte-americanos conhecem hoje, terão as mesmas geladeiras, as mesmas engenhocas, os mesmos automóveis, os mesmos apartamentos e as mesmas casas de campo, a que espécie de demônio estão sacrificando os seus concidadãos? Quando Kruchev declara em discurso recente e em tom de solene menosprêzo que os chineses são revolucionários do tipo dos que ainda usam "sandálias de palha" e "um par de calças para cinco" e se alimentam com "uma tigela de arrôs por dia", a que espécie de demônio está êle se entregando senão ao da avareza daqueles que possuem e desprezam os que nada têm? Está aí, na boca de um revolucionário que se diz "legítimo", a confissão perfeita de que o comunismo, na melhor das hipóteses, não pode mesmo aspirar a tornar-se mais que uma espécie de americanismo para gente pobre. Precisava a humanidade sofrer tão grande abalo e ver morrer tantos milhões de membros seus para chegar a tão pífio resultado?

Sim, leitor amigo, esta é que é a evidência: a economia comunista fracassou, tanto quanto a capitalista, no seu afã de salvar a humanidade porque esqueceu aquilo que o cristão jamais pode esquecer: o homem é o homem, uma criatura espiritual ávida do Bem mas ferida pelo Mal! O mal não está sòmente nas estruturas sociais, políticas ou econômicas, êle é muito mais profundo, êle está no coração do próprio homem, e tem por nome Orgulho, Avareza, Ambição, Odio...

Se quisermos como cristãos ajudá-lo a se salvar temos que fazer um trabalho duplo e simultâneo: promover a sua melhoria ou progresso espiritual e penetrar ao mesmo tempo nas estruturas que êle próprio construiu, modificando-as por dentro, humanizando-as, tornando-as capazes de favorecer a marcha de tôdos para o Bem, diminuindo ou anulando as seduções do Mal.

Está aí um trabalho ingente, e a longo prazo, pensarão alguns, e com razão. Acontece sòmente que a longo prazo, como dizia o economista Keynes, estaremos todos mortos.

A obrigação que nos incumbe a nós cristãos é fazer algo e já.

Que será êsse algo?

É fato sobejamente conhecido que no decorrer dos séculos os cristãos sempre foram tentados daquilo que se chama hoje a evasão. A inteligência errada de certos textos evangélicos, mais o complexo de perseguição por parte de um mundo "todo entregue ao maligno", levou-os a se retirarem pràticamente de tôdas as estruturas dêsse mundo, sociais, políticas ou econômicas. Enquanto o cristão se retirava assim em seus templos "para orar", só dali saindo para buscar outro refúgio no seu lar, o mundo procurava construir sem êle a Cidade dos homens, a qual, se nem sempre se identificava com a Cidade do Mal, menos ainda se parecia com a Cidade de Deus.

Ao alvorecer da civilização industrial, quando o trabalho, após haver deixado de ser escravo e depois servil, passou a ser atividade remunerada de homens livres, a Igreja, que emergira a custo do feudalismo antigo, achava-se por demais comprometida com as classes ditas burguesas, donas do capital e do trabalho. É que a Igreja dependia para as suas obras e sua ação social da economia do dom. E quem podia dar senão o rico, o comerciante, o latifundiário, ou o industrial? Sabe o leitor que é católico que quando dizemos Igreja queremos aludir, não à sua realidade interna sobrenatural, mas aos que sociològicamente a representam ou falam e agem em seu nome. Que o "mundo católico" por ocasião da revolução

operária de 1848, que falhou por culpa dêle, estivesse longe de compreender o que realmente se passava no seio da civilização ocidental, é fato indiscutível. Fato aliás compreensível do ponto de vista sociológico, mas que não impediu Pio XI de fazer em uma de suas grandes encíclicas aquela declaração que ficou célebre: "o maior escândalo do século passado foi a Igreja ter perdido a classe operária." Uma tal incompreensão do significado do momento histórico não foi aliás privilégio exclusivo dos católicos. Também nossos irmãos protestantes, sobretudo os calvinistas, responsáveis principais como demonstraram Weber e Sombart pela difusão do "espírito capitalista", muito contribuíram para que o mundo do trabalho tivesse dos cristãos a opinião mais pejorativa possível: homens que falam da Encarnação do Verbo mas que esvaziam na prática toda a lógica divina dêsse mistério de um Deus *feito* homem, e homem do trabalho que passou trinta anos de sua vida mortal a manejar a plaina e o martelo e sòmente três a usar o verbo ou a palavra humana para a transformação do mundo.

Seria contudo grande injustiça acusar o catolicismo europeu do século XIX em sua totalidade. Exceções houve e notáveis de um punhado de católicos na França, na Alemanha e na Inglaterra, que, reagindo contra a mediocridade e a omissão da maioria, lançaram as bases do que foi depois chamado o "catolicismo social", cujas lutas e experiências propiciaram o aparecimento no fim do século da Rerum Novarum de Leão XIII. De tal forma que hoje podemos dizer com segurança que graças a êsses esfôrços esporádicos mas profundos o mundo ocidental não se corrompeu de todo, o capitalismo não chegou às suas últimas consequências e o materialismo prático que êle destila foi impedido de produzir a totalidade de seus frutos. As verdades cristãs permaneceram no mundo, embora soltas e desconjuntadas, em estado de loucura, na feliz expressão de Chesterton. Tal é a fôrça do fermento cristão quando introduzido na massa, como quer o Cristo. Como sempre, a sua Igreja foi salva por um "resto", o *pusillus grex,* o pequenino número do evangelho.!

Voltando à pergunta feita há pouco: qual deve ser *hic et nunc*, no Brasil de hoje, a atuação principal dos cristãos católicos ou protestantes, que querem ser homens da Encarnação e não mais da evasão, da fuga ao real concreto e quotidiano?

Forçoso é constatar que na atual conjuntura nacional está-se apresentando para os cristãos uma nova e tentadora forma de evasão do plano social ou econômico, para emergir na ação política, mais brilhante e fácil, e sobretudo de resultados exteriores mais vistosos e mais imediatos. (1)

Daí o número incontável de jovens com "vocação" de líderes políticos que acreditam fazer muito só porque aprenderam a discursar em praça pública ou a tomar parte ativa em reuniões e conferências agitadas. Daí o número infelizmente grande demais de sacerdotes na política, daí a safra já grande demais também de artigos e discursos mais ou menos violentos, mais ou menos agressivos contra os que não querem as reformas ou as revoluções.

Os católicos brasileiros precisam aprender que reforma, seja lá do que fôr, se faz na base e não na cúpula, se faz com atos e não com palavras, se faz na dura arena do real concreto e não nos palanques dos comícios e nem nas colunas dos jornais, nem nas tribunas das câmaras, nem mesmo pelos microfones de emissoras ou pelas câmeras de televisão.

Reformar as estruturas da emprêsa é um assunto grave que requer estudo e longa prática. Pois é no plano da emprêsa que está o cerne do capitalismo, e uma estrutura que já tem para mais de século e meio de existência não se reforma assim do pé para a mão, nem mesmo a poder de leis ou de decretos do govêrno.

(1) É claro que não falo aqui da Política com P maiúsculo: ciência, arte e virtude do Bem comum, a mais alta atividade humana segundo Aristóteles, mas tão sòmente daquela "política" bem minúscula, simples resultante de palavras e de gestos vazios e demagógicos, visando a promoção pessoal ou de clã, política que não é preparada por nenhuma responsabilidade de caracter social.

Para mostrar ao leitor o quanto é sério êsse problema que afeta hoje a própria estrutura mundial, quero trazer à sua consideração o resultado de um inquérito recente levado a efeito pela ONU na Argélia a pedido de seus novos governantes: a conclusão dos técnicos, extensível a qualquer país subdesenvolvido, foi que para criar um emprêgo novo na indústria é necessário investir a soma de 17.000 dólares.

Está aí, leitor, a quantas andamos mercê do prodigioso e revolucionário progresso técnico: não há comunismo nem capitalismo que agüente isto. O que havemos de fazer em nosso país para dar trabalho aos milhões de brasileiros que não têm o que fazer, e mais àqueles dois milhões e meio de outros brasileiros que êles põem no mundo cada ano? Já pensou neste formidável problema: vinte milhões de cruzeiros multiplicados por várias centenas de milhares cada ano? Quem é que pode enfrentar tamanho desafio? Os EUA e a Europa Ocidental com seu capitalismo "avaro"? A URSS com seu comunismo de exportação tipo 1917? A China com seu comunismo "new look" que não estão querendo as jovens nações afro-asiáticas? E não estão querendo porque êlas têm elites que estudam, que conhecem o real, êste real que foge aos esquemas "idealistas" mesmo quando se intitulam "revolucionários." (2)

Se você quiser ser um revolucionário realmente útil a seu país, leitor amigo, eu lhe apresento um tipo de ação que dá bons resultados mesmo a curto prazo, e, a longo prazo, se outros se puserem a agir, poderá até mudar ou transformar o nosso país. Acredite na fôrça do fermento que é pequeno mas pode levantar a massa, acredite menos nas palavras dos que dizem que só com ação ou revolução política é que se muda a estrutura de um país.

(2) Não é à toa que mais de um economista ou sociólogo já vem dizendo que a verdadeira oposição no mundo de amanhã não será entre Oriente-Ocidente, comunismo-capitalismo, mas entre nações pobres e nações ricas, entre hemisfério sul e hemisfério norte, entre a raça branca e os povos de côr.

Êste é um ideal concreto que está sendo seguido no mundo por muitos homens de boa vontade. Se você é católico, pode ter a certeza de que, trabalhando para a reforma da estrutura da emprêsa, estará trabalhando no sentido indicado por João XXIII cujas palavras inspiradas passo a citar:

"Quando a Igreja defende o princípio da propriedade particular, tem em vista um fim ético e social. Não quer dizer que ela pretende conservar pura e simplesmente o estado presente das coisas como se nêle visse a expressão da vontade divina, nem proteger por princípio o rico e o plutocrata contra o pobre e o proletário. A Igreja pretende conseguir que a instituição da propriedade privada venha a ser o que deve. Quer dizer, pretende que ela seja a garantia da liberdade essencial da pessoa humana e elemento insubstituível da ordem social. (Mater et Magistra 108).

O que ficou dito não exclui como é óbvio que também o Estado e outras entidades públicas possam legìtimamente possuir bens produtivos especialmente quando êstes chegam a conferir tal poder econômico que não é possível deixá-los em mãos de particulares sem perigo para o bem comum.

A época moderna tende para a expansão da propriedade pública, do Estado e de outras coletividades. O fato explica-se pelas funções cada vez mais extensas que o bem comum exige dos poderes públicos. Mas o Estado e as outras entidades de direito público não devem aumentar o seu domínio senão na medida em que o exijam motivos evidentes do bem comum e nunca com o fim de reduzir e menos ainda de eliminar a propriedade privada. (M. M. 114).

O direito de propriedade privada mesmo sôbre bens produtivos tem valor permanente pela simples razão de ser um direito natural fundado sôbre a prioridade ontológica e final de cada ser humano em relação à sociedade.

A história e a experiência provam que nos regimes políticos que não reconhecem o direito de propriedade privada sôbre os bens produtivos, são oprimidas e sufo-

cadas as expressões fundamentais da liberdade; é legítimo portanto concluir que estas encontram naquele direito incentivo e garantia. (M. M. 106).

Não basta porém afirmar que o caráter natural do direito de propriedade se aplica também aos bens produtivos; é necessário ainda insistir para que êle se difunda entre tôdas as classes sociais. (M. M. 110).

Quando as estruturas, o funcionamento e o condicionamento de um sistema econômico comprometem a dignidade humana dos que nêle trabalham, entorpecem sistemàticamente o sentido da responsabilidade ou impedem que a iniciavita pessoal se manifeste, tal sistema é injusto, mesmo se por hipótese a riqueza nêle produzida alcance altos níveis e é distribuída segundo as regras da justiça e da eqüidade. (M. M. 80).

Consideramos que é legítima a aspiração dos trabalhadores a participarem ativamente na vida das emprêsas em que estão registrados e trabalham. Deve-se tender sempre para que a emprêsa se torne uma comunidade de pessoas. (M. M. 88).

A função econômica e social que todo homem aspira a desempenhar exige que a atividade de cada um não seja submetida totalmente à vontade alheia. Uma concepção humana da emprêsa deve sem dúvida salvaguardar a autoridade e a eficiência da direção, mas não pode reduzir os colaboradores de todos os dias à condição de simples e silenciosos executores sem qualquer possibilidade de fazerem valer a própria experiência, completamente passivos quanto às decisões que os dirigem. (M. M. 89).

É de notar que o exercício da responsabilidade por parte dos empregados não só corresponde às exigências legítimas próprias da natureza humana, mas está também em harmonia com o progresso histórico em matéria económica, social e política. (M. M. 90).

Depois de alinhadas tão sábias considerações João XXIII alude à situação concreta existente em todos os países do mundo onde

"não são poucos os desiquilíbrios econômicos e sociais que ofendem a justiça e a humanidade; e erros gravíssimos ameaçam as atividades, os fins, as estruturas e o funcionamento do mundo econômico." (M. M. 91).

A meu ver o "êrro gravíssimo" que está sendo cometido em nosso país pelo govêrno e por uma certa categoria de políticos ditos "de esquerda", favorecidos sem dúvida em suas pretenções pelos "êrros gravíssimos" dos elementos da direita ou pela omissão apática da maioria dos católicos, é o êrro do *estatismo*. É êle tão funesto em suas conseqüências quanto o êrro capitalista, pois que dadas as condições atuais do país êle vem a ser pura e simplesmente a porta aberta para o socialismo mais nefasto e desumano que é o comunismo. Meditem os nossos políticos e universitários "estatizantes" estas graves palavras de João XXIII, repetindo aliás Pio XI:

"Deve-se manter firme o princípio importantíssimo em filosofia social: do mesmo modo que não é lícito tirar aos indivíduos a fim de o transferir para a comunidade aquilo que êles podem realizar com as fôrças e a indústria que possuem, é também injusto entregar a uma sociedade maior e mais alta o que pode ser feito por comunidades menores e inferiores. Isto seria ao mesmo tempo grave dano e perturbação da justa ordem da sociedade; porque o objetivo natural de qualquer intervenção da mesma sociedade é ajudar de maneira supletiva os membros do corpo social e não destrui-los nem absorvê-los". (M. M. 50).

Leitor amigo, foi por ter procurado corresponder a êsse desejo, hoje tão explícito da Igreja, de uma reforma profunda na estrutura das emprêsas, e ao mesmo tempo para lutar de modo eficaz contra a tendência indisfarçável existente em nosso país para um intervencionismo estatal errado na economia, que eu e mais alguns amigos da classe média e do operariado, fundamos em setembro de 1954, a *Unilabor*, indústria de artefatos de ferro e madeira, limitada, hoje transformada oficialmente em Cooperativa de Trabalho Unilabor.

A história desta pequena comunidade, que começou com três e hoje conta sessenta e cinco membros, que se lançou na indústria e no comércio sem nenhuma experiência e apenas com o capital de Cr$ 200.000,00 e um barracão de 200 metros, e hoje possui três lojas na cidade, uma fábrica de 3.000 metros e um capital de Cr$ 50.000.000,00, a história dessa aventura humana, digo, foi por mim contada num livrinho intitulado *UNILABOR, uma revolução,* cuja primeira edição se esgotou em cinco mêses. (3)

Como tudo o que é humano esta comunidade de trabalho evoluiu, sempre na linha de seus princípios básicos. Centenas de pessoas, sobretudo estudantes e operários, a têm visitado após a publicação do livro. Donos de indústrias, patrões cristãos, preocupados com o problema social e a reforma das emprêsas, também vieram em grande número e alguns até já deram início a transformações profundas em suas fábricas. Outros enfim adotando os mesmos princípios, estão tentando aqui e alí, na cidade e no campo, erguer para o homem brasileiro estruturas novas de trabalho e produção.

É para êstes sobretudo que eu dedico o capítulo seguinte em que procuro resumir o essencial do que aconteceu na nossa *UL* (pronunciar u-éle) desde a publicação do livro até o dia de hoje.

---

(3) Livraria Duas Cidades — 1962.

II — LIÇÕES DA EXPERIÊNCIA U-L

Desde a publicação do librinho *Unilabor — uma revolução na estrutura da emprêsa,* temos sido bombardeados com perguntas a respeito do funcionamento da comunidade UL e da possibilidade da aplicação de seus princípios a outros ramos de atividade econômica, principalmente no setor da grande emprêsa. A maior parte dessas perguntas estão respondidas no livrinho ou no jornalzinho da UL *"Comunidade"*, algumas a grosso modo, outras de forma mais cabal. Mas a verdade é que os brasileiros em geral pouco lêm, e quando o fazem é quase sempre de modo apressado e superficial.

Vou tentar responder neste capítulo a algumas perguntas que de fato não foram examinadas no livro ou só foram respondidas muito por alto. Tôdas elas se encaixam num ou noutro dêsses três itens essenciais a qualquer emprêsa:

— a questão da propriedade.
— a questão da repartição dos lucros e do seu emprêgo.
— a questão da direção ou co-gestão.

A — *A co-propriedade*

Como bem salientou João XXIII na M. M., a questão da posse dos bens ou de um patrimônio, dentro do processo histórico, passou a segundo plano, com a primazia dos organismos de seguros ou de previdência social, ou da própria capacidade profissional.

Cumpre notar porém que mesmo assim foi mantido integralmente o programa da UL: a firma pertence de fato aos companheiros que a integram.

Mas há um artigo da nossa constituição interna que é o 3.º e que está a exigir uma retificação: reza êle que "a participação na propriedade da firma se dará assim que o capital inicial fôr devolvido integralmente ao financiador."

A verdade é que êsse capital ainda não foi devolvido integralmente, de vez que a última amortização mensal deverá ser paga em outubro de 1964.

Êsse artigo foi superado pela realidade econômica e financeira tanto da firma como do país. Devido não só à inflação já quase galopante como também ao crescimento acelerado da UL, esta amortização mensal tornou-se uma coisa puramente simbólica, pois o que vem a ser Cr$ 3.370,00 no movimento de uma emprêsa e na conjuntura inflacionária do país? Aqueles ..... Cr$ 200.000,00 iniciais há bastante tempo que poderiam ter sido integralmente pagos, e se significaram muito no início quando a firma nada mais possuía senão êles e mais a fôrça de trabalho de três homens, hoje nada significam quando a firma já possui de capital real cinqüenta milhões e dispõe da fôrça de trabalho de sessenta e cinco pessoas, realizando um movimento mensal de doze a quinze milhões.

De modo que, fazer depender a propriedade da emprêsa do cumprimento literal dêsse art. 3.º seria simplesmente ridículo. Êsse empréstimo podia ter sido resgatado logo no terceiro ano. Não o foi porque nem o financiador nem a firma quiseram que o fosse, e isto por uma questão de princípio: numa época de inflação em que tudo se subverte e nada se respeita, é bom que nós comunitários demos ao resto do país uma liçãozinha de respeito mesmo quixotesca pela... Tabela Price.

Respeitando pois o espírito mais que a lêtra da sua lei interna, os companheiros da UL há muito que vêm acedendo à propriedade da firma em que trabalham.

Como? Adquirem êles êsse direito à co-propriedade da emprêsa por fôrça de algum capital que a ela trazem? Não. Aqui nunca houve afluxo de dinheiro privado, e o operário que o tivesse não o poderia colocar na firma,

a não ser como empréstimo comercial a curto prazo. É outra questão de princípio, particular nossa, e que parece chatear bastante certos donos de capital que nos visitam e que têm a idéia muito fixa de capital como sendo só dinheiro. Aqui não se aceita dinheiro nem do trabalhador nem de quem quer que seja, nós queremos provar que uma comunidade se constrói... sem dinheiro, melhor dizendo, a partir de um mínimo de dinheiro emprestado a longo prazo; para nós *trabalho* é que é a fonte *maior* de capital. Dizendo isto não fazemos mais que tomar ao pé da letra estas palavras de Pio XII contidas em sua mensagem de 1.º de setembro de 1944:

"Se é verdade que a Igreja tem reconhecido sempre o direito natural da propriedade privada e da transmissão hereditária dos bens próprios, não é todavia menos verdade que essa propriedade privada é de um modo particular o fruto natural do trabalho. A consciência cristã não pode admitir como justa uma ordem social que o nega em absoluto ou torna pràticamente impossível ou vão o direito natural da propriedade tanto sôbre os bens de consumo como sôbre os meios de produção."

Eis porque uma comunidade de trabalho deve lògicamente pertencer a todos os que nela trabalham porque é com o trabalho de todos que ela constrói, aumenta e valoriza o seu capital.

Mas como a legislação brasileira, tal qual a legislação de qualquer país *capitalista*, não conhece essa modalidade de emprêsa *comunidade de trabalho*, e como temos de respeitar a legislação vigente e dentro dela trabalhar, produzir, comerciar e operar, eis aqui de que modo procedemos para salvar tanto a nossa realidade interna quanto a legislação externa, sobretudo a trabalhista:

O operário que entra na UL, embora sabendo que isto aqui é uma comunidade, é admitido como trabalhador comum e suas relações com a firma serão regidas pelas leis trabalhistas em vigor; para começar, êle fará três mêses de experiência durante os quais será obser-

vada a sua conduta profissional e humana; se vencer essa fase inicial o seu estágio é prolongado até onze meses, findos os quais se não servir é mandado embora com o mínimo de indenização pois não chegou a completar um ano; se o Conselho o admite na comunidade por maioria de dois terços, êle perde sua condição de simples empregado face às leis vigentes e passa à de estagiário da UL, podendo essa segunda fase estender-se até dois anos, ou mais, se fôr menor ou houver qualquer prorrogação. Mas isto é só para efeito interno; face às leis trabalhistas êle continua como empregado da UL que é uma sociedade Ltda. (com 32 sócios), de modo que se fôr despedido dentro dêsse período, a firma o indeniza integralmente dando-lhe um cheque nominal e resguardando todos os seus direitos. Se fôr aceito definitivamente como companheiro ou associado — passando também a sócio da Ltda. — êle é igualmente indenizado pois é despedido como empregado, mas o cheque que êle recebe correspondente à indenização de um, dois ou mais anos de trabalho, êle o devolve no mesmo momento à UL que o transforma em quotas de capital no nome do novo companheiro, quotas estas que a cada ano serão acrescidas com a sua participação nos lucros.

Êsse modo de agir, cumprindo integralmente as leis trabalhistas, fêz com que a UL jamais tenha tido até hoje qualquer questão movida contra ela na Justiça do Trabalho, mas não deixa de ser um tanto complicado e até bifronte devido à inexistência de uma lei reconhecendo a comunidade de trabalho como um tipo de emprêsa diferente.

Daí o fato novo que está surgindo na história da UL e que não foi relatado no livrinho por ser contemporâneo a êle: a transformação da UL em cooperativa de trabalho.

A lei que rege as cooperativas no Brasil é bastante imperfeita como todos sabem. Foi preciso aos funcionários do Departamento de Assistência ao Cooperativismo uma ginástica mental fora do comum, aliada a uma dose quase excessiva de boa vontade e jeito, para

encaminhar a transformação da UL em cooperativa de trabalho; foi assim que conseguimos registrar estatutos que abrangem numa só cooperativa todos os ofícios que integram a comunidade, pois nela não há só os marceneiros ou montadores de móveis, há também tapeceiros e pintores, maquinistas, serralheiros e mecânicos, lustradores e motoristas, sem falar do pessoal das lojas e do escritório.

Os novos estatutos cooperativistas não alteram em nada a nossa essência e constituição comunitárias, e até foram elas reforçadas pois foram encontrados na legislação das cooperativas — e sempre graças à boa vontade dos funcionários do Departamento — dispositivos especiais que permitirão à cooperativa UL se defender de um possível cooperado imoral ou desonesto. E isto é extremamente precioso: é a lei defendendo a moral. Comunidade é uma emprêsa fundada num compromisso moral e nem sempre as disposições legais que regem a produção e o comércio dos bens permitem salvaguardar eficazmente os preceitos da moral natural.

É nossa convicção que a passagem da UL para cooperativa vai criar no sistema cooperativista ainda pouco explorado entre nós um novo campo de estudos e pesquisas, por exemplo na questão da isenção de impôstos, da divisão dos lucros e sobretudo da própria lei que rege os diferentes tipos de cooperativa. Pois é fato notório que a deturpação do sentido cooperativista se faz à sombra de leis imperfeitas sôbre cooperativas. Temos cooperativas ditas agrícolas ou de crédito que não passam de autênticas arapucas, como vemos grandes usineiros de açúcar unirem-se em "cooperativas" com o único fim de adquirir cobertura legal para verdadeiros cartéis destinados a impor prêços e pressionar órgãos controladores dos mesmos.

Esperemos que a nova experiência — UNILABOR — *cooperativa de trabalho,* bem como a experiência do Banco Brasileiro de Descontos, abram caminhos novos para o cooperativismo autêntico no Brasil.

B — *A questão da participação nos lucros e do reinvestimento*

Participação nos lucros: está aí um postulado que para a maioria dos nossos visitantes, para não dizer dos brasileiros em geral, parece dever constituir o objetivo primordial das reinvindicações do trabalho.

Pois leiam isto aqui: os lucros da UL, por decisão *unânime* de seus membros, há muitos anos que não vêm sendo distribuídos, isto é sacados e gastos pelos companheiros.

É que êles descobriram, e tinham mesmo que descobrir sob pena de deixar estagnar e perecer a firma, um dado econômico muito simples: os lucros numa comunidade estão ainda mais ligados ao reinvestimento do que nas outras firmas.

Ensina a teologia ascética e mística que em matéria de espiritualidade parar é regredir. Pois esta lei do espírito em sua mais alta expressão, se verifica também de maneira análoga nos domínios da vida e da criação econômica: uma firma que não cresce — e crescimento aqui não significa gigantismo — uma comunidade que para de progredir, forçosamente regride, e pode até fechar.

Como é que crescem as firmas capitalistas ou estatais? De três modos:

1 — com inversão de dinheiro próprio do capitalista ou do Estado;

2 — com inversão de dinheiro do público mediante venda de ações ou apólices da dívida pública;

3 — com o reinvestimento dos lucros ou parte dos lucros da própria firma.

A UL sempre cresceu na base exclusiva do reinvestimento dos lucros de seus próprios associados. E acho que êsse é o caminho normal de tôda comunidade.

E isto é altamente formativo e humano. Por quê? Porque a comunidade para obter que seus membros aceitem de bom grado a reinversão dos lucros é obrigada a manter o que nas firmas capitalistas ou estatais se chama salário, e nas cooperativas e comunidades chamamos retirada mensal, num nível correspondente pelo menos ao custo real da vida. Eis porque na UL não se espera a decretação oficial dos novos níveis de salário mínimo para alterar a escala dos vencimentos. Eis porque também a UL — a fim de não colocar seus operários por demais acima dos outros em questão de remuneração direta do trabalho — prefere aumentar o salário-família ou melhorar a categoria profissional do trabalhador. Hoje o companheiro casado recebe cinco mil cruzeiros a mais pela espôsa e dois mil e quinhentos por filho, e a tendência é para aumentar êsses níveis. Os solteiros não protestam, ou se o fazem êles o fazem de um modo todo especial: casam-se mais cêdo. Já foi observado mais de uma vez que os companheiros solteiros da UL não gostam de usufruir por muito tempo a "liberdade", amarram-se muito mais depressa do que costumam fazê-lo os jovens que trabalham nas firmas capitalistas.

Isto é prova de quê? Prova de que a UL procura em tudo não o lucro em si, mas a *segurança do grupo* em primeiro lugar, e a segurança de cada um na medida em que se integra no grupo.

Todos os nossos jovens perceberam instintivamente e quase sem discussão que retirar os lucros da UL equivale a matar a galinha dos ovos de ouro para comer-lhe simplesmente a carne. Então é muito simples: por vontade unânime dêles os lucros ficam na firma, mas contabilizados em nome de cada um pelo sistema que foi explicado no livro. Pois nenhum companheiro quer ficar com o suor do outro. Se alguém quiser sair um dia por êste ou aquele motivo, leva a sua parte. O homem aqui não explora o homem. O capital não fica com a mais-valia. Mas os companheiros todos aplicam em conjunto os frutos do seu trabalho, isto é, os lucros financeiros da comunidade, na compra de máquinas ou de equipamento, na renovação de estoques ou na instalação de lojas, enfim em tudo aquilo que possa garantir a conti-

nuidade da UL na existência econômica e financeira, para que êles todos dentro dela possam continuar a garantir a sua existência individual e familiar num nível condizente com a dignidade humana, votando de vez em quando, se a situação da firma o permitir, a elevação geral de todos os níveis de remuneração.

Isto é capitalismo? Não. Isto é comunidade.

C — *A questão da co-gestão*

Como bem o lembra João XXIII na MM, é realmente a participação dos operários na direção das emprêsas que constitui o ponto nevrálgico de tôda a questão social. Resolvido êsse ponto o resto vem por si, e as graves questões da propriedade das firmas ou da repartição dos lucros perdem logo o seu caráter de pomo de discórdia.

Tendo a UL passado no curto espaço de 9 anos, de três para sessenta e cinco membros, a participação de todos na direção teve naturalmente que passar de simples que era a um sistema um pouco mais complicado e evoluido.

O fato mais notório que ocorreu desde a publicação do livro foi aquêle que nós denominamos de "delegação de poderes". Não era possível ao Conselho, hoje constituído de trinta e cinco membros, continuar como a autoridade máxima e inapelável da comunidade, sobretudo em matéria legislativa, e exercer ao mesmo tempo o poder executivo, regendo em todos os itens a marcha cotidiana da emprêsa. Esta última prerrogativa, é verdade, — de acôrdo com a lêtra da nossa constituição interna — ficou durante anos nas mãos de um chefe de comunidade responsável perante o Conselho, ou assembléia geral dos companheiros. Diz com efeito o art. 9.º: *"Como comunidade não significa ausência de autoridade, haverá um Chefe de comunidade, eleito pela Assembléia geral por maioria absoluta e para um período de três anos, podendo ser reeleito."*

Na prática êsse chefe sempre fôra o Geraldo de Barros, aquêle artista e bancário de que tanto falo no

livrinho. Êle sempre teve a confiança integral dos companheiros que o mantiveram no poder até há dois anos atrás. E o teriam mantido ainda se êle mesmo não tivesse resolvido entregar o poder executivo a outro. Só que êsse outro não era mais uma pessoa mas um grupo de pessoas. O Geraldo achou, e os outros concordaram, que a UL crescera demais para ser dirigida por um só de seus membros, os problemas se tinham tornado complicados pelo simples fato de ter a firma deixado de ser uma modesta oficina artesanal funcionando numa área de duzentos metros quadrados, para tornar-se uma fábrica de mais de três mil metros, concorrendo com outras fábricas, e aumentando a cada ano o seu capital real e os seus negócios, montando lojas próprias e fornecendo móveis no atacado para grandes lojas do país. Surgiu daí a idéia da "delegação de poderes" pelo Conselho e pelo Chefe de comunidade a um colegiado constituído de nove membros, eleitos por cada uma das secções da fábrica, inclusive pelo escritório e pelas lojas. Êles formam o que costumamos chamar a "reunião dos encarregados"; êles é que são agora o executivo da UL ou seja o Chefe de comunidade de que fala o art. 9.º, chefe coletivo, ou direção conjunta, que continua responsável por seus atos perante o Conselho, do qual aliás todos fazem parte como é natural, e que lhes faz confiança como também é natural. O prazo desta delegação de poderes é indeterminado, podendo a formação do colegiado ser alterada a qualquer momento pelos companheiros. Na passagem para cooperativa, êsse colegiado ou reunião de encarregados passará a funcionar *legalmente* como o conselho de administração, elegendo normalmente seu presidente que será o gerente da cooperativa.

Êste colegiado ou chefe coletivo se reúne cada quinze dias ou sempre que se torna necessário. A direção imprimida por êle é firme e segura, sendo que tôdas as decisões de maior importância ou gravidade, sobretudo as que se referem à admissão ou rejeição de companheiros, permanecem afetas ao Conselho.

Êste fato da delegação de poderes teve, como não podia deixar de ter, repercussão imediata nas outras reuniões ou assembléias da UL. Dado que uma soma grande de poderes foi delegada a um grupo menor de responsáveis — menor que o Conselho todo, maior que o simples chefe individual com seus assessores — as reuniões do próprio Conselho se tornaram menos freqüentes porque menos necessárias; e as que se realizam, o que ocorre pelo menos uma vez por mês, tornaram-se mais breves pelo simples fato de haver menos assuntos em pauta. Acabaram-se aquelas reuniões do Conselho que começavam às 4 e terminavam às 8 ou 9 da noite. Excesso de democracia também cansa. E quando se parlamenta demais, os assuntos tendem a passar de questiúnculas a graves questões capazes de provocar até tumultos, ou pelo menos inúteis discussões.

Quanto à Assembléia geral de contato da qual todos inclusive os menores participam, esta continua a reunir-se uma vez por mês — não é mais cada semana como está no livro. É que ela também teve a sua pauta ainda mais reduzida, limitando-se aos assuntos de interêsse geral que lhe são deixados pelo Conselho: entre êsses figura por exemplo tudo o que se refere à parte esportiva, recreativa, cultural e social; mesmo aí já houve também uma outra delegação de poderes, tendo sido constituido um clube UL com sua diretoria, seu regulamento e até sua caixa especial.

Penso ter mostrado suficientemente aos leitores o que vem a ser o poder numa emprêsa comunitária, poder difuso e exercido realmente por todos em diversos graus e em níveis diferentes. Pelo fato de ser a UL uma emprêsa humana que considera antes de tudo o interêsse de todos, a segurança de todos, o lucro de todos e a propriedade de todos, ela tem que lutar constantemente contra aquilo que em todo indivíduo humano se opõe ao que é comum, contra o instinto de dominação ou de rebeldia, contra o instinto de posse indevida ou de lucro ou vantagem puramente individual. É o eterno conflito entre pessoa e comunidade, tão mal resolvido pelos sistemas político-econômicos que hoje dominam o mundo.

É sumamente interessante observar nas diferentes reuniões da UL a defesa que o instinto comunitário organiza para preservar a integridade do todo contra o divisionismo das partes. Mesmo em meio às maiores divergências e às oposições mais ferrenhas sempre uma coisa se salva: a sobrevivência do grupo; e o voto é sempre unânime ou quase quando se trata dêste ponto fundamental: a segurança de todos.

Isto não impede que os problemas suscitados pela convivência humana continuem a subsistir; mesmo depois de tomadas decisões graves e resolvidas divergências profundas, as situações podem continuar em tensão por muito tempo ainda, tornando difícil a marcha harmoniosa do conjunto. É um fato e temos que aceitá-lo. É humano. Uma comunidade de trabalho não é um côro de anjos nem uma associação de bemaventurados. É um grupo de homens com suas qualidades e seus defeitos. As qualidades fazem progredir mas os defeitos também compõem a marcha. É o que tentou dizer um dia numa reunião do Conselho um dos encarregados, ótimo operário eleito como chefe e representante de um importante setor: "a coisa mais difícil do mundo é a gente ser patrão de um punhado de patrões." Ainda bem que êle descobriu isto: que na UL os companheiros se deixam governar difìcilmente porque têm consciência de serem êles todos, de uma forma ou de outra, os seus próprios governantes.

Isto é comunismo? Não. Isto é comunidade.

Terminadas estas considerações a respeito das mudanças ocorridas na UL desde a publicação do livro sôbre ela, acho conveniente tecer algumas outras, tendo como finalidade situá-la melhor dentro da conjuntura nacional.

Uma primeira advertência a fazer ao leitor é a seguinte: não cometa o êrro que tantos vêm cometendo de estimar a experiência UL como algo essencialmente *anti*: uma emprêsa essencialmente anti-capitalista ou anti-comunista, ou os dois ao mesmo tempo; nem caia tampouco na ingenuidade de pensá-la como um simples

meio-têrmo, uma mera "terceira posição", ou seja uma emprêsa que tendo algo de capitalismo e algo de socialismo, nada mais faz do que somar as duas quantidades fazendo surgir daí uma terceira que a opõe àqueles dois sistemas e a mantém equidistante de ambos.

Uma tal esquematização simplista nada mais é que hegelianismo puro. Aliás por falar em dialética, é cada vez mais visível a influência dos esquemas hegelianos ou marxistas sôbre o pensamento social das nossas elites, dirigentes ou não, católicas ou não.

Mais de cem anos depois de sua formação, os princípios da filosofia idealista aí estão causando devastações sem conta na nossa sociedade mediante um casamento espúrio e esterilizante com a nossa mentalidade brasileira, tão marcada ainda pelo bacharelismo, tão amiga das "soluções" meramente verbais ou juridicistas, das "revoluções" de gabinete, de salas de redação ou de salões de conferências, das batalhas "de Itararé" que nunca ocorrem, das reformas "de base" que ficam eternamente sem base alguma, sem estudo algum, sem realismo algum, tudo isto agora envolto em sonoro palavriado populista e irradiado pelo país inteiro sob estrondosas ameaças de "justiça pelas próprias mãos" a ser feita naturalmente "pelo povo cansado de esperar" pelas tais reformas.

O mais gozado é que todo o mundo só fala de reformas, mas ninguém as faz, nem o govêrno que se diz reformista e esquerdizante, nem como é natural os capitalistas, nem mesmo os esquerdistas, socialistas ou comunistas. Todos gritam a mais não poder contra a escuridão mas sem terem a coragem de acender a menor luzinha.

Para quem apelar então? Para o capitalismo que aí está?

Como acreditar na possibilidade do capitalismo ou do neo-capitalismo (será que êste existe mesmo no Brasil?) resolver o que quer que seja, pois que nem mesmo os princípios do capitalismo autêntico são postos em prática entre nós. Haja vista, por exemplo, o problema do reinvestimento. Não é mais segrêdo para ninguém

que brasileiros e firmas brasileiras possuem depositados em bancos estrangeiros a inacreditável soma de *onze bilhões* de dolares, (4) mais que suficiente para cobrir não sei quantas vêzes a nossa perigosa inflação que após haver devorado o capital de giro das nossas firmas, começou a devorar o nosso capital real.

Entendem mesmo algo de "capitalismo" ou de investimentos produtivos os nossos "capitalistas" botocudos que em vez de ampliar as suas fábricas, dando assim trabalho ao povo e alargando o mercado interno que faz a fôrça de qualquer nação, se lançam que nem loucos na especulação de terras como estão fazendo agora em escala colossal lá pelos lados da Belém-Brasília? Sei de "capitalistas" endinheirados que chegam a adquirir por aquelas bandas terras até de 60 km por 60 ou fazendas até de quatrocentos mil alqueires... e com escrituras passadas em cartório no valor de 10 a 20 vêzes superior ao valor real, de modo a poderem estas terras ser revendidas ao govêrno por êsse valor irreal porém "legal", isto no caso de passar qualquer reforma agrária camarada. E chamam isto empate de capital! São mesmo os botocudos do liberalismo, êsses coitados, ou como dizia o velho Marx, os coveiros de si próprios. Dêles não há mesmo nada a esperar, (5) ainda mais quando a gente os vê, tangidos pelo mêdo, correndo a financiar... o Partido Comunista! (6)

---

(4) Eu mesmo não acreditava nesta cifra publicada pelos nossos jornais até que a vi impressa ùltimamente numa revista económica européia, que fala de 15 bilhões para tôda a América Latina.

(5) É claro que me refiro aqui tão só aos capitalistas que são "irreformáveis". Sei de bom número de outros que procuram melhorar ou mesmo reformar o sistema e fazem boa aplicação dos lucros que obtêm. Mas não há negar que a ação dêstes é dificultada pelo modo egoísta e impatriótico com que agem aquêles outros.

(6) Interrogado a êsse respeito, no decorrer de um programa de TV que assistí ùltimamente, o Sr. Luís Carlos Prestes não só não negou o fato como até elogiou os "burguêses esclarecidos" que assim procedem. Instado pelo animador do programa para que declinasse alguns nomes recusou-se "por uma questão de ética".

E do govêrno o que podemos esperar? Que faz essa divindade sem mistérios da qual tudo se espera neste país? O que faz o govêrno brasileiro senão atrapalhar os que produzem, com suas incríveis exigências burocráticas e suas eternas medidas paliativas senão mesmo anti-econômicas por definição. A UL deixou de abrir uma loja em Nova Iorque, isto é deixou de fazer dólares para o nosso país, simplesmente porque quandos fomos sondar o terreno e examinar as possibilidades, foi-nos dito apenas isto, e por alguém que sempre foi exportador e desempenha ao mesmo tempo um alto cargo oficial: não queiram nem pensar em exportação, pois para poder mandar um saco de café para o exterior eu tenho que providenciar a bagatela de... cento e vinte documentos.

Como esperar qualquer solução econômica de um govêrno que além de se afundar assim na papelada ainda se mete por uma inflação descontrolada e envereda por uma estatização absurda deixando as suas oitenta emprêsas, com exceção de umas três ou quatro, na mais calamitosa das situações deficitárias? Sabem os leitores que êsse govêrno "nacionalista", que impõe às emprêsas automobilísticas a obrigação em prazo curto da nacionalização 100% do produto, coisa que tôdas elas já fizeram, não conseguiu nacionalizar a sua própria emprêsa — a FNM — em mais de 60%? Sabe o leitor que esta mesma FNM gasta em publicidade o que gastam nêste item tôdas as outras reunidas? Mas já viu por aí algum reclame de FNM ou do carro JK?

E é êsse gozadíssimo govêrno "de esquerda" incapaz de pôr em ordem a sua própria casa, que vem nos falar de nacionalismo, reformas de base ou outras coisas sérias que não ficam passando assim de simples baboseiras? (7)

(7) Eis aqui mais fatos como prova. Em janeiro de 1963 reuniu-se em São Paulo o 1.º Congresso Brasileiro para as reformas de base, patrocinado por dois grandes jornais. Do esfôrço dos especialistas resultaram dez volumes que foram largamente distribuidos entre os membros do Congresso Nacional, chefes de govêrno e autoridades outras do país. E qual a reação? Silêncio quase completo no Parlamento, e recusa do atual Presidente da República, o reformista n.º um, em receber a comissão que lhe deveria fazer entrega dos anais. Demonstram assim os homens que nos governam que o que lhes interessa nas reformas não é bem a coisa em si mas o palavriado que serve no momento para enganar mais uma vez o povo. (Informação colhida na *Fôlha de São Paulo de* 25-1-1964).

Se êsse govêrno se queixa tanto de que êles não o deixam realizar as tais reformas, *êles*, os imperialistas ou os vendidos, porque não realiza *êle* esta reforminha simples que pode ser feita sem nenhum estardalhaço: participação dos operários na gestão das emprêsas estatais, Petrobrás, FNM e o resto? Ah! é difícil? E não é muito mais difícil reformar o Brasil inteiro? (8)

Concluindo êste capítulo: no fundo a verdadeira lição a extrair da experiência UL é que as tais reformas nós é que temos mesmo de fazê-las. Sem esperar que o govêrno as faça, já que êle está ocupado mesmo é com política e não com economia.

Sem esperar grande coisa de uma certa "esquerda", verbosa, confusa e ineficiente, incapaz de distinguir entre socialização e estatização, e por isto mesmo simples caudatária da esquerda clássica que é o socialismo marxista ou comunista.

Sem esperar nada da direita que não quer nem ouvir falar de reformas que acarretem a perda de seus privilégios ou mesmo o sacrifício de uma parte dêles. É esta a direita que está sempre pronta a acusar de comunista a quem quer que ouse contestar a legitimidade dêsses privilégios.

Sem esperar que os capitalistas (ou os neo-) façam qualquer coisa para melhorar o que quer que seja pois êles andam preocupados é com a compra de mais glebas e a colocação de seus lucros em bancos estrangeiros, colaborando assim e quão eficazmente no desenvolvimento dos desenvolvidos.

(8) Foi justamente êste o tema de dois longos programas de TV que fizemos nós da UL e mais um professor da Universidade do Estado, um diretor de banco e dois representantes de emprêsas grandes. A conclusão dos debates firmada por todos foi esta: é possível estender a experiência UL ao setor da grande emprêsa mesmo estatal.

Sem esperar que os comunistas sobrevenham para salvar a economia, pois êles andam ocupados é com política, já que a sua revolução há muito que deixou de ser social, e econômica mesmo, no sentido humano da palavra, nunca foi. Eu queria só ver os comunistas organizando no Brasil o trabalho forçado!

Revolução na estrutura da emprêsa! Está aí uma revoluçãozinha que qualquer um de nós pode fazer. E não é tão difícil assim. Os princípios aí estão, claros como o dia, pois são os do bom senso, e são ditados pela realidade do nosso e de qualquer país. Campo no Brasil é o que falta menos, mão de obra está sobrando em qualquer lugar. Dinheiro, nós aqui na UL nunca nadamos em dinheiro mas êle nunca faltou, como êle não falta a ninguém que resolve produzir em condições econômicas. E o trabalho está aí também, só esperando oportunidade de fazer dinheiro.

Então o que é que falta aos brasileiros para tentar essa reforma, fazendo assim "justiça pelas próprias mãos"? O que é que falta? Eu vou responder, leitor, contando uma anedota autêntica que aliás me foi contada pelo Geraldo nos tempos áureos do início da UL. Um dia estavam reunidos, êle Geraldo e mais uma turma de artistas, todos pintores, no Museu de Arte Moderna de S. Paulo, e estava também o velho Volpi, o melhor pintor brasileiro, saído das camadas populares, homem simples que se fêz sòzinho a partir do nada. Discutiram horas sôbre abstracionismo e concretismo e mais uns tantos ismos. E o Volpi não dissera uma palavra. Afinal, antes que a sessão fôsse suspensa, alguém lembrou-se dêle: — Então, Volpi, V. o que diz? — Bem, eu, disse êle enrolando devagar o seu cigarrinho de palha, eu acho que agora todo êsse pessoal devia era ir para casa e pintar um pouco.

Moral da história: os brasileiros só gostam mesmo é de falar e não fazem nada porque o que lhes falta é precisamente isto: vontade de fazer.

CONCLUSÃO

E assim chegamos, leitor amigo, ao final das nossas considerações. Talvez V. tenha até podido experimentar, através o entrechocar dos fatos e doutrinas, aquela sensação estranha que se apodera do cristão quando êle resolve olhar o mundo, não mais à luz incerta das ciências desta terra, mas àquela luz diferente que "brilha em plena treva e ilumina todo homem que vem a êste mundo."

A considerar as coisas pela lógica terrestre, êste mundo parece mesmo entregue aos chifres do diabo. Capitalismo e comunismo se apresentam aos homens como as pontas de um dilema trágico e sem saída.

E no entanto V. bem sabe que existe uma saída. O comunitarismo está em tôda a parte, em estado latente ou embrionário, em fase de luta adiantada ou em fase de implantação, na Suécia e na Itália, na França e na Inglaterra, no Estado de Israel e agora no Brasil e mais em alguns países.

Como todo movimento tem êle seus altos e baixos, seus êxitos e seus reveses, seus críticos e seus partidários.

A curto prazo êle consegue arrancar pequenos grupos de homens ao poder dos chifres do diabo, a longo prazo êle prepara muitos outros homens para o autêntico mundo livre do futuro. Ninguém há que após haver provado o gôsto da democracia econômica real, queira retornar à escravidão capitalista ou experimentar as doçuras do socialismo ateu, antipersonalista e adorador do Estado.

Eis porque eu digo: se V. se sente inquieto pela sorte dêste mundo, se V. se impressiona por ver o seu país acelerar a "marcha para o abismo", se V. tem posses e não sabe o que fazer para as valorizar, se V. tem braços e não sabe o que fazer para os ocupar, se V. tem cérebro e não sabe o que pensar em meio a tão grande confusão, e sobretudo se V. tem um coração sensível e não sabe o que fazer de verdadeiramente útil em prol do nosso tão abandonado povo, por que não se põe a serviço do ideal comunitário, por que não se junta a outros que sentem a mesma angústia e o mesmo anseio, por que não sai com êles por êsse Brasil afora a construir no campo ou na cidade pequenas emprêsas de integração total do homem brasileiro, tão cheio de dons e boa vontade, mas tão desiludido dos poderes desta terra?

Se V. é católico e rico e hesita ainda em fazer participar os seus irmãos mais pobres dos frutos do seu capital, eu posso lhe citar o exemplo de um protestante rico, nascido na Suíça e radicado na Inglaterra há mais de 40 anos. Êste homem que tem hoje mais de 70 anos visitou-nos há poucos mêses, após haver participado de um congresso brasileiro de dirigentes cristãos de emprêsa. Êle veio ver de perto o que tinha sido feito na Unilabor, êle que fizera na Inglaterra uma coisa muito mais notável e mesmo mais cristã. Pois sendo fundador e dono de uma indústria de resinas sintéticas e corantes texteis, êle reuniu um dia a espôsa e os filhos, e todos juntos decidiram, após renúncia dêles todos à herança, admitir os 300 operários à participação dos lucros, à direção e à propriedade da firma, não passando hoje êle, fundador, de um dos diretores eleitos pela comunidade. A fábrica foi bombardeada durante a guerra e reconstruída pelo esfôrço dêles todos, novamente destruída em plena paz por um incêndio de grandes proporções e outra vez reconstruída por tôda a comunidade. E apesar de tudo isto, talvez mesmo por causa disto, é ela hoje uma das poucas fábricas do ramo na Inglaterra a enfrentar o truste inglês dos corantes e dos produtos químicos sintéticos, a *Imperial Chemical Industries,* movimentando sòzinha quase dois milhões de libras anuais.

Se foi possível a êsse punhado de pioneiros corajosos enfrentar o chifre do diabo na própria terra onde êle, há mais de um século, começou a despontar, quanto mais fácil é para nós enfrentá-lo aqui na nossa terra onde êle apenas começou a exercitar sua fôrça? Escreve-me êsse bom amigo da Inglaterra em carta enviada no Natal passado: "O fato que o Sr. me citou, a saber que de seu livro sôbre a Unilabor foram vendidos 8.000 exemplares, quando um livrinho semelhante lançado aqui por nós não chegou aos 2.000, me impressionou bastante pois traduz um anseio no povo brasileiro que eu não verifico aqui no meu país. Isto é prova de que sòmente quando um povo sofre muito e se sente em crise é que seus olhos se abrem para a realidade. No momento atual o povo inglês saturado de conforto material não está sentindo que há algo de errado na organização da indústria e por isto nosso apêlo cai em ouvidos moucos. Vocês aí no Brasil que lançam o movimento comunitário têm muito mais chance de vê-lo tornar-se em futuro próximo um poder que pode vir a ser até político.

Esta é a visão de um nobre e sábio industrial inglês que soube como poucos agir na sua qualidade de cristão.

Eu jamais me esquecerei do que êle me disse quando passeávamos pela Praia Grande momentos antes de seu embarque para a Inglaterra: "o tempo que ainda nos é dado para agir é curto, é muito curto. *Time is short, very short.*"

Eu me lembrei então de uma página que li num livro de economia e que me impressionou demais, tanto que a traduzi ali mesmo para o meu velho amigo: é sôbre a aceleração do progresso técnico e por conseguinte de tôda a história humana:

"Um milhão de anos mais ou menos se passaram entre as primeiras utilizações do fogo pelo homem préhistórico e a primeira fabricação industrial que foi o cozimento dos tijolos. Depois não foram precisos mais que dez mil anos para passar desta indústria primitiva à máquina a vapor, e só cem anos para saltar desta para as centrais elétricas e os motores à explosão. E

apenas quarenta anos depois dêstes últimos, foram obtidas as primeiras reações em cadeia numa pilha atômica."

Infelizmente o progresso mental e espiritual do homem não pôde acompanhar êsse ritmo prodigioso: a idade mental da massa humana nas grandes capitais, qualquer que seja o número dos reatores atômicos ou dos cérebros eletrônicos que possuem, continua a oscilar entre 9 e 11 anos.

Não pude deixar de sentir um calafrio ao pensar em tudo isto, e ao ouvir de nôvo o meu velho amigo inglês repetindo ali defronte ao mar, naquela manhã ensolarada e bela de novembro: *time is short, very short indeed.*

O tempo é curto sim, leitor amigo, muito curto mesmo, e isto é também palavra bíblica. Que Deus nos conceda então a graça de poder realizar algo de humano e de cristão enquanto é tempo, "antes que a noite chegue", ou antes que o cogumelo atômico, resultado final do supremo embate entre os dois chifres do diabo, projete a sua sombra gigantesca por sôbre as cinzas inúteis das nossas vaidades.

São Paulo, 29 de março de 1964

PÁSCOA DA RESSURREIÇÃO